



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ELIZABETH ALBANO

**COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DE ÁRBITROS
INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA**

Florianópolis
2018

Elizabeth Albano

**COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DE ÁRBITROS
INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação Física. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gelcemar Oliveira Farias.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Albano, Elizabeth
Competências profissionais de árbitros
internacionais de Bocha Paralímpica / Elizabeth
Albano ; orientador, Gelcemar Oliveira Farias ,
2018.
173 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Desportos, Programa de Pós
Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Educação Física. 2. Competências profissionais.
3. Árbitros internacionais. 4. Bocha Paralímpica. I.
, Gelcemar Oliveira Farias. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Educação Física. III. Título.

Dedico este trabalho a Deus, minha família, meus amigos, aos atletas e árbitros da Bocha Paralímpica e em especial a minha companheira Fernanda.

AGRADECIMENTOS

DEUS, criador de tudo e de todos, meu guia, meu mestre maior e meu protetor.

Aos espíritos de luz, anjos, arcanjos, querubins e serafins que iluminaram o caminho do mestrado, com força, fé, entusiasmo e persistência.

A minha mãe Marlene Albano que sempre me incentivou a ir além com seus conselhos, orientações, e, principalmente pelo seu amor e carinho que me trouxeram até aqui.

Ao meu pai, Antônio Elpídio Albano sinônimo de caráter, trabalho, honestidade que são meu alicerce, além de responsável pela minha formação humana que muito me ajudou para realizar todos os meus sonhos.

A minha vó Luiza Tobias (*in memoriam*) que sempre acreditou nas minhas potencialidades me encorajando a superar todos os desafios.

Aos meus irmãos Elaine, Eduardo e Evandro, fontes inesgotáveis de amor, carinho, entusiasmo, auxílio e força.

Aos meus sobrinhos Gustavo, Leticia e Marina, com a ingenuidade, carinho e amor gratuito que me faz crer que a vida é feita de simplicidade.

A minha companheira Fernanda Porto Oliveira, com seu amor e dedicação aos quais foram firmamento para disciplina, foco e persistência. Não obstante, sustentou bravamente todos os momentos delicados da minha ausência neste processo, além de sempre acreditar em mim como um ser capaz de concretizar mais uma etapa profissional importante.

Aos meus cunhados Maurício, Savana e Mari, por ampliarem a nossa família com tanto amor e compaixão.

A família Porto Oliveira, com um enorme carinho, compaixão, afeto, me acolheram como uma verdadeira filha, irmã, tia e cunhada.

As incríveis pessoas que me proporcionaram conhecer e migrar no universo paralímpico, Ana Teixeira, Sonia Ribeiro, Deolinda Fernandes, Aldo Pavesi e demais integrantes do Centro Esportivo para Pessoas Especiais – CEPE, que no marcante ano de 2001 me acolheram com tanto carinho e me mostraram um novo caminho de sonhos e possibilidades.

A minha orientadora Gelcemar Oliveira Farias, pelas valiosas contribuições durante todo esse caminhar, que me fez acreditar que seria possível realizar este projeto profissional e pessoal, por ter me mostrado a essência do caminho formativo. “Gel” saiba que a minha gratidão é imensurável, ter aprendido tantas coisas na ciência e na vida, não tem preço. Desejo-te bênçãos infinitas! Obrigada por me ouvir, me consolar, me incentivar, confiar e oportunizar momentos memoráveis de aprendizagem! Agradeço também a banca por aceitarem fazer parte desta construção. Obrigada ao Professor Juarez, Professor Julio, Professora Bruna e Professora Sonia.

Aos amigos do LAPE/NUPPE, com muito carinho, atenção, disponibilidade e que não mediram esforços para me ajudar nesta caminhada. Agradeço especialmente aos novos amigos para a vida Carine, Felipe, “Ricardinho”, William, “Day”, “Aninha”, Carlos, “mana Dhéia”, principalmente por terem sido um aporte importante nesta construção. Aos incríveis professores Juarez Nascimento e Michel Milistedt.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao Centro de Desportos (CDS) e ao Programa de Pós-graduação em Educação Física (PPGEF), por terem concedido estrutura física e pelos profissionais que trabalham com muita dedicação para o aprimoramento profissional de todos.

Agradeço também à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ao Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID), ao Grupo de Estudos em Práticas Pedagógicas da Educação Física (GEPRPEF) em especial a Prof^a. Dr^a. Alexandra Folle.

A minha irmã do coração, Marília, por todo o apoio e exemplo de perseverança profissional e amiga para todas as horas.

A todos que de maneira direta e indireta, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui com o sentimento de realização pessoal e profissional!

Agradecimento todo especial a Associação Nacional de Desporto para Deficientes - ANDE, por fomentar a incrível modalidade Bocha Paralímpica e por ter oportunizado minha formação como árbitra no cenário regional, nacional e internacional. Agradeço especialmente aos meus mestres na arbitragem Alex Alonso e Raquel Daffre de Arroxellas, que jamais me deixaram desistir em tempos difíceis.

A BISFed, por ter me acolhido em seu corpo de arbitragem com tanto carinho e profissionalismo, assim como todos os árbitros que contribuem para a minha formação contínua na arbitragem.

VIVA A BOCHA!!!

“Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez.”

Jean Cocteau

RESUMO

Competências profissionais de árbitros internacionais de Bocha Paralímpica

Autora: Elizabeth Albano

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gelcemar Oliveira Farias

O estudo apresenta como objetivo geral analisar as competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica. E, como objetivos específicos identificar as características pessoais, acadêmicas e profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica; verificar a importância atribuída às competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica; averiguar as fontes de conhecimento e estratégias de aquisição das competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica.

A investigação se justifica pela possibilidade de apurar as competências profissionais dos árbitros internacionais, de modo a aprofundar os conhecimentos no que concernem os processos formativos, a atuação na atividade de arbitrar a Bocha Paralímpica, com o modelo de Cheetham e Chivers (1996;1998) que permitiu caracterizar tais competências. A pesquisa caracterizada como descritiva apresentou as abordagens quantitativa e qualitativa dos dados coletados. Participaram voluntariamente do estudo 11 árbitros internacionais de Bocha Paralímpica, que responderam um questionário *online* por meio da plataforma Google™ Docs. Os dados de cunho qualitativo foram analisados por meio da análise de conteúdo. Para auxiliar nesse processo, foi utilizado o *software* Nvivo 9.2, a fim de dispor os dados e auxiliar nas particularidades de cada categoria. Os resultados apontam que as competências percebidas pelos árbitros, mediante o modelo teórico que norteou o estudo foram a competência cognitiva, especificamente a dimensão teórica, a competência funcional na dimensão motora e específica do ofício, a competência pessoal e social na dimensão intraprofissional e social e vocacional e os de valores de competências ética, na dimensão ética profissional e ética pessoal. As fontes de conhecimento que os árbitros utilizam para sua intervenção na arbitragem, foram a leitura das regras, as conversas entre os pares, o estudo da modalidade, a preparação a cada ciclo

paralímpico e a participação em comitê de árbitros e de regras da BISFed, sendo que as estratégias podem ser nomeadas como aceite de convites para participação nas competições, tradução das regras para a língua nativa e leitura das regras no idioma oficial da modalidade. Por fim, na análise geral das competências, aquelas que foram elencadas nas respostas emitidas pelos árbitros se caracterizaram pela competência cognitiva na dimensão teórica, tácita, processual, contextual e de aplicação do conhecimento, competência funcional na dimensão específica do ofício, organização e gestão e motora, a competência pessoal e vocacional na dimensão intraprofissional e social e vocacional e os valores de competência ética na dimensão ética profissional e ética pessoal. Pode-se concluir que as metacompetências se manifestaram pelo domínio do idioma oficial da modalidade, suposições e situações com conhecimento prévio e habilidades físicas dos sujeitos. Contudo, as competências profissionais pautadas para a atividade de arbitrar a Bocha Paralímpica, se discorrem em conformidade com as necessidades e habilidades dos árbitros internacionais, primando pelas competências nucleares.

Palavras-chave: Árbitro. Competências profissionais. Bocha Paralímpica.

ABSTRACT

Professional skills of the international referees of Boccia.

Author: Elizabeth Albano

Supervisor: Prof. Dr. Gelcemar Oliveira Farias

The study aims to analyze the professional skills of the international referees of Boccia. And, as specific objectives identify the personal, academic and professional characteristics of the international referees of Boccia; verify the importance attributed to the professional skills of the international referees of Boccia; to ascertain the sources of knowledge and strategies for acquiring the professional skills of the international referees of Boccia. The investigation is justified by the possibility of assessing the professional skills of the international referees, in order to deepen the knowledge regarding the formative processes, the activity in the activity of arbitrating the Paralympic Bocce, with the model of Cheetham and Chivers (1996, 1998) which allowed characterizing such competencies. The research characterized as descriptive presented the quantitative and qualitative approaches of the data collected. Participated voluntarily in the study 11 international referees of Boccia, who answered an online questionnaire through the platform Google™ Docs. Qualitative data were analyzed through content analysis. In order to assist in this process, Nvivo 9.2 software was used in order to provide the data and to assist in the particularities of each category. The results shows that the competences perceived by the referees, through the theoretical model that guided the study were the cognitive competence, specifically the theoretical dimension, the functional competence in the motor and specific dimension of the trade, personal and social competence in the intraprofessional and social dimension and vocational and ethical competency values, in the professional ethics dimension and personal ethics The sources of knowledge that the referees use for their intervention in arbitration were reading the rules, conversations among peers, studying the modality, preparing for each paralympic cycle and participation in the referees committee and BISFed rules, and the strategies can be nominated as accepted invitations to participate in competitions, translation of the rules for the native language and reading of the rules in the official language of the sport. Finally, in the general

analysis of competences, those that were listed in the answers given by the referees were characterized by cognitive competence in the theoretical, tacit, procedural, contextual and application dimension of knowledge, functional competence in the specific dimension of the craft, organization and management, and personal and vocational competence in the intraprofessional and social and vocational dimension and the values of ethical competence in the professional ethical dimension and personal ethics. It can be concluded that the meta-competences were manifested by the domain of the official language of the modality, assumptions and situations with previous knowledge and physical abilities of the subjects. However, the professional skills assigned to the activity of refereeing the Boccia, are discussed in accordance with the needs and abilities of the international referees, emphasizing the nuclear competences.

Keywords: Referee. Professional skills. Boccia.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Instrumento de coleta de dados	156
Apêndice 2: Matriz analítica do questionário	161

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Protocolo de autorização de pesquisa do CEPSH	164
Anexo 2: Termo de Consentimento livre e Esclarecido versão inglês	166
Anexo 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido versão portugues	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tempo da parciais do jogo de Bocha Paralímpica	58
Quadro 2 – Funções atribuídas aos árbitros de Bocha Paralímpica	64
Quadro 3 – Síntese categorias e subcategorias de análise	92
Quadro 4 – Fontes de conhecimento utilizadas na atividade de arbitrar	121
Quadro 5 – Estratégias e competências profissionais de árbitros de Bocha Paralímpica	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadra de Bocha Paralímpica	57
Figura 2 - Kit de bolas de Bocha Paralímpica	58
Figura 3 - Placar eletrônico da Bocha Paralímpica	59
Figura 4 - Moeda de sorteio	65
Figura 5 - Indicação da cor azul	65
Figura 6 - Indicação da cor vermelha	66
Figura 7 - Compasso grande e pequeno	66
Figura 8 - Medição com compasso	66
Figura 9 - Lanterna	67
Figura 10 - Medição com lanterna	67
Figura 11 - Medidor de folgas.....	68
Figura 12 - Trena	68
Figura 13 - Medição com a trena	68
Figura 14 - Balança	69
Figura 15 - Régua de medição	69
Figura 16 - Iniciar o aquecimento ou o lançamento da bola alvo	70
Figura 17 - Tempo técnico ou assistência médica	70
Figura 18 - Substituição	70
Figura 19 - Medição das bolas	71
Figura 20 - Convite para ver o jogo.....	71
Figura 21 - Comunicação inapropriada	71
Figura 22 - Bola fora / bola morta.....	72
Figura 23 - Bola de penalização	72

Figura 24 - Bolas equidistantes	72
Figura 25 - Aviso	73
Figura 26 - Aviso e desqualificação	73
Figura 27 - Desqualificação	74
Figura 28 - Indicação 3 pontos vermelho	74
Figura 29 - Indicação 10 pontos vermelho	74
Figura 30 - Fim da parcial/fim do jogo	75
Figura 31 - Gesto do árbitro de linha	75
Figura 32 - Modelo de competência Profissional de Cheetam e Chivers	81
Figura 33 - Apresentação do TCLE aos participantes do estudo	90
Figura 34 - Apresentação do questionário para os participantes do estudo	91
Figura 35 - Competências e metacompetências de árbitros internacionais de Bocha Paralímpica	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Árbitros que atuaram nos Jogos Paralímpicos Rio 2016 na modalidade Bocha Paralímpica	87
Tabela 2 – Dados sociodemográficos dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica	95
Tabela 3 – Atividade profissional e contato com a Bocha Paralímpica	98
Tabela 4 – Atuação e formação na atividade de arbitrar ...	101
Tabela 5 – Experiência de intervenção profissional na atividade de arbitrar Bocha Paralímpica	104

LISTA DE SIGLAS

- ABDA:** Associação Brasileira de Desporto para Amputados
- ABDC:** Associação Brasileira de Desporto para Cegos
- ABDEM:** Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais
- ABRADECAR:** Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas
- ABRC:** Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas
- ANDE:** Associação Nacional de Desporto para Deficientes
- APAE:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BISFed:** Boccia International Federation
- CBBC:** Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas
- CBBD:** Confederação Brasileira de Badminton
- CBC:** Confederação Brasileira de Ciclismo
- CBCa:** Confederação Brasileira de Canoagem
- CBDN:** Confederação Brasileira de Desportos na Neve
- CBDS:** Confederação Brasileira de Desporto para Surdos
- CBDV:** Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
- CBH:** Confederação Brasileira de Hipismo
- CBR:** Confederação Brasileira de Remo
- CBT:** Confederação Brasileira de Tênis
- CBTArco:** Confederação Brasileira de Tiro com Arco
- CBTM:** Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
- CBTri:** Confederação Brasileira de Triathlon
- CBVA:** Confederação Brasileira de Vela Adaptada
- CBVD:** Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes
- CDS:** Centro de Desportos
- CEPSH:** Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos
- CISS:** Comitê Internacional de Desporto para Surdos
- CPB:** Comitê Paralímpico Brasileiro
- CP-ISRA:** Cerebral Palsy International Sports & Recreation Association

CPSP: Clube dos Paraplégicos de São Paulo

IBSA: International Blind Sports Federation

ICC: Comitê Internacional de Coordenação de Desportos Desabilitados no Mundo

INAS-FID: Federações Esportivas Internacionais para Pessoas com Deficiência Intelectual

IOSD: Organização Internacional do Desporto para Pessoas com Deficiência

IPC: Comitê Paralímpico Internacional

ISMGF: International Stoke Mandeville Games Federation

LAPE: Laboratório de Pedagogia do Esporte

PC: Paralisia Cerebral

PPGEF: Programa de Pós-Graduação em Educação Física

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	35
1.1 CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA	35
1.2 OBJETIVOS	40
1.2.1 Objetivo geral	40
1.2.2 Objetivos específicos	40
1.3 JUSTIFICATIVA	40
1.4 DEFINIÇÃO DOS TERMOS	42
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	42
2 REVISÃO DA LITERATURA	45
2.1 O ESPORTE PARALÍMPICO: CONCEPÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS	45
2.1.1 O Brasil nos esportes adaptados: o prelúdio do movimento paralímpico	52
2.2 O PERCURSO DO ESPORTE PARA PESSOAS COM SEVERO COMPROMETIMENTO MOTOR: AS PRIMÍCIAS DA BOCHA PARALÍMPICA	53
2.2.1 A Bocha Paralímpica como esporte paralímpico	53
2.2.2 As particularidades da Bocha Paralímpica: as configurações da modalidade	53
2.3 OS ATRIBUTOS DO CONDUTOR DO JOGO: O ÁRBITRO NO CONTEXTO ESPORTIVO.	60
2.3.1 A intervenção profissional do árbitro de Bocha Paralímpica	61
2.4 AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS: OS PRINCÍPIOS DAS QUALIFICAÇÕES APLICADAS	76
2.4.1 Modelo de competências profissionais de Cheetam e Chivers	78
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	85
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	85
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO	85
3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	88

3.4 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE INFORMAÇÕES.....	89
3.5 CUIDADOS ÉTICOS.....	91
3.6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	91
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	95
4.1 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS, ACADEMICAS E PROFISSIONAIS DOS ÁRBITROS INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA	95
4.2 Competências Profissionais Percebidas Pelos Árbitros Internacionais De Bocha Paralímpica Para Atividade De Arbitrar	108
4.2.1 Competência Cognitiva	109
4.2.2 Competência Funcional	111
4.2.3 Competência Pessoal e social	115
4.2.4 Valores de competência ética.....	117
4.3 FONTES DE CONHECIMENTO E ESTRATÉGIAS PARA AQUISIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ÁRBITROS INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA..	120
4.3.1 Fontes de conhecimentos para aquisição de competências profissionais.....	121
4.3.2 Estratégias de conhecimento para aquisição de competências profissionais.....	126
4.4 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADE DE ARBITRAR BOCHA PARALÍMPICA	129
4.4.1 Competência cognitiva para a atividade de arbitrar Bocha Paralímpica	132
4.4.2 Competência funcional para a atividade de arbitrar Bocha Paralímpica	134
4.4.3 Competência pessoal e social na atividade de arbitrar Bocha Paralímpica	136
4.4.4 Valores/competencia ética para atividade de arbitrar Bocha Paralímpica	136
4.4.5 As metacompetências para arbitrar a Bocha Paralímpica	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139

5.1 Recomendações e sugestões	141
REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICES.....	155
ANEXOS	163

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

No âmbito esportivo, a figura do árbitro é fundamental no que se refere aos elementos de competição (SANTOS, 2010). O árbitro, tanto na esfera dos esportes coletivos, quanto dos esportes individuais, sejam eles com ou sem bola, corridas, lançamentos, arremessos, esportes de contato físico, neste caso as lutas, tem-se profissionalizado, adquirindo competências e habilidades caracterizadas por Fleury e Fleury (2001) como conjunto de conhecimentos e atitudes que fundamentam o alto desempenho do ser humano, sendo baseado na inteligência e na personalidade do indivíduo, sendo que a carreira da atividade de arbitrar permite uma

orientação na ascensão hierárquica desta função iniciando pela regional, na sequência nacional e como último nível a internacional.

Nesta vertente, entende-se que a carreira do árbitro deve ser percebida não apenas no sentido da remuneração, mas no sentido de dedicação e do empenho para o desenvolvimento de estudos, como também para o aprimoramento na área específica de atuação (KOCIAN et al., 2007). Sendo assim, a intervenção do árbitro se configura na esfera competitiva, por meio das ações técnica, humana e social, as quais exigem tomadas de decisões, integridade física e moral (LIMA, 2005).

Para Zingano (2010), o árbitro assume a responsabilidade da condução do jogo submetido às regras, com critérios e avaliações decisivas. Portanto, compete a ele manter-se atento, concentrado, bem posicionado para identificar as infrações ou violações, bem como tomar decisões em frações de segundos sobre os acontecimentos do jogo. Além disso, o árbitro, exerce uma função pedagógica e regulamentar no âmbito do sistema de treinamento, pois permite que o atleta faça uso de seus resultados como caminho de *feedback* para reiniciar um novo processo de preparação desportista e melhoria da qualidade de suas ações (TÔNDOLO; SEDREZ, 2008).

Nesta perspectiva, o árbitro se revela como a primeira consciência, a primeira impressão, a primeira reflexão, o primeiro

entendimento do que contempla a regra de uma modalidade esportiva. Ele é a garantia ou referencial da verdade desportiva de uma competição, pois arbitrar desportivamente não é apenas assistir ao jogo de maneira passiva, muito menos agir de maneira mecânica, é agir de maneira fundamentada na verdade do jogo (BARATA-MOURA, 1991), uma verdade interpretada com a devida preparação prévia.

Desta forma, a atividade de arbitrar envolve lidar com outras pessoas (jogadores, treinadores, espectadores, gestores, meios de comunicação, outros árbitros ou assistentes, repórteres, supervisores), que trabalham em organizações, clubes, federações, confederações, associações, rádio, televisão, escolinhas, com o intuito de aperfeiçoar de maneira consistente sua atuação na arbitragem (LEÓN, 1999). Além disso, a atividade de arbitrar envolve situações de conflito, momento que remete a atuação do profissional a constante pressão, evitando ao máximo o cometimento de erros (TÔNDOLO; SEDREZ, 2008). Arbitrar é uma atividade desenvolvida por árbitros, juízes, cronometristas e apontadores, os quais executam ações como: organizar, qualificar, votar, anotar, medir, aplicando estatutos, códigos e regras específicas para determinada a modalidade (GARCIA; DIAS, 2004).

Neste cenário, ser árbitro, para Lima (2005), significa uma condição prática de uma atividade abstrusa e imediata ou próxima do acontecimento desportivo a que se imputa a respectiva intervenção profissional. No contexto social do desporto, o árbitro é considerado o consagrador do que acontece no jogo/competição, na medida em que a sua intervenção seja imparcial, não influenciando de qualquer maneira nos resultados e no andamento do jogo.

O árbitro, também exerce uma função interpretativa, pois executa uma tarefa à qual exige qualidades profissionais necessárias ao exercício da atividade de arbitrar por meio de condução e aplicação das regras durante o jogo. Para o êxito da sua atuação, torna-se necessário personalidade para a condução do jogo e o desenvolvimento técnico e tático que pode ser acometido por ações antidesportivas suscetíveis a violência, em alguns casos (TÔNDOLO; SEDREZ, 2008). As garantias expressas pelo árbitro são atribuídas pela competência, imparcialidade, autoridade, conceito de regulamento, preparação física e psicológica. Entretanto, as exigências atribuídas ao árbitro

são: responsabilidade, exatidão, notório conhecimento e aplicação rigorosa das regras (LIMA, 2005).

No contexto das modalidades esportivas adaptadas a atividade de arbitrar, especificamente, a Bocha Paralímpica é apresentada como uma modalidade esportiva direcionada para pessoas que apresentam severa disfunção motora (ARROXELLAS, 2015). Mundialmente, a Federação Internacional de Bocha (BISFed) é responsável pelas competições internacionais e a Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE) fomenta esta modalidade no Brasil por meio de campeonatos regionais que são classificatórios para o campeonato brasileiro. Nesta perspectiva, a arbitragem da Bocha Paralímpica é entendida como necessária para a garantir a correta aplicação das regras desta modalidade.

Cabe ressaltar, que os cursos de arbitragem no Brasil iniciaram em 2001 por meio da ANDE, com o total de 11 participantes e desde então, durante a realização de campeonatos regionais, cursos são ofertados de forma teórica e prática, com vistas para aprimorar as atividades profissionais dos árbitros. No âmbito nacional os árbitros atuantes nos campeonatos de Bocha Paralímpica são nomeados e categorizados pela ANDE, enquanto que os árbitros atuantes em competições internacionais são nomeados pela BISFed.

Para a intervenção profissional neste esporte na atuação como árbitro, é necessária uma formação específica que ocorre por meio de cursos de nível regional, nacional e internacional, que, posteriormente, qualifica este árbitro para atuação nas competições. No entanto, a intervenção profissional do árbitro não ocorre apenas com curso específico de arbitragem, pois este indivíduo carrega consigo conhecimentos provenientes de outras formações e, tais formações, podem contribuir no exercício da arbitragem e no decorrer do desenvolvimento profissional. As competências profissionais se evidenciam assumindo um importante papel nesta prática, pois estão diretamente relacionadas ao campo social do esporte (BATISTA, 2008).

As competências profissionais são percebidas como características implícitas ao indivíduo, comumente relacionadas ao desempenho bem-sucedido na realização de uma determinada tarefa ou situação, podendo ainda ser enfatizada a um determinado modelo de desempenho atingido ou por um comportamento específico pelo qual tal *performance* é alcançada

(ROWE, 2005). Nesta perspectiva, o conceito de competência é entendido como um concomitante de conhecimentos, habilidades e atitudes (ou seja, uma combinação de capacidades humanas) que fundamentam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão respaldados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém, com os seguintes saberes: saber agir, saber mobilizar recursos, saber comunicar, saber aprender, saber engajar-se e comprometer-se, saber assumir responsabilidades e saber ter visão estratégica (FLEURY; FLEURY, 2001).

No cenário esportivo, as competências profissionais têm sido investigadas em Portugal por Batista (2008), em que aborda os modelos de competências profissionais, sob ótica dos profissionais da Educação Física, atividade física adaptada, treino esportivo e *fitness*; Cunha et al. (2010) investigaram as necessidades de formação das competências profissionais de treinadores de Futebol em função dos anos de experiência profissional e da formação federativa; Carvalhinho (2006) apresenta estudo de doutoramento voltado para as competências profissionais dos técnicos desportivos em esportes da natureza.

No Brasil, as competências profissionais de profissionais do esporte é apresentada por Talamoni, Oliveira e Hunger (2013), em que descrevem as configurações do futebol brasileiro, por meio da trajetória de um treinador, assim como Cortela et al. (2017) apontam a formação inicial de treinadores e o domínio percebido do constructo da competência profissional.

Na atividade de arbitrar, o árbitro foi protagonista de estudo voltado às competências profissionais, apresentados por Nunes e Shigunov (2002), que investigaram a autoestima e percepção de competência profissional do árbitro de futebol do estado de Santa Catarina. Os motivos de escolha de ser árbitro de futebol, foi pesquisado por Rolim (2014) em que revelou aspectos relevantes de permanência e aderência na carreira de arbitrar.

Os processos formativos associados as competências profissionais foi pesquisado por Brochado (2012) em que resultou na proposta de um manual para o árbitro de futebol atuante em Portugal. Tais estudos, subsidiaram esta investigação, pois contextualizam de forma proximal com a atuação do árbitro de Bocha Paralímpica, em que descortinou as manifestações das competências profissionais.

Um dos modelos utilizados na literatura e adotado para esta investigação é o de Cheetham e Chivers (1996; 1998) em que apresentam definições de competências profissionais e suas peculiaridades no que tange as concepções abordadas:

- a) Competências cognitivas, definidas por possessão de conhecimentos apropriados relativos ao trabalho e habilidade de aplicabilidade, por meio de conhecimentos, tácito e prático, técnico e teórico, procedimental e contextual;
- b) Competências funcionais, estabelecidas pelas habilidades de desempenhar de maneira concreta as incumbências e produção de resultados específicos, através dos aspectos específicos da ocupação, organizacional e processos, mental e psicomotor;
- c) Competências pessoais/comportamentais caracterizadas pelas habilidades de empregar comportamentos pertinentes, perceptível em situações relativas ao trabalho, definidas por aspectos social/vocacional, com comportamentos relacionados ao desempenho das atividades profissionais, autoconfiança, centralidade, resistência;
- d) Competências de éticas/valores que se definem pelas propriedades de valores pessoais e profissionais apropriados e capacidade em aplicar em situações relativas ao trabalho, com aglutinação de códigos profissionais, sensibilidade ambiental, adoção de atitudes profissionais apropriadas, dever de manter-se atualizado;
- e) Metacompetências, nas quais são caracterizadas por competências que podem auxiliar na obtenção ou análise de outras competências, sendo estas atribuídas pela comunicação, autodesenvolvimento, criatividade, análise, solução de problemas, reflexão e agilidade mental.

As competências também podem ser analisadas quando associadas a verbos como: saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, saber engajar-se, assumir responsabilidades, ter visão estratégica.

Considerando o que foi exposto, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: como se estabelece as

concepções de competências profissionais na perspectiva dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar as competências profissionais na perspectiva dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as características pessoais, acadêmicas e profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica;
- Verificar a importância atribuída às competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica;
- Averiguar as fontes de conhecimento e estratégias de aquisição das competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica.

1.3 JUSTIFICATIVA

A atividade de arbitrar é compreendida pela atuação do árbitro, sendo este um elemento integrante do jogo, submetido as regras e dependente de uma avaliação decisiva, autorizada e criteriosa, com intervenções na diversidade das práticas esportivas que vão desde a iniciação esportiva até ao alto rendimento (LIMA, 2005). A responsabilidade de exercer o papel de árbitro é imensurável, pois lida com o treinamento de atletas, técnicos e demais profissionais do esporte, e, principalmente com resultados provenientes de tais treinamentos capazes de garantir ao atleta sua remuneração na maioria dos casos.

A identidade de árbitro sempre foi muito presente em minha formação, graças aos esforços imensuráveis de meu pai “Toninho” Albano, que atuou como árbitro de futsal e futsal para cegos por mais de vinte anos, sempre com ética e dignidade que

inspirou não só a mim, mas também meu irmão Eduardo Albano, que se tornou árbitro de basquete aos vinte e quatro anos e reconhecido internacionalmente no cenário da arbitragem com trinta e um anos. Estes dois grandes exemplos me entusiasmaram para exercer a atividade de arbitrar, inicialmente no basquete convencional e no basquete em cadeira de rodas, atuando como mesária e posteriormente na Bocha Paralímpica.

A oportunidade de conhecer a Bocha Paralímpica ocorreu mediante o contato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE) de Barra Velha/SC, no ano de 2011, e desde então, com a realização do curso de arbitragem ministrado pelo professor Alessandro Alonso de Faria Lautherbach no ano seguinte, por meio da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE), permitiu vivenciar experiências significativas na atividade de arbitrar. Tais experiências, somadas a continuidade da formação técnica oportunizou acessar a certificação internacional no ano de 2015, na cidade de Poznan, na Polônia. A certificação internacional oportunizou atuar como árbitra principal no World Open de Bocha no Canadá, na cidade de Montreal, em 2016 e 2017, atuação como mesária e árbitra de linha nas Paralimpíadas Rio 2016. Em 2017, as convocações sucederam para atuar no Parapan de Jovens, em São Paulo como árbitra principal, bem como no Américas Championships em Cali na Colômbia e Kansas World Open nos Estados Unidos e no mês de janeiro de 2018, como árbitra principal nos Jogos Paralímpicos da América Central, na cidade de Manágua na Nicarágua.

Para além da proximidade profissional com o campo investigado, esta pesquisa se justifica pela escassez de estudos voltados à figura do árbitro, especialmente, no cenário paradesportivo, havendo carência de investimentos no âmbito científico. Somado a estes fatores, compete mencionar a imensa vontade de apropriação e aprofundamento nos conhecimentos que concernem as competências profissionais na perspectiva dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica, atuantes na modalidade. A possibilidade de investigar as competências profissionais dos árbitros internacionais de três continentes: americano, europeu e asiático, oportuniza a ampliação do campo de investigação acerca desta função, relevante e indispensável ao desenvolvimento desta modalidade esportiva.

No cenário da arbitragem internacional de Bocha Paralímpica, a motivação para a realização deste estudo se

configura pela diversidade cultural e na formação destes, o que permitirá conhecer estes indivíduos no que tange seu perfil profissional, bem como as competências que vem sendo desenvolvidas por eles na sua atuação de árbitro.

Compreende-se que o desenvolvimento deste estudo trará contribuições no contexto da intervenção do árbitro no cenário paradesportivo, sob o entendimento de experientes personagens da atividade de arbitrar esta modalidade esportiva, no que tange as competências profissionais, caracterizadas pelas tomadas de decisões, iniciativa, ser capaz de empregar os conhecimentos adquiridos ao longo da carreira, a qualidade de ser adequado e qualificado, tanto física como intelectualmente, para enfrentar os desafios (ZARAFIAN, 2010).

Acredita-se que a partir da divulgação deste estudo haverá uma maior visibilidade desta modalidade no meio acadêmico, despertando o interesse na realização de outros estudos. Não obstante, o conhecimento agregado da pesquisadora associado às leituras e ampliação das ações no período do mestrado é imprescindível para o fomento desta pesquisa.

1.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS

Árbitro: responsável pela condução do jogo, zelando pelo cumprimento das regras e regulamentos (BROCHADO, 2012).

Arbitragem: atividade com atuação de árbitros, juizes, cronometristas e apontadores, os quais executam ações de organizar, qualificar, votar, anotar, medir, durante uma competição, aplicando estatutos, códigos, regras específicas para a modalidade (GARCIA; DÍAZ, 2004).

Competência profissional: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas (FLEURY; FLEURY, 2001).

Bocha Paralímpica: esporte praticado por pessoas com paralisia cerebral severa, e de outras deficiências, desde que os atletas sejam tetraplégicos e se enquadrem em uma das quatro classes funcionais da modalidade (ARROXELLAS, 2015).

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo delimitou-se a investigar as competências profissionais dos árbitros de Bocha Paralímpica, por meio das percepções destes sujeitos, permitindo aplicar tais informações no modelo de competências profissionais de Cheetham e Chivers (1996; 1998). Nesta investigação foram analisados os dados obtidos junto aos árbitros internacionais que atuaram como árbitros principais nas Paralimpíadas Rio 2016 nas diferentes classes funcionais da modalidade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo de revisão de literatura constam os referenciais que consolidaram as discussões dos resultados do estudo. Na primeira parte, foi apresentado o cenário do esporte paralímpico e as suas concepções e aspectos históricos, enquanto movimento esportivo voltado exclusivamente a prática do esporte para pessoas com deficiência, a segunda parte aborda o árbitro no contexto esportivo e na terceira, e última parte, são abordadas as competências profissionais que configuram a atividade de arbitrar na Bocha Paralímpica.

2.1 O ESPORTE PARALÍMPICO: CONCEPÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS

O esporte se fez presente na sociedade hodierna, por meio da diversidade de manifestações que representam expressões e interpretações culturais, que se conciliam conforme suas necessidades, expectativas, objetivos e limitações dos sujeitos em sua prática (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2006). Inegavelmente, o esporte para pessoas com deficiência e o esporte paralímpico, objetivam a integração destas pessoas no universo esportivo, a partir da adaptação de suas práticas, pois consiste na incorporação de corpos que apresentam limitações seja por meio das estruturas físicas, fisiológicas, comportamentais e sociais, tornando-se impossibilitados de participar das modalidades esportivas convencionais.

Nesta premissa, o esporte para pessoas com deficiência, popularmente conhecido como esporte adaptado ou paralímpico, é denominado por Araújo (1997), como a adaptação de um esporte já conhecido e de suas regras para que populações diferenciadas possam praticá-lo. No entanto, diferente dos esportes adaptados, Arroxellas (2015), salienta que algumas modalidades esportivas foram criadas, especificamente para atender as pessoas com deficiência, como é caso do *goalball*, esporte exclusivamente praticado por deficientes visuais e mais

recentemente o *race running*¹ petra, praticado por pessoas com paralisia cerebral.

Além disso, Araújo (1997), também ressalta que historicamente há registros de que as pessoas surdas foram as primeiras a praticarem o esporte adaptado, como o beisebol e o futebol, por volta de 1870, nos Estados Unidos. No entanto, para Arroxellas (2015), o Dr. Ludwig Guttmann foi o responsável pelo esporte adaptado no mundo, sendo que em 1944, por meio de suas ações, incorporou os esportes como uma importante ferramenta de reabilitação para ex-combatentes de guerra, no Hospital de Stoke Mandeville, na Inglaterra. Com os avanços de suas atividades, a proposta de reabilitação por meio do esporte se propagou ao redor do mundo.

Ainda perpassando pelo contexto histórico, Costa e Sousa (2004), revelam em seu estudo que em 1952, uma equipe de veteranos de guerra, do Centro Militar de Reabilitação de Doorn, nos Países Baixos, realizaram os primeiros jogos relacionados as modalidades basquetebol e futebol, os quais competiram com uma equipe britânica de Stoke Mandeville, vindo a ser reconhecido como os primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville.

Já em 1960, sob amparo da Federação Mundial de ex-militares, foi formado um Grupo Internacional de Trabalho sobre Desporto para Pessoas com Deficiência para estudar as dificuldades do esporte para esta população. Tal formação, resultou na criação em 1964, da Organização Internacional do Desporto para Pessoas com Deficiência (IOSD) que ofereceu oportunidades de participação em jogos esportivos para os atletas que não podiam se afiliar aos Jogos internacionais Stoke Mandeville, como os deficientes visuais, os amputados, as pessoas com paralisia cerebral e os paraplégicos. (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 201?)

No ano de 1960, Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, na Itália, sugere que os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville se realizassem naquele ano na capital italiana, de modo a integrar-se a XVI Olimpíada. Neste momento histórico acontece os primeiros Jogos Paralímpicos, associado a XVI Olimpíada, recebendo a designação de

¹*Race Running*, conhecido no Brasil como Petra, é um esporte praticado por atletas com paralisia cerebral, que correm em seus próprios pés apoiados em um suporte (ANDE, s.d.).

Olimpíadas dos Portadores de Deficiência, atualmente denominado de Paralimpíadas (COSTA; SOUSA, 2004).

Estes Jogos tornaram-se os Jogos Paralímpicos que ocorreram em Roma, na Itália em 1960, com mais de 400 atletas de 23 países. Desde então, eles ocorrem a cada quatro anos. O termo paralímpico começou a ser usado em 1964, durante os Jogos de Tóquio, com fusão das palavras paraplegia e olímpico. Entretanto, as modalidades que fazem parte dos jogos, em sua maioria são as modalidades olímpicas, seja de participação individual ou coletiva, com as adaptações necessárias para propiciar a prática pelas pessoas com deficiência (COSTA; SOUSA, 2004).

Em 1976, os primeiros Jogos de Inverno na história dos Jogos Paralímpicos foram realizados na Suécia, e, como acontece com os Jogos de Verão, onde foi realizado no mesmo ano na cidade de Toronto no Canadá, tornando-se os primeiros jogos Paralímpicos das Américas, com a inclusão de atletas cegos e amputados, por meio da Organização Internacional do Desporto para Pessoas com Deficiência (IOSD) com 16 países associados, não medindo esforços para que pudesse integrar outras deficiências, como a paralisia cerebral, em 1980 em Arnhem. O objetivo da IOSD foi de inserir todas as deficiências nas práticas esportivas e atuar como um Comitê de co-coordenação. No entanto, outras organizações internacionais segmentadas na diversidade das deficiências, como a Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association (CPISRA) e International Blind Sports Federation (IBSA), que foram fundadas em 1978 e 1980 e assim, intervindo como órgãos competentes no fomento e na difusão dos esportes paralímpicos (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2017)

As quatro organizações internacionais experimentaram a necessidade de coordenar os Jogos para que criassem o "Comitê Internacional de Coordenação de Desportos Desabilitados no Mundo" (ICC) em 1982. O ICC foi originalmente composto pelos quatro presidentes do CPISRA, IBSA, ISMGF e ISOD, secretários gerais e um membro adicional (no início, era o vice-presidente e, mais tarde, o diretor técnico). O Comitê Internacional de Desporto para Surdos (CISS) e Federações Esportivas Internacionais para Pessoas com Deficiência Intelectual (INAS-FID) se juntou em 1986, mas os surdos ainda mantiveram sua própria organização. No entanto, as nações membros exigiram mais representação

nacional e regional na organização (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 201?).

Os jogos de Seul em 1988, representaram um marco histórico nos esportes paralímpicos, pois pela primeira vez a competição foi realizada na mesma estrutura dos Jogos Olímpicos, não ocorrendo mais como um evento paralelo e inaugurando um modelo que se mantém desde então. Deste modo, os países candidatos para sediar uma Olimpíada devem presumir as Paralimpíadas como extensão das Olimpíadas para que se tornem verdadeiramente país sede dos Jogos. Entretanto, a partir de 2000 em um acordo realizado entre o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paralímpico Internacional, tornou-se um requisito obrigatório no caderno de encargos para os país candidato a sediar uma Olimpíada (ARAÚJO, 1997).

Em 22 de setembro de 1989, em Dusseldorf na Alemanha o Comitê Paralímpico Internacional foi fundado como uma organização internacional sem fins lucrativos para atuar como órgão governante global do Movimento Paralímpico (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 201?).

Tecendo a trajetória dos Jogos Paralímpicos, quatro anos depois em Barcelona, no ano de 1992, apresentou um novo modelo com a unificação de aspectos organizacionais e visuais, se comparado com as Olimpíadas. Com a participação de 2999 atletas, 83 países competiram em 489 disputas de medalhas em 16 esportes, com 279 recordes mundiais, foi um evento em que aproximou o público da realidade esportiva para pessoas com deficiência, com ações de marketing e vendagem de mais de 125 mil ingressos somente para o cerimonial de abertura e encerramento, sendo pioneiro na transmissão ao vivo dos Jogos e presença de mais de 1,5 milhão de pessoas nas instalações dos Jogos (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2017).

O ano de 1996 foi marcado pela participação de deficientes intelectuais nos Jogos Paralímpicos de Atlanta, nas modalidades esportivas do atletismo e da natação, o diferencial destes jogos foi a implementação do sistema de cotas para incluir delegações que não obtiveram classificação de seus atletas e o patrocínio de setor privado. Alusivo aos Jogos, foi realizado o terceiro Congresso Paralímpico Internacional permeado por temas de capacitação política e econômica de pessoas com deficiência, bem como questões de inclusão nos esportes de elite (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 20??).

Seguindo com o percurso dos Jogos Paralímpicos, na virada do milênio e completando 40 anos de história, os Jogos Paralímpicos de Sidney no ano 2000, foi a primeira edição realizada no hemisfério sul, batendo recorde de vendas de ingressos e de correspondentes do mundo inteiro para cobrir este evento com mais de 2 mil jornalistas transmitindo os Jogos utilizando novas tecnologias ao transmitir pela internet com mais de 100 horas de jogos neste formato, o site oficial do jogos obteve mais 300 milhões de acessos em 10 de jogos, exibindo o esporte para pessoas com deficiência para o planeta (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 20??).

Com o passar dos anos e tamanha expressividade, os Jogos Paralímpicos de Atenas em 2004, foi sediada pela primeira vez no berço dos Jogos Olímpicos com a participação de 136 Comitês Paralímpicos Nacionais, nos quais 75 regressaram ao seu país com a conquista de pelo menos uma medalha e 17 países com registros de recordes. Usufruindo das mesmas instalações das Olimpíadas, a Vila Paralímpica registrou a presença de mais 3.800 atletas, em que as mulheres obtiveram recorde em participação nestes jogos totalizando 1160 atletas competindo. Nesta edição dos Jogos, as modalidades Futebol de 5 (modalidade esportiva para deficientes visuais) e o tênis em cadeira de rodas (modalidade esportiva para pessoas com deficiência física) foram incluídos e mantidos atualmente nas modalidades que disputam medalhas nos Jogos.

Com a presença de 250 observadores de 16 futuros comitês organizadores e federações esportivas internacionais, foi um marco história no paradesporto mundial, com uma nova perspectiva do esporte de alto rendimento para outros países, em que o Comitê Paralímpico Internacional proporcionou visitas guiadas para estes observadores, com o objetivo de direcionar ações que pudessem fortalecer estes países na implantação de estrutura do esporte paralímpico em seus respectivos países (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2017).

Com a criação de novos comitês paralímpicos ao redor do mundo, os jogos Paralímpicos de Pequim em 2008 teve a participação de 146 Comitês Paralímpicos Nacionais, com a realização de 472 eventos em 20 modalidades esportivas e com o remo estreando nesta edição dos jogos. Com a quebra de 279 recordes mundiais e também recorde na venda de ingressos com mais 1,82 milhão, o esporte paralímpico também foi assistido pelo

mundo inteiro, em que pela primeira vez em parceria com o *YouTube*®, os jogos foram transmitidos por meio deste canal, atingindo primeiro lugar nesta rede social nas categorias “mais vistos”, “mais vistos – diretores” e “mais vistos – parceiros”, permitindo que qualquer pessoa pudesse assistir os jogos em tempo real em qualquer lugar (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2017).

Os Jogos Paralímpicos de Londres 2012, foi marcado pelo retorno dos Jogos a sua origem, pois em SotkeMandeville no ano de 1946, a cidade foi sede dos primeiros jogos para pessoas com deficiência tornando-se um marco histórico do paradesporto do mundo inteiro. Esta edição dos jogos foi destacada pela participação do sul africano Oscar Pistorius, atleta do atletismo que é amputado nos dois membros inferiores, que semanas antes competiu nas Olimpíadas com atletas do atletismo convencional, onde se classificou para as semifinais na prova dos 400 metros rasos, causando notoriedade nesta participação.

Por meio de tamanha expressividade, deu-se início discussões inclusive no meio científico em que abordam os limites do esporte para pessoas com e sem deficiência, pois em razão da biamputação, este atleta desafiou os limites instituídos do que se considerava como capacidades “normais” para atletas considerados “normais”, ou seja, sem deficiências. Nesta direção, seu corpo e sua condição não apenas ultrapassaram, mas, igualmente, violaram, permearam e ameaçaram os limites do que era instituído como normalidade para os Jogos Olímpicos (MANSKE; SANTOS, 2015).

Sob os olhares do mundo inteiro, os Jogos Paralímpicos de Londres teve a participação de mais de 4.200 atletas de 165 Comitês Paralímpicos Nacionais, sendo 18 a mais que em Pequim, com atuação de 15 comitês estreantes, tornando-se mais um recorde de participação com a evolução dos Jogos. Os recordes também foram quebrados pelos espectadores com a compra de mais 2,7 milhões de ingressos, assim como na audiência por meio das transmissões para mais de 100 países, mais de 11 milhões de pessoas em todo o planeta assistiram à cerimônia de abertura.

A internet também foi impactada por meio não apenas do site do evento em que obteve mais de 25 milhões de acessos, mas também por outras redes sociais e aplicativos dos jogos com cerca de 5 milhões de aquisições em duas semanas de jogos. O Comitê

Paralímpico Internacional (IPC) registrou mais de 2 milhões de acessos em seu site oficial, e, com 600 vídeos dos jogos publicados, sendo assistido por 300 mil pessoas (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 20??).

Constituindo parte da história dos Jogos Paralímpicos como edição mais recente, o Rio 2016, foi a primeira edição realizada na América do Sul, em que foram disputadas 23 modalidades: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, canoagem, ciclismo de estrada, ciclismo de pista, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, *goalball*, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, rúgbi em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo, vela e vôlei sentado (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2017).

Com a participação de 4.316 atletas representando 159 Comitês Paralímpicos Nacionais, esta edição dos jogos será lembrada por um time formado por Atletas Paralímpicos Independentes em que 2 atletas refugiados competiram, bem como participaram da cerimônia de abertura. Outro fato que marcou os jogos foi a ausência da delegação da Rússia por ter sido banida dos jogos por meio de punição aplicada pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC) após considerar o relatório emitido pela Agência Internacional Antidoping relatar que havia sido instituído um programa de uso de substâncias proibidas, mas apoiado pelo governo russo. Este fato repercutiu em todo o mundo, ampliando o trabalho exercido pelo departamento antidoping (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2017).

Os próximos Jogos Paralímpicos serão realizados em Tóquio no ano de 2020, após ter concorrido com Istambul e Madri, sendo oficialmente declarado como cidade sede em fevereiro de 2012. Nesta edição, os jogos terão a inclusão de mais uma modalidade esportiva o Para-Badminton, esporte adaptado do Badminton convencional, praticado por pessoas com deficiência física, conseguindo aprovação pelo Conselho Administrativo do IPC no ano de 2014 (STRAPASSOM et al., 2017).

2.1.1 O Brasil nos esportes adaptados: prelúdio do movimento paralímpico

Gorgatti e Costa (2013) revelam que o ano de 1958 foi um divisor para o esporte para pessoas com deficiência, na realidade brasileira, tendo em vista a fundação de duas associações voltadas à prática de atividades esportivas, sendo uma na cidade de São Paulo com o Clube dos Paraplégicos (CPSP), tendo como fundador Sérgio Del Grande, que possuía lesão medular e a outra no Rio de Janeiro, o Clube do Otimismo, fundada por Robson Almeida Sampaio, também com lesão medular. Tais iniciativas surgiram logo após o retorno de ambos dos Estados Unidos, quando estes se submeteram a um tratamento de reabilitação, sendo apresentados para o esporte adaptado.

O esporte adaptado no Brasil iniciou suas atividades de maneira tardia se comparado com outros países, da Europa e da América do Norte, pois antes mesmo da criação do Comitê Paralímpico (CPB) no ano de 1995, poucos são os registros da prática esportiva voltada para pessoas com deficiência (BEGOSLI; MAZO, 2016).

Os registros da primeira associação de dirigentes do desporto a se organizar no Brasil foi a Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE) no ano de 1975, com trabalho voltado, exclusivamente para pessoas com paralisia cerebral. Esta associação foi, e ainda é internacionalmente filiada ao *Cerebral Palsy International Sports & Recreation Association (CP-ISRA)* e também a *Boccia International Sports Federation - BISFed*. Posteriormente, foram criadas a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR) em 1982, a Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) no ano de 1983, a Confederação Brasileira de Desporto para Surdos (CBDS) no ano de 1987, a Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais (ABDEM) em 1990 e a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA) no ano de 1990 (PARSONS; WINCKLER, 2012).

No começo da década de 1990, uma medida mais significativa direcionada ao esporte para pessoas com deficiência adveio com a solicitação oficial do Comitê Paralímpico Internacional (IPC), para que os países criassem seus comitês nacionais, com a premissa de organizar, difundir e fomentar o esporte, e que por sua vez, se tornassem os interlocutores com o

Comitê Paralímpico Internacional (IPC). Este órgão fundado em 1989, tinha como atribuição desenvolver o esporte paralímpico, com a missão de organizar as competições internacionais visando o alcance da excelência esportiva. Com esta solicitação, a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro ocorreu no ano de 1995, com a incumbência de estruturar a delegação brasileira para os Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996, e que posteriormente tornou-se o órgão de administração paradesportiva do país passando a se vincular com as associações e instituições voltadas para a prática paradesportiva (BEGOSSI; MAZO, 2016).

Atualmente, o Comitê Paralímpico Brasileiro, atua com a promoção e desenvolvimento do esporte de alto rendimento, com a responsabilidade de organizar a participação do Brasil em competições continentais, mundiais e em Jogos Paralímpicos, realizando o trabalho com parcerias entre associações e confederações nas diversas modalidades esportivas. Configuraram-se 3 associações: Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais (ABDEM), Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas (ABRC) e Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). As 14 confederações atuantes são: Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas (CBBC); Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Confederação Brasileira de Tênis (CBT); Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM); Confederação Brasileira de Vela Adaptada (CBVA); Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD); Confederação Brasileira de Badminton (CBB); Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa); Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC); Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN); Confederação Brasileira de Hipismo (CBH); Confederação Brasileira de Remo (CBR); Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTArco) e por fim, a Confederação Brasileira de Triathlon (CBTri) (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 20??).

2.2 BOCHA PARALÍMPICA: DAS PECULIARIDADES A PRÁTICA DE RENDIMENTO

2.2.1 A Bocha Paralímpica como esporte paralímpico

A Bocha Paralímpica é um esporte que, apesar de ter surgido do esporte tradicional, foi adaptada para atender às

pessoas com paralisia cerebral severa, e que permite a participação de outras deficiências, desde que os atletas sejam tetraplégicos e se enquadrem em uma das quatro classes funcionais da modalidade (ARROXELLAS, 2015). No entanto, não se tem registros de data e local exatos do início da prática da Bocha Paralímpica, porém Vieira e Campeão (2012), destacam que as primeiras manifestações desta modalidade aconteceram nos países nórdicos na década de 1970, direcionado inicialmente apenas para pessoas com paralisia cerebral.

Enquanto modalidade paralímpica, Viegas (2012), salienta que em 1984, a Bocha Paralímpica foi reconhecida e inserida nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque, Estados Unidos, com 17 atletas competindo, e, com o seguimento ao reconhecimento desta modalidade, nos Jogos de Seul, Coreia do Sul, no ano de 1988, torna-se efetivamente um esporte paralímpico.

À medida que a Bocha Paralímpica foi sendo aprimorada na esfera das competições, o primeiro evento esportivo exclusivo desta modalidade, aconteceu no ano de 1986, tornando-se o pioneiro, nomeado como *World Championship*, na Bélgica, envolvendo atletas de 20 países. Após dois anos, em 1990, a Holanda realizou mais um evento do *World Championships*, inovando com a inclusão de uma nova classe funcional permitindo a participação de atletas com características motoras severas. Os Jogos Paralímpicos de Atenas, na Grécia, foi palco da estreia de atletas que não necessariamente possuem a paralisia cerebral, no ano de 2004 (VIEGAS, 2012).

As competições de Bocha Paralímpica no cenário internacional acontecem por meio de Mundiais, copas por Continente, com a participação de países convidados e os Jogos Paralímpicos, com a participação exclusiva de atletas que apresentarem índice técnico, intermediado pelo ranking mundial (BISFED, s/d).

No Brasil, a Bocha Paralímpica, começou a ser praticada em 1995 improvisadamente por dois atletas inscritos nos Jogos Parapanamericanos de Mar Del Plata, os quais praticavam a modalidade atletismo, no entanto, ocorreu um contato com a modalidade Bocha Paralímpica, o que permitiu as suas participações neste evento (VIEIRA; CAMPEÃO, 2012). Nesta referida competição, o Brasil conquista 1º lugar em duas classes

(C1 e C3²), e, desde então a modalidade tem apresentado resultados expressivos tanto no aspecto técnico como tático, com sua melhor campanha dos esportes individuais nas Paralimpíadas de Londres, 2012 (PICULLI, 2016).

2.2.2 As particularidades da Bocha Paralímpica: as configurações da modalidade

O jogo consiste em colocar o maior número de bolas coloridas próximo da bola alvo branca, e para atingir este objetivo, pode-se utilizar do arremesso, do lançamento e do chute, desde que realizado pelo atleta. Para a sua execução é requerido pelo atleta planejamento e estratégias para suas jogadas, o que depende diretamente de um elevado nível de habilidade motora, principalmente da capacidade viso-motora (VIEIRA; CAMPEÃO, 2012).

Com a finalidade de possibilitar um jogo justo, a classificação funcional da bocha paralímpica tem a responsabilidade de definir a elegibilidade do atleta para competir e inserir nas classes específicas da modalidade esportiva. O manual de classificação funcional (BISFED, 2017b, p. 05) preconiza que o principal objetivo da classificação é “minimizar o impacto da deficiência no resultado da competição, fazendo com que o êxito do atleta seja alcançado por sua natureza antropométrica, fisiológica, psicológica” e por aqueles que as aperfeiçoaram por meio dos seus melhores esforços (treinamento rígido, qualidade de treinamento). Para que se possa perfazer este propósito, as referidas classes são direcionadas a classificar atletas de acordo com o máximo de limitação ativa proveniente da deficiência. Em outras palavras, o propósito é alocar os atletas em classes funcionais de acordo com o quanto a deficiência afeta os

²C1: Atletas tetraplégicos que podem apresentar em grau de espasticidade de 3 a 4, atetose, ataxia ou misto. São cadeirantes e não possuem autonomia de propulsar a cadeira de rodas de forma funcional;

C2: Atletas tetraplégicos que apresentam grau de espasticidade 3 com ou sem atetose. Possuem funcionalidade de propulsar a cadeira de rodas de maneira independente (ARROXELLAS, 2015).

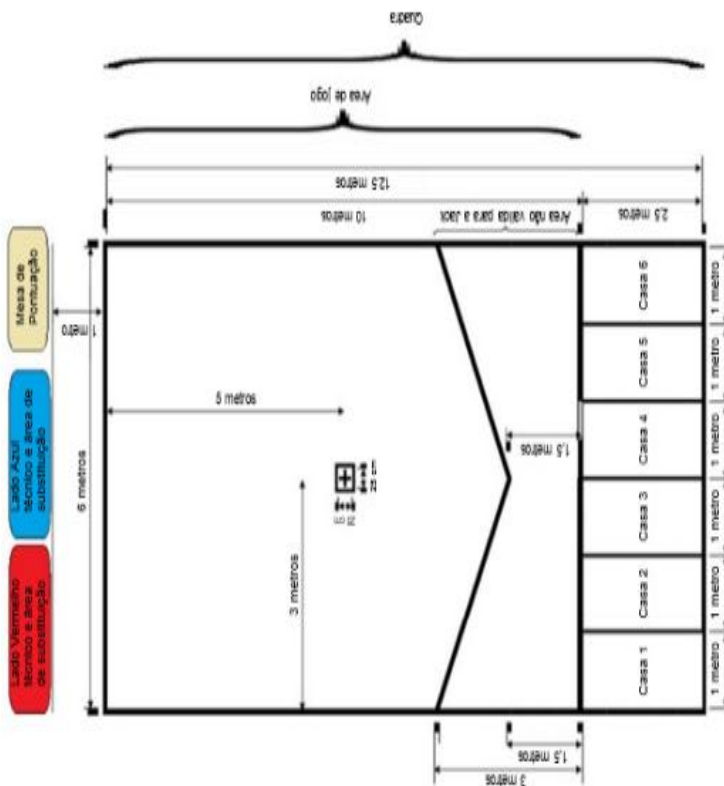
determinantes centrais do desempenho esportivo (BISFED, 2017b).

A Bocha Paralímpica está elencada em quatro classes, de acordo com o perfil funcional do atleta, as quais são identificadas por meio testes realizados somente por médicos, fisioterapeutas e profissionais da Educação Física, com formação específica para atuarem como classificadores funcionais.

As classes da Bocha Paralímpica interferem diretamente no formato do jogo, seja pelo tempo ou pelos recursos de assistentes desportivos nas quais especificam-se: BC1 atleta com paralisia cerebral (tetraplegia), realiza lançamento por meio do arremesso (mão) ou chute (pé) e tem o auxílio de um assistente desportivo; BC2 atleta com paralisia cerebral (tetraplegia), realiza lançamento por meio do arremesso; BC3 atleta com paralisia cerebral (tetraplegia) ou outra deficiência de origem degenerativa (Ex: distrofia muscular, lesão medular, amputação ou má formação congênita, etc), realiza lançamento com dispositivo auxiliar e tem auxílio de um assistente desportivo; BC4 atleta com alguma Deficiência Degenerativa Severa (Ex: ataxia de Friedrich, distrofia muscular, esclerose múltipla, AVC, lesão medular, etc), nanismo; tetraplegia, realiza lançamento por meio do arremesso (mão) ou chute (pé) auxílio de um assistente desportivo somente para os atletas que chutam (ARROXELLAS, 2015).

No que concerne ao formato do jogo, a Bocha Paralímpica apresenta algumas especificidades, pois permite que seja praticada por equipes, pares e individualmente, bem como seu campo de jogo, pois a quadra deve possuir uma área de 12,5m x 6m, sendo a área útil para o arremesso de 10m x 6m e 6 casas de arremessos de 2,5m x 1m, de onde os atletas realizam os lançamentos, de acordo com o formato da competição (BISFED, 2017a).

Figura 1 - Quadra de Bocha Parolímpica.



Fonte: Boccia International Sports Federation (2017).

O jogo é configurado pelo uso de materiais, caracterizados por 6 bolas azuis e 6 vermelhas e uma bola branca, sendo esta o objetivo do jogo. Para cumprir os critérios da utilização desses materiais, as bolas devem pesar $275\text{gr} \pm 12\text{gr}$ e ter um perímetro de $270\text{ mm} \pm 8\text{ mm}$. (ARROXELLAS, 2015).

Figura 2 - Kit de bolas de Bocha Paralímpica



Fonte: Autora (2018)

O jogo inicia pelo atleta que possui as bola de cor vermelha, e, ao lançar a bola alvo, deverá lançar sua bola de cor o mais próximo possível da bola alvo, pois este é o objetivo do jogo. Em seguida, o atleta que possui as bolas azuis deverá lançar com o mesmo propósito de aproximar sua bola de cor da bola alvo. Posteriormente, o árbitro indicará quem deverá lançar de acordo com a proximidade da bola de cor na bola alvo, e assim sucessivamente até que todas as bolas sejam lançadas (BISFED, 2017a). O tempo de cada parcial depende da classe e do formato do jogo especificada conforme tabela abaixo:

Quadro 1- Tempo das parciais do jogo de Bocha Paralímpica.

FORMATO DE JOGO / CLASSE	TEMPO POR PARCIAL
Individual BC1	5 minutos
Individual BC2	4 minutos
Individual BC3	6 minutos
Individual BC4	4 minutos
Equipes BC1/BC2	6 minutos
Pares BC3	7 minutos
Pares BC4	5 minutos

Fonte: Autora (2018).

O tempo é utilizado pelos atletas para realizar seus arremessos/lançamentos, e inicia quando o árbitro sinaliza para o cronometrista para disparar o tempo, e, após o arremesso/lançamento no momento em que a bola torna-se imóvel na quadra

o tempo é parado no cronômetro, e assim sucessivamente até que todas as bolas sejam arremessadas/lançadas. O tempo é controlado por um cronometrista que também é responsável pelo placar do jogo, anunciado no final de cada parcial (BISFED, 2017a).

Figura 3 - Placar eletrônico da Bocha Paralímpica



Fonte: Ministério dos Esportes (2014).

As regras desta modalidade referem-se a todas as competições internacionais realizadas sob os auspícios da BISFed (Boccia International Sport Federation). Essas competições abrangem todos os eventos sancionados pela BISFed, incluindo eventos de Abertos Mundiais, Taças Continentais, Regionais e Campeonatos Mundiais e os Jogos Paralímpicos (BISFED, 2017), nas quais estabelecem as normativas que encontram-se especificados da seguinte maneira: utilização de dispositivos auxiliares, cadeira de rodas, aquecimento, câmara de chamada, violações, parcial interrompido, pontuação e desempate.

A arbitragem nesta modalidade é configurada por um árbitro principal, sendo este responsável por todo o jogo, incluindo a súmula do jogo, árbitro de linha, responsável por auxiliar o árbitro principal nas movimentações dos atletas e assistentes e dos materiais nas casas de lançamento e o cronometrista, responsável pelo tempo de cada parcial e pontuação.

2.3 OS ATRIBUTOS DO CONDUTOR DO JOGO: O ÁRBITRO NO CONTEXTO ESPORTIVO

No contexto social do esporte, considerando a sua execução para as confederações, federações e associações, a arbitragem torna-se indispensável, pois representa a legitimidade dos resultados, das marcas e dos recordes desempenhados nos quadros competitivos submetidos as áreas particulares de sua intervenção (GOMES, 2008). Nesta perspectiva, o árbitro consagra sua presença e participação, pois atua como integrante da competição no que concerne a intervenção técnica, humana e social da arbitragem, pois o árbitro atua como o responsável pela condução do jogo, dependente de uma avaliação decisiva, autorizada e criteriosa (LIMA, 2005).

A figura do árbitro exerce o papel de dirigente desportivo, devidamente capacitado no domínio e na aplicação das regras, além de ser um condutor do jogo com constantes decisões que devem ser tomadas com coerência e responsabilidade. Nesta vertente, o árbitro requer a percepção para a adoção de atitudes interpretativas das regras, que possam permitir as definições de critérios mais coerentes possíveis para sua intervenção, pois lhe cabe determinar a ação e não a intenção dos jogadores e ter a habilidade de aplicar uma arbitragem preventiva mais que punitiva (GOMES, 2008).

As atribuições do árbitro no campo da diversidade dos esportes são representadas pela natureza psicológica e comportamental, com requisitos técnicos, sendo estes concedidos por meio da formação, investimento e experiência (GAMA, 2005). A fundamentação do árbitro está respaldada em suas ações, enquanto profundo conhecedor das regras e especificidades das modalidades esportivas, inclusive no que se apresenta enquanto implícito e naquilo que pode se supor, pois o conhecimento pragmático torna-se insuficiente na sua prática, e, para maior êxito em suas ações, a previsibilidade torna-se um recurso fundamental (LIMA, 2005).

Historicamente, a modalidade futebol é aquela que apresenta a maior dimensão de estudos sobre o árbitro esportivo, onde estima-se que existam, 76 mil árbitros trabalhando nos mais diversos campeonatos ao redor do mundo (SIMON, 2004). Silva (2008), ressalta que os grandes investimentos científicos-históricos no futebol, eram quase que restritos às regras, as

federações e aos jogadores. Cabe destacar, que o primeiro árbitro de futebol, atuou a partir da sua responsabilidade como capitão de sua equipe, agindo pelo senso comum, nas situações em que eram cometidas faltas. Naquele momento da história, além de arbitrar, ele apresentava como responsabilidade censurar seus próprios jogadores e delatar qualquer anormalidade cometida por sua equipe (SIMON, 2004).

Com o passar dos anos e evolução do futebol a figura de um mediador começou a ser pensada, com a atribuição de integridade, responsabilidade e sem vínculo com qualquer equipe. Inicialmente, cada equipe indicava uma pessoa para a função, mas em 1871, ficou determinado que a partida ficasse sob responsabilidade de uma pessoa competente (SANTOS, 2010).

No que tange a formação profissional, León (1999) descreve que a formação de árbitros é promovida pelas associações, federações e confederações e responsáveis pela certificação e atuação do futuro do árbitro, no que tange a convocação e a *performance*. No cenário internacional, Portugal apresenta o manual do árbitro, criado pelo instituto de desporto, com o intuito de ofertar aos árbitros e as entidades desportivas, material pedagógico que auxilie nas informações pertinentes ao papel do árbitro e a arbitragem, bem como na formação de novos árbitros nas modalidades coletivas e individuais.

Nesta perspectiva, Lima (2005) um dos colaboradores na construção do referido manual do árbitro, ressalta que a formação deste é compreendida como princípio que define a qualidade desportiva traçadas em três vertentes descritas como técnica, humana e social. A vertente técnica constituída dos domínios do formato de competição, regra, postura, conduta de acordo com as especificidades da modalidade. Enquanto, que na vertente humana preza-se pela responsabilidade, imparcialidade e zelo por sua imagem procurando transmitir confiança e serenidade, e, por fim a social que prima pela moralidade e valores éticos da prática esportiva.

Por meio de tais vertentes, as incumbências no processo formativo da atividade de arbitrar estão elencadas em: competência, por meio da perspicácia da vertente técnica, imparcialidade com a prudência da vertente humana, autoridade, exercida com a ponderação da vertente técnica e humana, sensatez, para admitir possíveis equívocos subordinadas a vertente humana, responsabilidade, por meio da prudência da

vertente humana, exatidão, refletida pela vertente técnica, segurança, na garantia de acertos e ausência de erros, sendo aplicados de modo impecável, constituído na vertente técnica e humana, e, por fim a decisão, compreendida na vertente técnica e humana no saber ver, julgar e agir (GAMA; LIMA, 2005).

Nos estudos realizados em Cuba, Garcia e Díaz (2004; 2006) salientam a necessidade da criação de um currículo que possa propor a formação de árbitros no ambiente universitário, sendo este um espaço formador. O processo de formação de árbitros de cada modalidade esportiva, para Zingano (2010) consiste em sua maioria através na realização de um curso com duração média de 10 a 40 horas, dirigido por um árbitro que exerce a função de delegado técnico, com a competência de expor conteúdos voltados às regras, mecânica da arbitragem, e, em alguns casos, sendo aprofundadas com histórico da modalidade, competências, habilidade e preparo físico do árbitro.

Nos esportes paralímpicos, a figura do árbitro foi investigada por Ferreira (2015) na modalidade *Goalball*, esporte exclusivamente paralímpico praticado por deficientes visuais, revela que os processos formativos aconteceram por meio da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) e posteriormente para atuações internacionais por meio da Federação Internacional, relacionando as concepções na atividade de arbitrar, este estudo aponta que a satisfação pessoal e o reconhecimento profissional são os fatores que caracterizam os motivos de permanência e aderência na arbitragem, bem como o vínculo com a modalidade.

No basquetebol, a intervenção do árbitro foi investigada na busca de identificar aspectos positivos e negativos na atividade de arbitrar, Kocian et al. (2007) salientam que o papel do árbitro remete ao prestígio, ao *status*, oportunidades de conhecer novos lugares, novas pessoas e manter-se vinculado a esta modalidade esportiva no que tange os aspectos positivos. Nesta mesma atividade de arbitrar, os aspectos negativos estão relacionados com a falta de tempo livre e a falsidade que ocorre entre os colegas árbitros.

Prosseguindo com as investigações realizadas acerca da figura do árbitro, Rolim (2014) pesquisou a escolha do “ser árbitro”, tendo como público alvo árbitros de futebol que atuam por meio das federações em 5 regiões do Brasil, resultando em 37 integrantes que relataram que não apenas a escolha, mas também

como as razões de permanência e aderência na atividade de arbitrar é envolvimento com o esporte por se tratar de uma modalidade considerada como paixão nacional e que naturalmente o *stresse* na respectiva atuação torna-se inevitável, mas não atenua a desistência da atividade de arbitrar.

Dentro da diversidade de estudos que indagam a figura do árbitro que é nas modalidades esportivas, Brochado (2012) em sua pesquisa investigou o perfil do árbitro de futebol e identificou que as características, condições e competências que alicerçam o árbitro estão diretamente relacionadas com o tempo de experiência, vinculados aos níveis de exigências a eles aplicados, reconhecendo que sua formação na atividade de arbitrar deve ser considerada como um processo contínuo e abrangente.

2.3.1 A intervenção profissional do árbitro de Bocha Paralímpica

O saber profissional é constituído por variadas matizes que orientam a atividade do sujeito, e este por sua vez, se insere na pluralidade do trabalho, em situações diversificadas, com a necessidade de agir de maneira diferenciada, com habilidades, oriundas de inúmeras fontes e contextos institucionais (TARDIF; GAUTHIER, 1996).

Os saberes profissionais enquadram dois tipos de fenômenos: a maneira que as pessoas vivenciam as instituições no mundo hodierno, traçando relação entre o papel institucional ocupado pelos grupos sociais e o segundo trata da mobilização dos diferentes tipos de conhecimento em situação de trabalho diante dos variados requisitos de qualificação atualmente exigido dos profissionais em contextos de intervenção (FARTES; SANTOS, 2011).

Na atuação como árbitro de Bocha Paralímpica, os saberes profissionais estão compreendido na vertente técnica, humana e social desta modalidade, nas quais estão compreendidas ações protocolares, na dinâmica do jogo, e, principalmente na condução do jogo, por se tratar de diferentes classes de atletas em uma mesma modalidade esportiva, e, a atividade de arbitrar esta modalidade também é caracterizada por recomendações para cada competição, principalmente nas competições internacionais, sob responsabilidade da *Boccia International Sports Federation* – BISFed, que salienta aos árbitros a execução de ações específicas na câmara de chamada, início

do jogo, conduções não apenas na quadra, mas também no campeonato como um todo, no ato de realizar medições, na pontuação, no fim de jogo, bem como na importância dos fatores psicológicos, altamente relevantes na atuação como árbitro, nas relações com os atletas, nos fatores de stress e ansiedade, motivações para aumento de *performance* (BISFED, 2013).

As funções exercidas pelos árbitros de Bocha Paralímpica configuram-se da seguinte maneira conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Funções atribuídas aos árbitros de Bocha Paralímpica.

ÁRBITRO	FUNÇÃO
Árbitro principal	Condutor e responsável por todo jogo, principalmente na aplicação das penalidades se ocorrerem.
Árbitro de linha	Auxiliar o árbitro principal durante o jogo com atenção voltada para a movimentação dos atletas nas casas de lançamento, com intuito de verificar se alguma violação acontece para que o árbitro principal possa aplicar a penalidade apropriada
Árbitro chefe	Responsabilidade de coordenar os árbitros durante a competição, compondo as escalas de arbitragem e solucionando situações que podem ocorrer durante os jogos, como dúvidas de atletas em determinadas situações se preciso for
Assistente do árbitro chefe	Considerado o “braço direito” do árbitro chefe em que auxilia em toda a competição e executando tarefas específicas como a de acompanhar os jogos e auxiliar a arbitragem quando necessário.

Fonte: Autora (2018).

A performance do árbitro de Bocha Paralímpica implica na utilização de recursos materiais que auxiliam a condução do jogo, pois na câmara de chamada o árbitro deve realizar o sorteio por meio da ação de “cara” ou “coroa”, com uso de uma moeda, com tamanho que permita a identificação destas imagens pelos atletas, pois o atleta que “ganha” o sorteio, tem o direito de escolher com que cor das bolas tem o desejo de jogar (BISFed, 2017a).

Figura 4 -Moeda de sorteio.



Fonte: Autora (2018).

É de responsabilidade do árbitro sinalizar para os atletas quem deve jogar, e, para que isso aconteça o árbitro utiliza uma raquete nas cores vermelha e azul que indica a ordem de lançamentos, situação em que a bola ultrapassa as linhas limítrofes da quadra, pontuação da parcial, pontuação final do jogo e situação de bolas equidistantes se ocorrerem.

Figura 5 - Indicação da cor azul.



Fonte: www.ande.org.br (2018)

Figura 6 - Indicação da cor vermelha.



Fonte: www.ande.org.br (2018).

A utilização de dispositivos de medidas são indispensáveis na atuação do árbitro de Bocha Parolímpica, pois permite precisão em medir as distâncias das bolas de cor para a bola alvo, pois por meio destas ações é possível determinar o próximo atleta a jogar, bem como o resultado do jogo e se há alguma equidistância entre as bolas. Este dispositivos são compostos por: compasso grande, compasso pequeno, trena e lanterna.

Figura 7 - Compasso grande e pequeno.



Fonte: Autora (2018)

Figura 8 - Medição com compasso.



Fonte: www.bisfed.com (2018).

As medições realizadas com compassos grande e pequeno acontecem em conformidade com a distância das bolas de cor em relação a bola alvo, para que de forma precisa o árbitro tenha condições de aferir qual bola está mais próxima da bola alvo e prosseguir com o jogo. O compasso grande tem em média 55 cm de amplitude e o compasso pequeno tem em média 30 cm de amplitude, sendo estes utilizados na configuração das bolas próximas da bola alvo.

Nas situações em que as bolas as bolas estão muito próximas da bola alvo, o árbitro tem o recurso de utilizar uma lanterna e também o escalímetro, equipamento popularmente conhecido como “papa folgas” que permitem maior precisão para realizar as medições conforme as figuras abaixo:

Figura 9 – Lanterna.



Fonte: Autora (2018).

Figura 10 - Medição com lanterna



Fonte: www.ande.org (2018).

Figura 11 - Medidor de folgas



Fonte: Autora (2018)

Nas situações em que o jogo se configura com as bolas de cor distantes da bola alvo, o recurso de medição utilizado é a trena, pois permite aferir a distância exata entre as bolas de cor em relação a bola alvo, conforme as figura abaixo:

Figura 12 – Trena



Fonte: Autora (2016)

Figura 13 - Medição com a trena



Fonte: Autora (2018)

Enquanto equipamentos de medição, o árbitro também utiliza em momentos que antecedem os jogos a balança para aferir o peso das bolas e a régua para aferir o perímetro das bolas

conforme é estabelecido nas regras desta modalidade, de acordo com as imagens abaixo:

Figura 14 – Balança



Fonte: Autora (2018)

Figura 15 - Régua de medição.



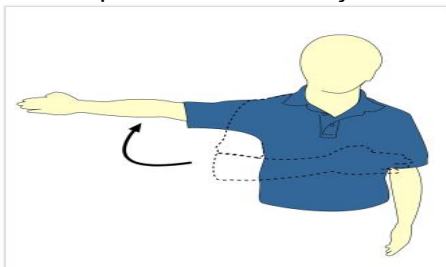
Fonte: Autora (2018).

A atividade de arbitrar a Bocha Paralímpica está compreendida na correta aplicação das regras, não apenas por meio dos protocolos das competições, mas principalmente por ações dos atletas que acarretam em violações, e, por consequência em penalizações que o árbitro deve aplicar de maneira rápida, precisa e, principalmente coerente com a situação específica do jogo. As situações que mais exigem ações precisas dos árbitros são justamente no momento da aplicação das violações, pois esta modalidade apresenta aspectos diferenciados compreendidos desta maneira: bola de penalização, retração, bola de penalização + retração, bola de penalização + aviso, aviso e aviso e desclassificação (BISFED, 2017a)

Para que a condução do jogo realizada pelo árbitro seja clara, objetiva e que possibilite o entendimento de suas ações por

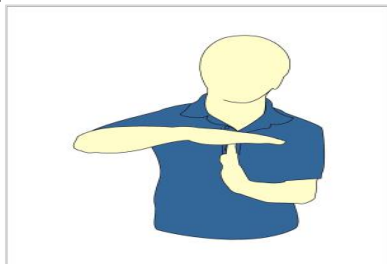
parte dos atletas, os gestos oficiais que os árbitros devem realizar durante o jogo, são padronizados e especificados no manual das regras internacionais desta modalidade, nas quais estabelecem da seguinte forma:

Figura 16 - Iniciar o aquecimento ou lançamento da bola alvo



Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 17 - Tempo técnico ou assistência médica



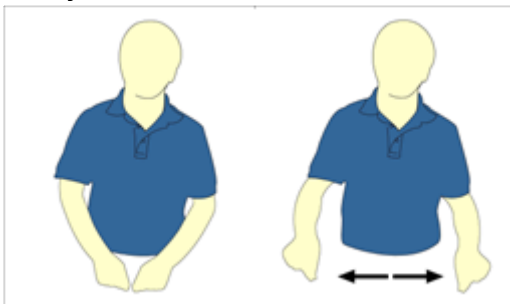
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 18 - Substituição



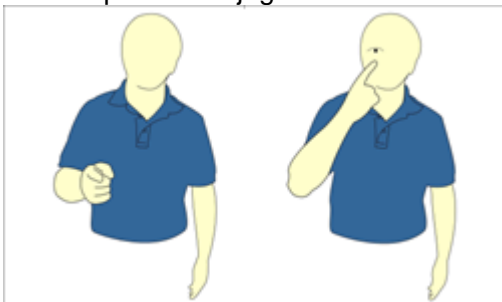
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 19 - Medição das bolas



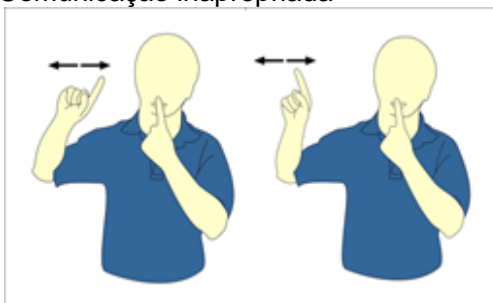
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 20 - Convite para ver o jogo



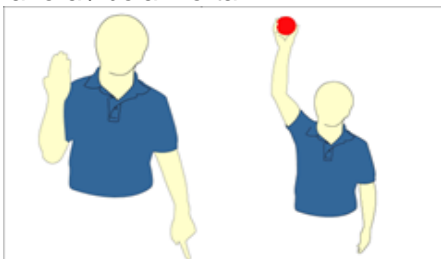
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 21 - Comunicação inapropriada



Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 22 - Bola fora / bola morta



Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 23 - Bola de penalização



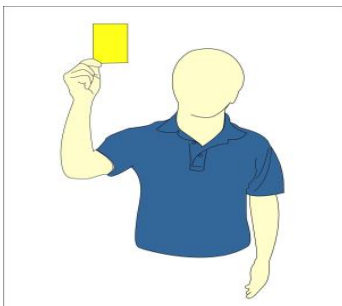
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 24 - Bolas equidistantes



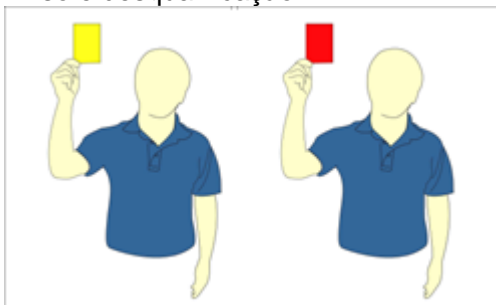
Fonte: www.bisfed.com (2018).

Figura 25 - Aviso



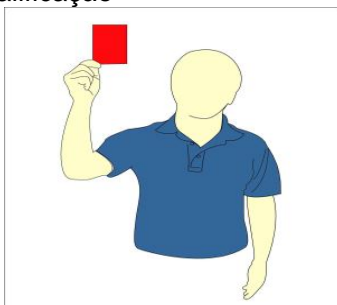
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 26 - Aviso e desqualificação



Fonte: www.bisfed.com (2018)

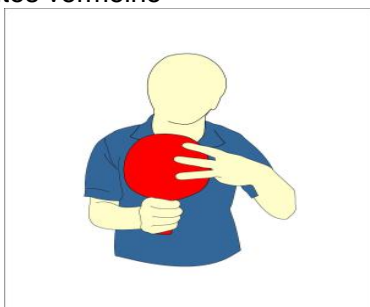
Figura 27 - Desqualificação



www.bisfed.com (2018).

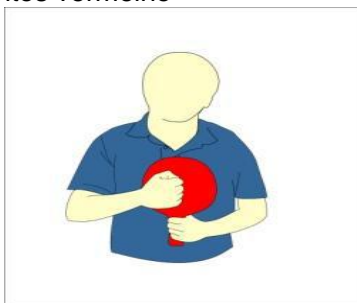
A pontuação do jogo é sinalizada na raquete pelo árbitro, por meio dos seguintes exemplos:

Figura 28 - 3 pontos vermelho



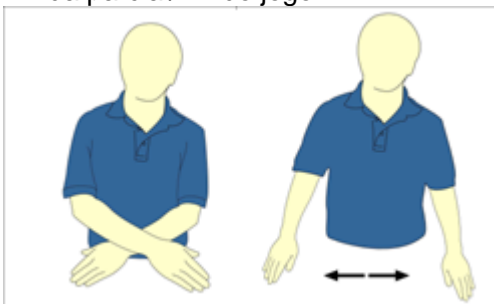
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 29 - 10 pontos vermelho



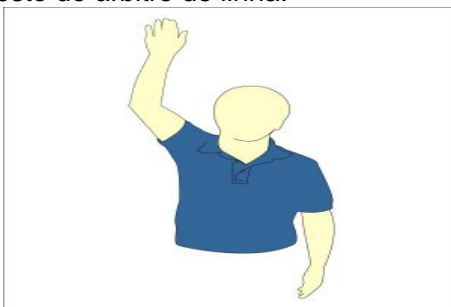
Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 30 -Fim da parcial/fim do jogo



Fonte: www.bisfed.com (2018)

Figura 31 - Gesto do árbitro de linha.



Fonte: www.bisfed.com (2018).

Por meio dos gestos, medições, posicionamento e conduta, o árbitro de Bocha Paralímpica conduz o jogo, atento a correta aplicação das regras, mantendo-se imparcial, cordial e principalmente na tomada de decisões de maneira sensata, respeitando as regras, os atletas, técnicos, dirigentes, coordenadores e o corpo de arbitragem.

Os processos formativos do árbitro de Bocha Paralímpica ocorrem por meio de cursos ofertados por associações, federações durante competições realizadas por estas instituições, e, tais formações caracterizam níveis para atuação do árbitro, assim sendo: regional, nacional e internacional.

No cenário internacional a Federação Internacional de Bocha Paralímpica -BISFed é o órgão responsável pela formação internacional dos árbitros mediante sistema de acreditação no qual estabelece três níveis na arbitragem internacional: C, B e A, BISFed (2013) nas quais especificam que para ser árbitro

internacional é necessário entender e falar inglês, independente em qual nível pertença.

No Brasil, o quadro de árbitros internacionais atuantes totalizam 11 árbitros, que residem em 6 estados do país, sendo o primeiro árbitro com formação internacional em Portugal no ano de 2002, 8 árbitros com formação internacional no ano de 2006, na cidade do Rio de Janeiro em uma competição internacional, onde foi ofertado o curso e os critérios de aprovação por meio de prova teórica, e, a mais recente formação de árbitros brasileiros no cenário internacional aconteceu na cidade de Poznan, na Polônia, no ano de 2015, em que 2 brasileiros realizaram o curso internacional com os critérios de prova prática e teórica, e, com aprovação de ambos, retornaram ao Brasil com certificação internacional nível C (ANDE, s/d).

2.4 AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS: OS PRINCÍPIOS DAS QUALIFICAÇÕES APLICADAS

A concepção de competências profissionais é caracterizada por um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes humanas, que fundamentam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão embasados na inteligência e personalidade das pessoas, por meio de seu estoque de recursos (FLEURY; FLEURY, 2001). Os estudos acerca das competências profissionais têm seus registros a partir da década de 1970, em que McClelland iniciou um debate entre psicólogos e administradores nos Estados Unidos, em que apontaram a competência por aptidões, especificado pelo talento natural da pessoa, com a possibilidade de ser aperfeiçoado, seguido da habilidade, sendo este um dom característico na prática, e os conhecimentos sendo estes essenciais para o exercício de tarefas (FLEURY; FLEURY, 2001).

Desde então, as competências profissionais tem sido objeto de estudos em diversos campos de atividades profissionais, juntamente com os saberes caracterizados pelo saberes experienciais, disciplinares, curriculares, seja na esfera de gestão de pessoas, no universo empresarial, no campo acadêmico, nos esportes, com o intuito de identificar quais competências profissionais os indivíduos revelam em suas práticas.

As investigações no âmbito empresarial revelam preocupação na contratação de pessoas que possam exercer suas atividades de maneira eficaz e, para isso, o departamento de recursos humanos revela por meio da gestão de pessoas, o desenvolvimento de competências que se enquadrem na estratégia organizacional, com estudo realizado em um banco, com objetivo de identificar quais competências profissionais os funcionários devem dispor, Brandão, Guimarães e Andrade (2014), revelam que os conhecimentos específicos aos produtos e serviços do banco, predominaram neste estudo, seguido das habilidades e atitudes, sendo estas caracterizadas como competências profissionais na perspectiva dos autores.

A auto percepção de competência profissional se faz presente no âmbito acadêmico desde a década de 1990, em que Nascimento (1999) elaborou e validou um instrumento de medida, que permite aferir por meio de escores, as competências profissionais retratadas por intermédio do domínio de conhecimentos e habilidades, imprescindível para o desempenho profissional, revelando os princípios do profissional de Educação Física e Desportos sobre suas próprias habilidades para exercer procedimentos específicos a sua atividade.

Ao se tratar da conceituação de competências profissionais, Batista et al. (2011) em estudo com profissionais do esporte, na área da Educação Física, treinamento desportivo, atividade física adaptada e *fitness*, identificaram e contextualizaram as competências profissionais como integração das capacidades, com evolução para a resultante de uma construção prática, com enfoque na produção de recursos e de novas competências. Tal estudo permitiu identificar que as competências de ética e de conhecimento se sobrepõe as outras competências na auto percepção destes profissionais.

No entanto, Batista (2008) salienta em seus estudos de doutoramento, com enfoque nos profissionais do desporto, salienta que não há um modelo exclusivo a ser seguido, e sim, conceitos diversificados que tratam as competências profissionais em modelos que segmentam as competências profissionais. Um dos modelos mais utilizados é o modelo de Cheetam e Chivers (1996; 1998; 2005).

2.4.1 Modelo de competências profissionais de Cheetam e Chivers

O modelo de competências profissionais apresentado por Cheetam e Chivers (1996; 1998), foi construído por meio do aprimoramento de modelos já existentes, com protocolos para diagnósticos de competências, com objetivo de produzir um modelo globalizante com elementos relativos dentro das diferentes abordagens pesquisadas por estes autores, que já possuíam uma considerável experiência prévia nos campos de competência e desenvolvimento profissional. Foi no ano de 1996, em que os referidos autores publicaram o artigo intitulado *Towards a holistic model of professional competence*, em que apresentam o modelo por considerar que a percepção de profissionais experientes sobre os tipos de desenvolvimento no processo formal e informal nos aspectos de sua competência profissional podem ser identificadas.

O referido modelo proposto por Cheetam e Chivers (1996), destacam as competências profissionais nos seguintes núcleos: competência cognitiva/conhecimento, competência funcional, competência pessoal/comportamental e competência de valores/ética nas quais especificam-se:

- Competência de conhecimento/cognitivo, que envolvem aspectos técnicos teóricos, procedimental, contextual e tácito prático;
- Competências funcionais, que abordam o exercício das funções específicas, a organização por meio dos processos e gerenciamento, a mente e o físico;
- Competências pessoal e comportamental, precedidas pelos aspectos social, vocacional e intraprofissional;
- Competências de valores e ética que envolvem os princípios pessoais e profissionais do indivíduo.

Aprofundando os elementos que caracterizam as estruturas do modelo de competência profissional proposto por Cheetam e Chivers (1996), no que concerne a competência de conhecimento/cognitivo, que envolvem aspectos técnicos teóricos, sendo procedimental, contextual e tácito prático, se faz necessário subdividir tais elementos para maior e melhor entendimento:

- Competência de conhecimento cognitivo na dimensão técnico e teórico → refere-se à base de conhecimento formal da profissão, conhecimento técnico ou de

fundamentação teórica do domínio específico relacionado com a profissão;

- Competência de conhecimento cognitivo na dimensão procedimental → é o conhecimento das rotinas básicas inseridas na atividade profissional relativas ao como? o quê? quando? a quem?
- Competência de conhecimento cognitivo na dimensão contextual → este é um conhecimento de fundo geral que é específico para uma organização, indústria, setor, etc.;
- Competência de conhecimento cognitivo na dimensão tácito prático → atribui o conhecimento gerado e integrado a partir da experiência e que é de difícil articulação e transmissão (CHEETHAM; CHIVERS, 1996).

A estrutura da competência funcional estabelece quatro subdivisões, nas quais especificam:

- Competência funcional na dimensão específico do ofício → capacidade de realizar com eficiência e eficácia o leque de funções e tarefas específicas da profissão;
- Competência funcional na dimensão da organização e gestão → capacidade de planejar, de monitorar, de implementar, de avaliar e de realizar a gestão pessoal e do tempo;
- Competência funcional na dimensão motora → inclui a coordenação óculo manual, a destreza manual e as habilidades de teclar;
- Competência funcional na dimensão básica (mental) → habilidades de computação e processamento de informação (TIC) (CHEETHAM; CHIVERS, 1996);

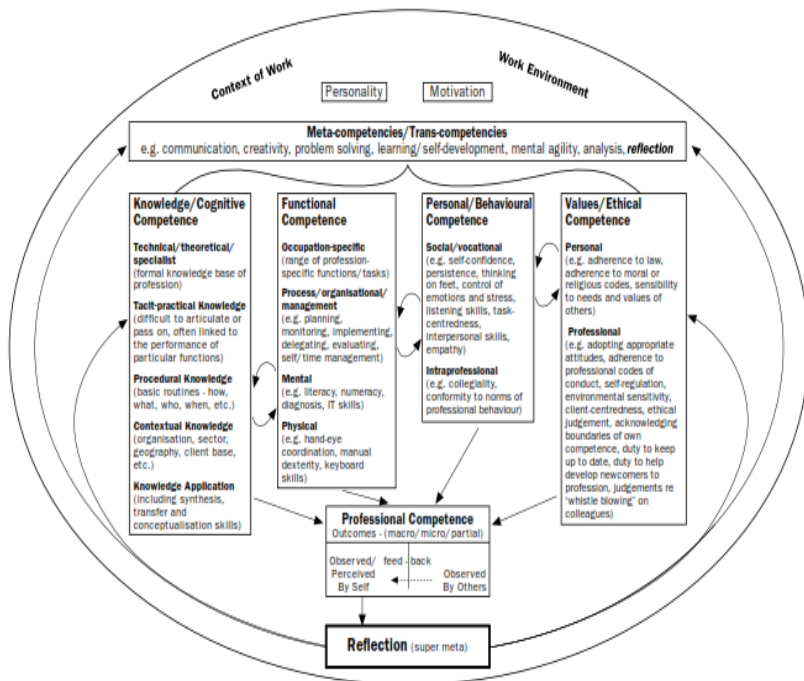
No que refere-se a competência pessoal e comportamental, os autores segmentaram em duas dimensões:

- Competências intraprofissionais → caracterizada por comportamentos de interação com os outros profissionais, envolvendo aspectos relacionados a colegialidade e ao respeito pelas normas profissionais;
- Competências sociais e vocacionais → são comportamentos que se relacionam com o desempenho do corpo principal das tarefas profissionais: autoconfiança, persistência, capacidade

de pensar por si e o controle emocional (emoções e stress), estendido da capacidade para ouvir, concentração na tarefa e habilidades interpessoais, como a empatia (CHEETHAM; CHIVERS, 1996).

A partir do modelo criado, transpondo pelas 4 estruturas acima citadas, Cheetam e Chivers (1998), apresentam as metacompetências no artigo intitulado *The reflective (and competent) practitioner: a model of professional competence which seeks to harmonise the reflective practitioner and competence-based approaches*, caracterizadas como competências que surgem além de outras competências, em que a criatividade, a solução de problemas, o autodesenvolvimento relacionado ao processo contínuo de aprendizagem se faz presente, e as transcompetências, que são caracterizadas por um tipo diferenciado de competência, que não se apresenta diretamente associado a outra competência por meio de reflexões que permite ao indivíduo indagar, remodelar e expandir a execução de suas atividades profissionais.

Figura 32 - Modelo de competência Profissional de Cheetam e Chivers.



Fonte: Cheetam e Chivers (1998, p. 257).

Importante destacar que os estudos de Cheetam e Chivers (1996; 1998) salientam que não somente as características da individualidade e o estímulo no desenvolvimento de aquisição das competências. A personalidade é uma característica que intervém em qualquer concepção de competência, correndo o risco de ampliar ou de limitar o potencial do indivíduo competente. O estímulo pode transcorrer da mesma maneira, seja no desempenho rotineiro das atividades ou até mesmo no processo de aperfeiçoamento das competências profissionais.

O modelo de competências profissionais de Cheetam e Chivers (1996; 1998; 2005) tem sido amplamente utilizado no meio científico, como nas pesquisas voltadas para a área da educação em que Paiva (2007) ao investigar a percepção do professor a

relação entre a gestão de competências em instituições do ensino superior e o profissionalismo docente, adaptou os modelos de Cheetam e Chivers (1996; 1998), com o intuito de reforçar este modelo.

Paiva e Melo (2008), ao investigarem a relação e a reflexão sobre os conceitos de competência profissional, gestão de competências e profissão, reforçam o modelo de competência de Cheetam e Chivers (1996, 1998), no estudo ao investigar as competências e a gestão das competências nas profissões, e ressaltam que por meio deste modelo é possível integrar várias abordagens que podem privilegiar o conhecimento tácito, bem como sua aplicação, o conhecimento acadêmico e profissional, arquétipos profissionais, com a possibilidade de identificar as metacompetências e as transcompetências que se evidenciam por intermédio da comunicação, criatividade, solução de problemas, aprendizagem, autodesenvolvimento, agilidade mental, análise e reflexão. E a resultante destas ações podem promover ao profissional uma reflexão acerca de suas ações, visto que sua personalidade e motivação também são determinantes em suas atitudes são reais e potenciais de fazer coisas.

Ao investigar as competências profissionais dos docentes de uma universidade no Amazonas, utilizando o modelo de Cheetam e Chivers (1996; 1998; 2005), Maduro (2013) evidencia que por meio deste modelo foi possível identificar o perfil profissional destes docentes, permitindo a construção de um programa de qualificação, após detectar que as competências profissionais se conduziam para uma necessidade de uma educação continuada, com vistas para qualificação profissional.

Na área da Educação Física, Farias et al. (2012), analisaram as competências profissionais na carreira docente de 64 professores de Educação Física, em que utilizaram o modelo de competência de Cheetam e Chivers (1998), onde permitiu identificar que as competências funcionais, sendo estas de domínio da ocupação e gestão, em que foram predominantes na carreira dos professores mais experientes, e no decorrer da carreira docente a competência pessoal foi conceituada por se tratar da perspectiva intrapessoal, e considerando as competências de valores e ética, nesta investigação não foram identificadas as devidas relevâncias.

Continuando o percurso de estudos na área da Educação Física, tendo como foco as competências profissionais com a

utilização do modelo de Cheetam e Chivers, Vaz et al. (2017), analisaram a percepção de competências profissionais de instrutores de atividade de aventura na natureza, onde permitiu identificar em 22 participantes o domínio das competências cognitivas, funcionais, sociais e ética, revelando fatores relacionados às metacompetências, por meio de aspectos voltados para o empreendedorismo, personalidade e avaliação.

No cenário da atividade de arbitrar, com enfoque na figura do árbitro sendo protagonista deste estudo, as competências profissionais foram pesquisadas por Brochado (2012) em sua dissertação de mestrado, na qual analisou o perfil do árbitro de futebol em países como Brasil, Estados Unidos, Portugal e Irlanda, revelando que na atividade de arbitrar os saberes calcados no domínio do conhecimento ou extensões de saberes, são desempenhados pela competência técnica compreendido pelo saber-fazer, assim como o saber-fazer social e relacional, neste caso se aplicado ao modelo de Cheetam e Chivers (1996; 1998) se enquadraria na competência funcional, bem como na competência pessoal e comportamental respectivamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O estudo caracterizou-se como descritivo, de acordo com os procedimentos técnicos, onde se buscou estudar e descrever as características, as propriedades, as relações existentes na comunidade, o grupo, a realidade pesquisada, descobrindo a maneira com que um fenômeno ocorre (FERRARI et al., 2011). De acordo com a abordagem, a investigação fora qualitativa e quantitativa, caracterizada pela ênfase na qualidade das entidades, processos e significados dos fenômenos investigados, os quais não são mensuráveis ou examináveis experimentalmente nos parâmetros de quantidade, soma, intensidade ou frequência (HERMANN, 2009).

Quanto a natureza o estudo é caracterizado como aplicado, pois aplica-se as informações dos árbitros que atuam com Bocha Paralímpica no cenário internacional, além de, aprofundar os aspectos societários dos sujeitos no cotidiano (PIRES, 2012). Este tipo de estudo está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetiva e completa do fenômeno (THOMAS; NELSON, 2002).

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Conhecer e identificar como estes árbitros se constituem, enquanto sujeitos profissionais do desporto, como entreveem suas competências profissionais para o desenvolvimento do esporte paralímpico voltado para pessoas com deficiência (paralisia cerebral, distrofia muscular e lesões medulares) assim como, esses árbitros despertaram o interesse de se tornar protagonistas de uma investigação científica. Com isto, permitiu-se que fosse aberto um novo campo de investigação no cenário de arbitrar, redimensionando as caracterizações das competências profissionais do árbitro esportivo na modalidade Bocha Paralímpica.

Neste sentido, os participantes do estudo foram os árbitros internacionais de Bocha Paralímpica que atuaram como árbitros principais nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. Esta atuação ocorreu nas diferentes classes

contempladas nas regras e nos manuais da modalidade. A designação por este grupo específico deu-se pelo fato dos mesmos, terem atuado no maior evento paradesportivo do mundo, com vasta experiência na atividade de arbitrar e eficiência no ofício da arbitragem, tendo em vista as características técnicas e táticas dos atletas. Importante mencionar, que este evento, representou uma oportunidade significativa de exibir mundialmente a modalidade da Bocha Paralímpica, ainda pouco conhecida, bem como o papel do árbitro e sua atuação no decorrer do jogo. Segundo Moretti-Pires e Santos (2012, p.22), “[...] os participantes são pré-selecionados de acordo com critérios relevantes para o objeto de investigação”. No entanto, para a seleção dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica, foram adotados os seguintes critérios de inclusão no estudo:

- ✓ Idade superior a 18 anos;
 - ✓ Ter participado em pelo menos uma competição internacional sancionada pela BISFed, atuando como árbitro principal;
 - ✓ Ter pelo menos uma atuação fora do seu país de origem como árbitro internacional de Bocha Paralímpica.
 - ✓ Ter atuado como ITO (*International Technical Official*) da modalidade Bocha Paralímpica nos Jogos Paralímpicos Rio 2016.
- E, como critérios de exclusão foram elencados:
- ✓ Árbitro que não tenha atuado em competição internacional fora de seu país de residência;
 - ✓ Árbitro com experiência inferior a um ano, mas com atuação como árbitro internacional.

De acordo com o Guia Oficial dos Jogos Paralímpicos Rio 2016, os árbitros da modalidade Bocha Paralímpica denominados International Technical Officials (ITO's) elencados para este estudo, que foram convocados pela BISFed, se configuraram de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1 – Árbitros que atuaram nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, modalidade Bocha Paralímpica.

International Technical Official	Função	País
ITO 1	Árbitro chefe	Portugal
ITO 2	Assistente do árbitro chefe	Espanha
ITO 3	Arbitro principal	Argentina
ITO 4	Arbitro principal	Estados Unidos
ITO 5	Arbitro principal	Canadá
ITO 6	Arbitro principal	Portugal
ITO 7	Arbitro principal	Canadá
ITO 8	Arbitro principal	Holanda
ITO 9	Arbitro principal	Hong Kong
ITO10	Arbitro principal	Brasil
ITO 11	Arbitro principal	Brasil
ITO 12	Arbitro principal	Coréia
ITO 13	Arbitro principal	Espanha
ITO 14	Arbitro principal	Grã-Bretanha
ITO 15	Arbitro principal	Grécia

Fonte: Rio 2016 Paralympic Games – Boccia Games Officials Guide, 2016.

Compreendendo que o universo de árbitros internacionais de Bocha Paralímpica era 15 árbitros, que atendiam os critérios de inclusão e de exclusão do estudo, participaram voluntariamente 11 árbitros. Estes, com notória experiência na modalidade Bocha Paralímpica, apresentavam idade de 31 a 67 anos. Somente dois eram brasileiros, os demais representavam os continentes territoriais (exceto a Oceania e Ásia). Os participantes do estudo foram 5 (45%) homens e 6 (55%) mulheres, atuavam em diferentes profissões, entre elas: Fisioterapeuta, Educação Física, Professor Particular, Pedagogo, Professora de Letras, Professora Universitária, Coordenador de Projetos Paralímpicos, além desses citados, tínhamos também árbitros que já encerraram suas atividades profissionais, (aposentados) e que atualmente, ainda exercem o papel de árbitro em competições regionais, nacionais e internacionais.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário (Apêndice 1), construído e validado para este estudo na versão em inglês, visto que os árbitros residem em diferentes países e este é o idioma oficial da modalidade. Este instrumento teve o intuito de mapear os dados pessoais/profissionais, as informações relativas as concepções das competências profissionais, e o desenvolvimento das relações constituídas (competências profissionais) na atividade de arbitrar.

O questionário foi constituído de questões abertas e fechadas no intuito de responder aos objetivos propostos, através de proposições que instigam o sujeito a fornecer informações relevantes e fundamentais para a concretização do estudo (THOMAS; NELSON, 2002). Além de manter o anonimato dos envolvidos. Destaca-se que esta forma de coleta permite a não obrigatoriedade do pesquisador em estar presente no momento da coleta, otimizando o tempo para o desenvolvimento da pesquisa (ARAGÃO; MORETTI-PIRES, 2012).

A matriz analítica do questionário (Apêndice 2) abordou três dimensões, sendo elas:

a) Características sociodemográficas, formativas, profissionais e pessoais onde estão contemplados os indicadores de idade, sexo, estado civil, formação profissional, escolaridade, situação profissional e atividade profissional;

b) características profissionais na atividade arbitrar: abordando a predileção de ser árbitro, a experiência profissional nas competições, o motivo de permanência, aderência na atividade de arbitrar e atualização profissional;

c) concepções de competências profissionais: por meio do modelo de Competência Profissional de Cheetham e Chivers (1996; 1998).

Neste estudo, o questionário foi enviado para os árbitros na língua inglesa, por meio da plataforma Google™ Docs. Optou-se por este processo, pois além da acessibilidade, possui um sistema de *backup online* possibilitando gerenciar permissões de compartilhamento de arquivos no sistema e os proprietários de documento podem compartilhar e revogar o acesso a qualquer momento trazendo informações como a data e horário de retorno dos questionários preenchidos (ROLIM, 2014). Na área da Educação Física, este procedimento de coleta de dados, tem sido

utilizado, no sentido de atingir sujeitos que se encontram em diferentes localidades, possibilitando a sua aproximação. Estudos realizados por Ferreira (2015) o qual, investigou a formação e a capacitação árbitros brasileiros de *Goalball* residentes em diferentes regiões do país e também o autor Rolim (2014) que investigou a escolha de ser árbitro de futebol dos árbitros federados no Brasil, onde os mesmos, consideraram a utilização da plataforma Google™ Docs ideal para atender às exigências dos mecanismos de coleta.

O uso da internet como recurso na aplicação de instrumento nas pesquisas acadêmicas, tem-se tornado um meio abrangente e seguro, pois não somente expande o número de pessoas envolvidas na investigação como também, garante a diversidade, devido a sua capacidade de atingir àqueles que residem em outras regiões do país e mundo. Assim sendo, se aproximando do contexto deste estudo. A coleta de dados via *online* é rápida e segura, o custo da elaboração de um *software* é compensado pelo fato de que os dados a serem incluídos serão automaticamente dispostos no banco de dados, à medida que, o participante responde ao questionário em tempo real, eliminando etapas de digitação e lançamento de dados, quer em pesquisas qualitativas, quer em quantitativas (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009).

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

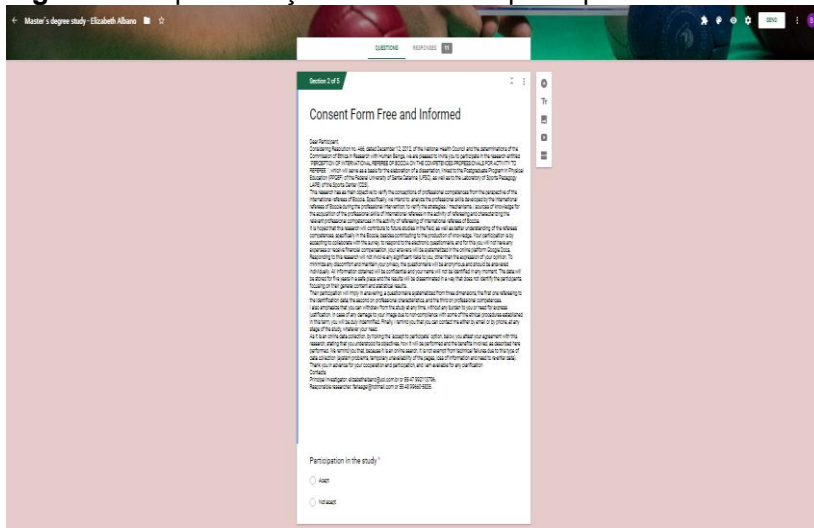
A coleta de dados, propriamente dita, se iniciou com um levantamento junto a BISFed, com sede em Londres, para obter informações referentes á relação de árbitros internacionais de Bocha Paralímpica que atuaram nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, somados aos dados para correspondência eletrônica. Mediante a estas informações, o projeto foi aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir do parecer (ANEXO 1). Após aprovação, partiu-se para a coleta de dados propriamente dita, com início na segunda quinzena do mês de outubro e encerrada na primeira quinzena do mês de novembro.

Para a coleta de dados foram contactados os árbitros internacionais de Bocha Paralímpica. Neste instante, foi enviado

um e-mail com carta convite aos participantes, na qual constava o objetivo do estudo e os procedimentos quanto ao preenchimento do questionário. No e-mail, também continham as informações referentes a designação de data e hora para o reenvio do instrumento preenchido, de acordo com a disponibilidade dos profissionais envolvidos.

Cada árbitro recebeu uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento esse, que estavam inseridas as informações sobre a sua participação e objetivo do estudo, bem como a manipulação dos dados (Anexos 2 e 3). Neste momento, ao concordarem com o TCLE, os participantes clicaram na opção aceite, permitindo o acesso a todo o conteúdo do questionário e a possibilidade de respondê-lo, por meio de seções criadas de acordo com a matriz analítica.

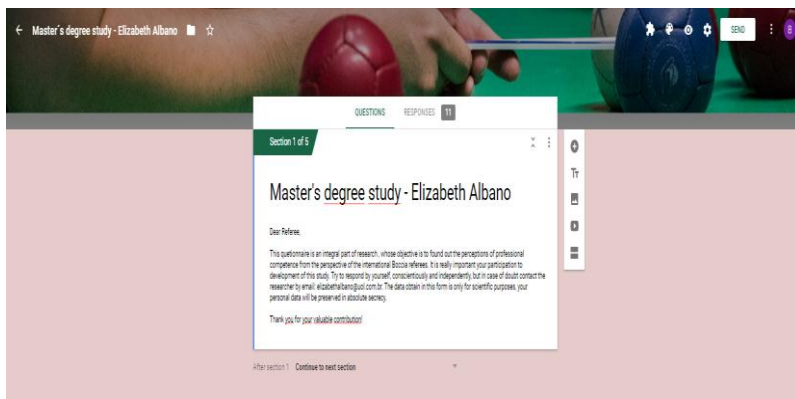
Figura 33 - Apresentação do TCLE aos participantes do estudo.



Fonte: Autora (2018).

Por se tratar de uma plataforma *online* específica para coleta de dados, os árbitros, apenas salvaram os formulários com suas respectivas respostas, e, posteriormente a própria plataforma sinalizava para a pesquisadora que haviam questionários respondidos.

Figura 34 - Apresentação do questionário para os participantes do estudo.



Fonte: Autora (2018).

3.5 CUIDADOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com número de parecer 2.537.086, sendo que a participação dos árbitros ocorreu somente após concordância com o TCLE, por meio de aceitação no formulário eletrônico. Ressalta-se que foi garantido aos participantes do estudo o seu anonimato e que o mesmo poderia se retirar do estudo, caso ocorresse alguma situação de desconforto ou risco.

3.6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Os dados de cunho quantitativos foram analisados a partir da estatística descritiva, por meio da frequência das respostas, enquanto que os dados qualitativos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), essa técnica emprega procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, das mensagens e indicadores que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições

de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Para auxiliar nesse processo, foi utilizado o programa Nvivo 9.2, a fim de, dispor os dados e classificá-los conforme as particularidades de cada categoria. A elaboração de categorias, foi realizada a *posteriori*, originada pelas respostas emitidas pelos árbitros. Nesse sentido, as categorias estão expressas no quadro a seguir:

Quadro 3 - Síntese das categorias e subcategorias de análise.

Categorias	Subcategorias
Valores competência ética	Ética profissional; Ética pessoal
Metacompetências	
Jogo	Tranquilidade para arbitrar
Cursos de atualização	Realiza cursos de atualização; Não realiza cursos de atualização; Participação em comitês da BISFed
Contexto	Envolvimento do trabalho; Contexto de trabalho
Competências para arbitrar percebida pelos árbitros	Competência Pessoal e Social; Competência Funcional; Competência Ética; Competência Cognitiva
Competência pessoal e social	Competências sociais e vocacionais; Intraprofissionais
Competência funcional	Motora; Específica do ofício; Básica; Organização e gestão
Competência ética	Ética pessoal; Ética profissional
Competência cognitiva	Teórica; Tácito prático; Processual; Contextual; Aplicação do conhecimento

Arbitro	Fontes de conhecimento; Estratégias para aquisição das competências profissionais
Arbitragem na Bocha Paralímpica	Preparação para arbitrar; Parcial interrompido; Motivos de permanência

Fonte: Autora (2018).

De acordo com as categorias elencadas, possibilitou-se a adequação das análises para atender aos objetivos propostos, pois ao investigar a figura do árbitro de Bocha Paralímpica exigiu-se o “agrupamento de elementos com estas categorias significou agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito em que fosse capaz de abranger tudo isso” (GOMES, 2003, p. 70).

Pelo fato do questionário ter sido elaborado pela pesquisadora, optou-se em seguir as orientações de Cassepp-Borges, Balbinotti e Teodoro (2009), no que se refere à validação de conteúdo, considerando as dimensões: a) clareza de linguagem, b) pertinência prática, c) relevância teórica e d) dimensão teórica, ou seja, para efetivar esta etapa, deve-se recorrer à pesquisadores (juízes) que possam verificar se o questionário, em questão, avalia o que se propõe, baseado nos objetivos. Doravante, Cassepp-Borges, Balbinotti e Teodoro (2009), orientam que “[...] É recomendado um mínimo de 3 e no máximo 5 juízes(as). A avaliação dos itens é feita através de uma escala (tipo *Likert*), que varia de 1 a 5, onde 1 representa “pouquíssima”, 2 representa “pouca”, 3 representa “média”, 4 representa “muita” e 5 representa “muitíssima” (p. 12).

Para a concretização desta etapa, contou-se com o apoio de 10 pesquisadores, mestres e doutores na área de teoria e prática pedagógica da Educação Física e Educação Física Adaptada para avaliação das questões. A partir das notas apresentadas por eles, obteve-se a média de cada item, a fim de, verificar o grau de clareza, pertinência e relevância em cada uma das 40 perguntas contidas no questionário. Assim, obteve-se a média de cada pergunta nas quatro dimensões (somou-se as notas de cada pesquisador e dividiu-se pelo número de pesquisadores participantes no processo de validação), sendo todas superiores a 3,5, numa escala com variação de 0 (zero) a 5 (cinco), avaliação essa a qual permitiu identificar que todas notas

são consideradas válidas para comporem o instrumento e que as mesmas podem ser aplicadas com os árbitros internacionais participantes da investigação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS, ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DOS ÁRBITROS INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA

Com o objetivo de investigar as características pessoais, acadêmicas e profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica e também a atividade arbitrar, torna-se necessário apresentar o perfil dos participantes para compreender sua atuação profissional. O árbitro de Bocha Paralímpica é o indivíduo que, em determinados espaços e tempos, possui diferentes necessidades tais como: sociais, culturais, pessoais e profissionais, além de residirem em diferentes países e continentes, interferindo diretamente em sua carreira e em seu percurso profissional. Ele carrega consigo experiências, princípios e valores, que influenciam na sua jornada e na sua escolha de atuar na atividade de arbitrar, cujos fatores podem ser relacionados à necessidade de participação social, paixão pelo esporte, viagens, tendências sociais, dinheiro, bem-estar entre outros, que configuram a constituição do árbitro (GAMA, 2005).

Tabela 2 – Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa.

Variáveis	Categorias	n (%)
Sexo	Feminino	6 (54,5%)
	Masculino	5 (45,5%)
Faixa etária	De 31 a 40 anos	2 (18,2%)
	De 41 a 50 anos	3 (27,2%)
	De 51 a 60 anos	2 (18,2%)
	De 61 a 70 anos	4 (36,4%)
Estado civil	Casado	5 (45,4%)
	Solteiro	2 (18,2%)
	Separado/Divorciado	2 (18,2%)
	Outros	2 (18,2%)
Filhos	Sim	6 (54,5%)

	Não	5 (45,5%)
Escolaridade	Graduação	4 (36,3%)
	Especialização	3 (27,3%)
	Mestrado	4 (36,4%)
Formação inicial	Secretariado	1 (9,1%)
	Fisioterapia e Terapia ocupacional	1 (9,1%)
	Educação	2 (18,2%)
	Educação Física	5 (45,4%)
	Letras	1 (9,1%)
	Estudos internacionais	1 (9,1%)
Ano de conclusão da formação inicial	Década de 1970	3 (27,3%)
	Década de 1980	1 (9,0%)
	Década de 1990	4 (36,4%)
	Década de 2000	3 (27,3%)
Nacionalidade	Norte americano	1 (9,1%)
	Brasileira	2 (18,2%)
	Britânica	2 (18,2%)
	Canadense	2 (18,2%)
	Grega	1 (9,1%)
	Portuguesa	1 (9,0%)
	Espanhola	2 (18,2%)
País de residência	Estados Unidos	1 (9,1%)
	Brasil	2 (18,2%)
	Reino Unido	2 (18,2%)
	Canadá	2 (18,2%)
	Grécia	1 (9,1%)
	Portugal	1 (9,0%)
	Espanha	2 (18,2%)

Fonte: Autora (2018).

Um dado a ser destacado, centra-se na idade, pois não foi encontrado nenhum árbitro com idade inferior a 30 anos, fato que

não ocorre na arbitragem de outras modalidades praticadas por pessoas com deficiência, tal como o *Goalball*, investigado por Ferreira (2015). No seu estudo: Formação e Capacitação de 25 árbitros peretencentes a categoria regional, nacional e internacional no *Goalball*, revelou que 60% dos sujeitos possuíam idade até 29 anos, identificando uma formação mais jovem, no que se refere à intervenção profissional na atividade de arbitrar. Especificamente, na modalidade Bocha Paralímpica, ao desejar atingir os mais elevados postos da arbitragem, deve-se executar uma caminhada mais extensa em relação à outras modalidades, dado que se evidencia neste estudo.

No que se refere ao estado civil dos árbitros, destaca-se que 5 (45,4%) são casados, 2 (18,2%) são solteiros, 2 (18,2%) são separados ou divorciados e 2 (18,2%) possuem outros tipos de relacionamento. Além disso, 6 (54,5%) possuem filhos e 5 (45,5%) não possuem filhos. As constituições familiares não interferiram na atividade de arbitrar, semelhante aos dados do estudo de Pereira, Aladashvile e Silva (2006), que ao investigarem as causas de desistência na carreira de árbitro de futebol, os autores apontaram que a família não interferia nos motivos de renúncia, assemelhando-se aos árbitros desse estudo (Bocha Paralímpica). Esta relação, permite identificar que os árbitros apresentaram uma estabilidade ao que se refere estado civil, e muitos continham família com filhos.

A formação inicial é a designação destinada a uma etapa de preparação direcionada ao exercício ou qualificação inicial da profissão pelo sujeito. Trata-se de uma etapa importante, pois por meio desta formação, o sujeito adquire o conhecimento imprescindível para sua atuação (FARIAS, 2000). Este momento, pode ser considerado como a base precursora do futuro exercício da atividade profissional, que pode ser traçada e executada pelo sujeito, onde na maioria das vezes, acontece logo após o término do ensino médio.

Por se tratar de uma investigação com árbitros internacionais de Bocha Paralímpica, no que tange à nacionalidade de cada um, verificou-se que: 1 (9,1%) é norte americano, 2 (18,2%) são brasileiros, 2 (18,2%) são britânicos, 2 (18,2%) são canadenses, 1 (9,1%) é grego, 1 (9,0%) é português e 2 (18,2%) são espanhóis, sendo que os investigados permanecem até hoje no país de nascimento. Os vínculos criados desde criança com seus familiares, além dos processos

formativos, da intervenção profissional, fortalecimento de amizades, estabilidade profissional, construção da própria família e pelas crenças, foram fatores preponderantes para se ter permanecido no país de origem. O mesmo ocorre nos estudos de Vargas, Silva e Arruda (2008) e de Silva, Santos e Cabrera (2012) que ao investigarem árbitros de futebol, brasileiros, uruguaios e chilenos, verificaram que os mesmos ainda permanecem em seu país de origem, corroborando com os dados deste estudo.

Tabela 3 – Atividade profissional e contato com a Bocha Paralímpica.

Variáveis	Categorias	n (%)
Atividade profissional atual	Aposentado	3 (27,3%)
	Professor de Educação Física	3 (27,3%)
	Fisioterapeuta	1 (9,1%)
	Professor particular	1 (9,1%)
	Professor	1 (9,1%)
	Professor universitário	1 (9,1%)
	Coordenador de projeto em Esporte Paralímpico	1 (9,0%)
	Ano do primeiro contato com a modalidade Bocha Paralímpica	
	Década de 1980	1 (9,1%)
	Década de 1990	7 (66,6%)
	Década de 2000	3 (27,3%)
Influência de entrada na arbitragem	Amigos	1 (9,1%)
	Trabalho	4 (36,4%)
	Família	1 (9,1%)
	Amigos e curiosidade	1 (9,1%)
	Família e amigos	1 (9,1%)
	Universidade e curiosidade	1 (9,1%)
	Trabalho e amigos	1 (9,1%)

Família, amigos e notícias na internet 1 (9,1%)

Fonte: Autora (2018).

A atividade de arbitrar a Bocha Paralímpica, seja na categoria regional, nacional e internacional, não estabelece vínculos empregatícios com os árbitros, pois nesta intervenção profissional o papel do árbitro é de prestador de serviço, ao qual sua remuneração é equivalente a competição trabalhada. As competições que são promovidas no cenário nacional e internacional até o presente momento, não proporcionam uma remuneração compatível, de modo que ocorra a dedicação exclusiva à esta função, além disso, o cronograma de competições e de atuações não apresentam regularidade. Da mesma forma, este fator (remuneração) não é preponderante para o fato de não exercer a função de árbitro, assim como identificado no estudo de Pereira, Aladashvile e Silva (2006), ao questionar os motivos de não permanência da carreira dos árbitros de futebol, os mesmos não elencaram a remuneração como aspecto preponderante para a desistência, mantendo de maneira concomitante com sua rotina profissional.

Os dados apontam que o contato com a modalidade Bocha Paralímpica foi marcado a partir da década de 1980, nomeadamente: 1 (9,1%) árbitro estabeleceu contato com a modalidade na década de 1980, 7 (66,6%) árbitros na década de 1990 e 3 (27,3%) na década 2000, apresentando as seguintes influencias: 1 (9,1%) foi influenciado por amigos, 4 (36,4%) no ambiente de trabalho, 1 pela 9,1% família, 1 (9,1%) por amigos e curiosidade, 1 (9,1%) por família e amigos, 1 (9,1%) na universidade e por curiosidade, 1 (9,1%) no trabalho e por amigos e 1 (9,1%) por influência de vários fatores e contextos, tais como os citados: família, amigos e notícias na internet.

Os resultados indicam a predominância de professores de Educação Física no desempenho na atividade de arbitrar. Diante deste resultado e analisado os dados fornecidos, foi possível compreender que o primeiro contato com a modalidade destes profissionais ocorreu principalmente, quando os investigados estavam em fase de formação universitária. Além disso, um dos fatores que impulsionaram a inserção na arbitragem da Bocha Paralímpica de profissionais da Educação Física, refere-se à

ampliação de oportunidades e de contato com as pessoas com deficiência.

Cabe destacar, que a década de 1990 foi aquela que concentrou o período em que os árbitros estavam ou em fase de formação ou em fase de conclusão dos cursos de graduação, sendo a universidade o contexto de fortalecimento para o estabelecimento do contato e da inserção na Bocha Paralímpica. Este período é mencionado por Ribeiro e Araújo (2004), como aquele que permitiu a discussão sobre a composição de um novo currículo no ensino superior, sendo recomendada a inserção de uma disciplina destinada a atender as pessoas com deficiência, nos cursos de Educação Física e esporte adaptado.

A oferta da disciplina de Educação Física Adaptada nos currículos, proporcionou aos futuros professores de Educação Física, um novo olhar para esta população, bem como os esportes que foram evoluindo, enquanto ferramenta de inclusão para as pessoas com deficiência, permitindo conhecer e compreender as oportunidades de atuação profissional (COSTA; SOUSA; 2004). Assim, a partir da década de 1990, ampliou-se as discussões e a visibilidade, inclusive amparadas por cunho legal, no que se refere às políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência, além das iniciativas mundiais na criação IPC (o que é?), e, no Brasil pelo governo federal com a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (ARROXELLAS, 2015).

Desta forma, distintos são os contextos e os fatores que levaram os investigados a se inserir na modalidade e conseqüentemente na arbitragem, elencados neste estudo por influência de amigos, trabalho e família. Estes fatores podem ser atribuídos pelas rotinas sociais já estabelecidas pelos sujeitos, aliadas às oportunidades de atuarem de maneira direta e indireta com as pessoas que possuem o perfil de atleta para a prática da Bocha Paralímpica.

Um estudo realizado com árbitros de futebol, investigou a influência para a inserção na atividade de arbitrar, no qual apontou que fatores intrínsecos, aos quais são descritos pelo amor à arbitragem, dinheiro, senso de justiça e fama, como sendo decisivos para imersão na carreira de árbitro (ROLIM, 2014). Diferentemente dos resultados encontrados nesta investigação, aos quais os árbitros atribuem outros valores para sua intervenção profissional, na arbitragem da Bocha Paralímpica, descrevem que o amor à modalidade, o desejo que esta modalidade continue se

expandindo e atingindo o maior número possível de indivíduos pelo mundo, são retratados como alguns dos motivos de permanência e aderência na carreira de árbitro.

Tabela 4 – Atuação e formação na atividade de arbitrar.

Variáveis	Categorias	n (%)
País de formação na arbitragem	Brasil	2 (18,2%)
	Canadá	2 (18,2%)
	Grécia	1 (9,0%)
	Portugal	2 (18,2%)
	Espanha	2 (18,2%)
	Reino Unido	2 (18,2%)
	Ano de ingresso na arbitragem internacional de Bocha Paralímpica	Década de 1990
Década de 2000		9 (81,8%)
Década de 2010		1 (9,1%)
País em que realizou o curso de árbitro internacional	Portugal	4 (36,4%)
	Brasil	2 (18,2%)
	Canadá	2 (18,2%)
	Reino Unido	2 (18,2%)
	Estados Unidos	1 (9,0%)
	Tempo de atuação como árbitro na Bocha Paralímpica	De 10 a 15 anos
De 16 a 20 anos		3 (36,4%)
De 21 a 25 anos		3 (36,4%)

Fonte: Autora (2018).

Para intervenção em competições internacionais, o árbitro de Bocha Paralímpica necessita inicialmente da formação nacional para que conseqüentemente, realize a formação internacional, de modo que possa se obter certificação internacional da modalidade, com formação específica realizada em diferentes países. A BISFed, nos últimos 2 anos, promoveu

cursos de formação para a aprovação nas distintas etapas que concerne à titulação para o exercício na função de arbitrar em eventos internacionais, assumindo postos de responsabilidade elevada (BISFed, s/d). Geralmente, os países que oferecem cursos de formação na arbitragem, são aqueles que sediam um evento internacional da modalidade e que neste evento são realizadas as provas nos contextos teórico e prático, cujos participantes são avaliados por árbitros designados pela BISFed, aos quais compõem o comitê de árbitros (BISFed, 2017c). As formações são realizadas nestes eventos, pois possibilitam as avaliações práticas em que os árbitros provam suas competências e habilidades diante da performance de atletas de alto nível, além da oferta de uma estrutura que permita a certificação internacional.

Os processos formativos no cenário internacional na arbitragem esportiva se diferenciam de acordo com as modalidades, tanto nos esportes olímpicos quanto paralímpicos. Embora existam as modalidades esportivas adaptadas advindas das modalidades convencionais, a exemplo do basquetebol e basquete em cadeira de rodas, voleibol e vôlei sentado, as formações se configuram de maneira distinta, respeitando as especificidades das modalidades adaptadas, contendo diretrizes específicas para a condução e aplicabilidade das regras, em virtude do perfil dos atletas com deficiência no contexto esportivo (COSTA; SOUSA, 2004).

Mediante a esta contextualização, os 11 árbitros investigados realizaram as suas formações nacionais em seus países de residência, quais sejam: 2 (18,2%) realizaram a formação no Brasil, 2 (18,2%) no Canadá, 1 (9,0%) na Grécia, 1 (9, 1%) em Portugal, 1 (9, 1%) nos Estados Unidos, 2 (18,2%) na Espanha e 2 (18,2%) no Reino Unido. Visto isso, também pode-se evidenciar no estudo a época que tais cursos internacionais foram realizados: 1 (9,1%) realizou o curso de formação na década de 1990, 9 (81,8%) na década de 2000 e 1 (9,1%) na década de 2010, nos seguintes espaços geográficos: 4 (36,4%) realizaram formação em Portugal, 2 (18,2%) no Brasil, 2 (18,2%) no Canadá, 2 (18,2%) no Reino Unido e 1 (9,0%) nos Estados Unidos.

Os países filiados a BISFed são responsáveis pelas formações dos árbitros na esfera nacional, proporcionando a estes sujeitos as oportunidades necessárias para que possam se qualificar, com o intuito de atender aos requisitos necessários e realizar o curso de formação internacional (BISFed, 2013). Por sua

vez, a BISFed ao propor o curso de árbitro internacional ofertou as federações, as confederações e as associações nacionais uma chancela para indicação de árbitros preparados para a realização do curso, que nem sempre são promovidos nos países de residência dos mesmos. As competições internacionais, nas quais são ofertados os cursos de árbitro internacional, são realizadas em países itinerantes, não havendo critério nem o compromisso de que tais formações sejam realizadas em todos os países filiados à BISFed.

Os processos formativos na atividade de arbitrar são de responsabilidade da BISFed que desde o ano de 2013, assumiu todas as diretrizes e as atribuições da modalidade. Até o fim do ano de 2012, a Bocha Paralímpica, era vinculada a CPISRA, órgão que respondia por todos os aspectos e assuntos relacionados à modalidade, incluindo o corpo de arbitragem. A BISFed, por se tratar de uma entidade com formação recente e atuação nos últimos 4 anos, não formou a maioria dos árbitros internacionais, pois essa função era gerida pela CPISRA, na época. Por esse motivo, os sujeitos desta investigação possuem suas respectivas formações no cenário internacional vinculadas à ela.

Como a formação nacional para arbitrar ocorreu desde a década de 1980, destaca-se que no cenário esportivo paralímpico a Bocha apresenta árbitros com mais de 25 anos de atuação na modalidade. Os dados deste estudo comprovam este fato, sendo que: 3 (27,2%) dos árbitros investigados atuam entre 10 e 15 anos, 4 (36,4%) entre 16 e 20 anos e 4 (36,4%) entre 21 e 25 anos na atividade de arbitrar, sendo 9 (81,8%) atuando somente na arbitragem da Bocha Paralímpica e 2 (18,2%) atuando em outras modalidades esportivas, futebol e slalom.

Por se tratar de uma modalidade, cujo calendário de competições internacionais restringe-se a uma competição a cada 2 meses durante ao ano, alguns árbitros optam por se aproximarem de outras modalidades, a fim de ampliar seu repertório esportivo e de atuação profissional na atividade de arbitrar. No entanto, há de se destacar, que por não ser fonte de renda e também os árbitros possuem outros vínculos empregatícios, os sujeitos investigados, restringem-se à se dedicar a Bocha Paralímpica, até por que esses árbitros internacionais, respondem e direcionam em seus países o fomento e disseminação da modalidade e formação de novos árbitros nacionais (PEREIRA; ALADASHVILE; SILVA, 2006).

Dentre as atividades de arbitrar no cenário nacional há as funções de: mesário, árbitro principal, árbitro de linha, árbitro chefe e assistente de árbitro chefe, de acordo com as orientações do manual de regras da BISFed (2017). Mesmo considerando, neste estudo, a competência de arbitrar internacionalmente, considerou-se importante investigar às experiências dos árbitros nas funções que lhes são incumbidas e também as que eles desempenham até hoje em competições nacionais.

Tabela 5 – Experiência de intervenção profissional na atividade de arbitrar Bocha Paralímpica.

Variáveis	Categorias	n (%)
Experiência adquirida na atividade de arbitrar na função de mesário		
	De 1 a 3 anos	5 (45,5%)
	De 7 a 9 anos	2 (18,2%)
	De 13 a 15 anos	1 (9,0%)
	Mais de 16 anos	3 (27,3%)
Experiência adquirida na atividade de arbitrar na função de árbitro de linha		
	De 1 a 3 anos	5 (45,5%)
	De 7 a 9 anos	2 (18,2%)
	De 13 a 15 anos	1 (9,0%)
	Mais de 16 anos	3 (27,3%)
Experiência adquirida na atividade de arbitrar na função de árbitro principal		
	De 7 a 9 anos	2 (18,2%)
	De 10 a 12 anos	1 (9,1%)
	De 13 a 15 anos	1 (9,1%)
	Mais de 16 anos	7 (63,6%)
Experiência adquirida na atividade de arbitrar na função de árbitro chefe		
	De 1 a 3 anos	2 (18,2%)
	De 4 a 6 anos	3 (27,3%)
	De 7 a 9 anos	3 (27,3%)
	De 10 a 12 anos	1 (9,0%)
	Mais de 16 anos	2 (18,2%)
Atuação na função de árbitro chefe em competições internacionais		
	Atuaram	6 (54,6%)

Não atuaram	4 (36,4%)
Recusaram	1 (9,0%)
Experiência adquirida na atividade de arbitrar na função de assistente do árbitro chefe	
De 1 a 3 anos	4 (36,4%)
De 4 a 6 anos	2 (18,2%)
De 7 a 9 anos	2 (18,2%)
De 10 a 12 anos	1 (9,0%)
Mais de 16 anos	2 (18,2%)
Ministrou curso de formação de árbitros de Bocha Paralímpica	
Sim	10 (90,9%)
Não	1 (9,1%)

Fonte: Autora (2018).

Os dados da tabela 5 indicam o tempo de experiência na atividade de arbitrar da modalidade Bocha Paralímpica. Assim, na função de mesário: 5 árbitros (45,5%) possuem experiência de 1 a 3 anos, 2 (18,2%) possuem experiência de 7 a 9 anos, 1 (9,0%) possui experiência de 13 a 15 anos, 3 (27,3%) possuem experiência de mais de 16 anos, ressaltando que nas atuações em competições internacionais o árbitro não exerce esta função, pois lhe compete as funções como árbitro principal e árbitro de linha. Entretanto, estes dados demonstram o envolvimento na atividade de arbitrar, e, por consequência, no fomento da própria modalidade.

A configuração das funções na arbitragem nacional na modalidade basquetebol preza pela atividade do mesário, pois lhe compete o ofício de registrar as ações específicas das modalidades esportivas, sendo estas apontadas pelo árbitro, por se tratar de exclusiva responsabilidade, e, por isso, o mesário deve auxiliar o árbitro, por meio dos conhecimentos específicos da modalidade ao qual está inserido (ZINGANO, 2010). Em contrapartida, na Bocha Paralímpica não é de responsabilidade do mesário assumir a função dos registros em súmula, sendo estes atribuídos ao árbitro principal como responsável pelo jogo.

No exercício das funções de árbitro principal e árbitro de linha, as experiências na atividade de arbitrar possuem uma tendência a se ampliar, visto que nas atuações em competições internacionais, a função de mesário não é exercida por parte dos

árbitros, por não haver obrigatoriedade neste quesito, o que não acontece na modalidade basquetebol, cujo o corpo de arbitragem é composto inclusive pelo mesário (DE ROSE JUNIOR; PEREIRA; LEMOS, 2002). Uma das particularidades na arbitragem de Bocha Paralímpica principalmente nas competições internacionais é a utilização dos serviços de voluntariado para a função de mesário, pois prezam pelas intervenções dos árbitros em atuações mais importantes, como árbitros principais e árbitros de linha de acordo com a classe da modalidade. Este fato ocorre por não haver condições financeiras de transportar, acomodar e alimentar um grupo numeroso de árbitros que de acordo com competições que são realizadas em diferentes países ao redor do mundo.

Nas atuações como árbitro de linha, os dados revelam que: 5 (45,5%) possuem experiência de 1 a 3 anos na função, 2 (18,2%) possuem experiência de 7 a 9 anos, 1 (9,0%) possui experiência de 13 a 15 anos e 3 (27,3%) possuem experiência com mais de 16 anos. Nas atuações como árbitro principal, os resultados apontam que: 2 (18,2%) possuem experiência de 7 a 9 anos, 1 (9,1%) possui experiência de 10 a 12 anos, 1 (9,1%) possui experiência de 13 a 15 anos e 7 (63,6%) possuem mais de 16 anos de experiência na atividade de arbitrar. Ao observar estes dados, pode-se afirmar que se trata de árbitros com experiência superior a 7 anos, na função de árbitro principal, independentemente de sua faixa etária, o que remete ao envolvimento de sua intervenção na atividade de arbitrar com *know-how* na condução dos jogos.

No exercício da função de árbitro chefe, (responsabilidade de conduzir os árbitros durante a competição com suporte necessário), 2 (18,2%) árbitros possuem experiência de 1 a 3 anos, 3 (27,3%) possuem experiência de 4 a 6 anos, 3 (27,3%) possuem experiência de 7 a 9 anos, 1 (9,0%) possui experiência de 10 a 12 anos de experiência e 2 (18,2%) possuem mais de 16 anos de experiência. No que concerne ao exercício desta função em competições internacionais: 6 (54,6%) já atuaram como árbitro chefe, 4 (45,5%) até o presente momento não intervieram nesta função e 1 (9,0%) recusou o exercício desta função quatro vezes por razões desconhecidas. Na intervenção como assistente do árbitro chefe, cuja a responsabilidade é de auxiliar o árbitro-chefe, na condução dos demais árbitros, os dados se apresentaram: 4 (36,4%) possuem experiência de 1 a 3 anos, 2 (18,2%) possuem experiência de 4 a 6 anos, 2 (18,2%) possuem experiência de 7 a

9 anos, 1 (9,0%) possui experiência de 10 a 12 anos e 2 (18,2%) possuem mais de 16 anos de experiência.

No cenário internacional, a função de árbitro chefe normalmente é designada por árbitros com maior experiência em competições internacionais, por se tratar do elevado nível técnico dos atletas, aos quais disputam pontuação para o *ranking* mundial, sendo este, um requisito para competirem nos campeonatos mundiais, assim como nos Jogos Paralímpicos. Portanto, a função do árbitro chefe e de assistente é de extrema responsabilidade, principalmente nas competições internacionais, pelo simples fato de avaliar a performance do corpo de arbitragem no decorrer das competições, em que posteriormente, em reuniões de arbitragem, ele transmite seu *feedback*, de acordo com o desenvolvimento do dia de competição. Dito isso, os árbitros com formações mais recentes, neste cenário, ainda não possuem bagagem para assumir estas funções, cabe ressaltar, que estas funções não foram identificadas em outras modalidades esportivas, a exemplo do basquetebol, pois no estudo de De Rose Junior, Pereira e Lemos (2002), os autores apontam a atuação de 3 árbitros em um jogo, assumindo funções semelhantes, sem distinção de classificação.

No que se refere aos processos de formação de novos árbitros nos cenários nacional e internacional, mediante a intervenção e experiência, verifica-se na tabela 5, que: 10 (90,9%) dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica já ministraram cursos de formação para novos árbitros, sendo que apenas 1 (9,1%) afirma não ter realizado até o momento esta espécie de formação.

No contexto da formação internacional, a BISFed é encarregada por nomear o ministrante do curso, bem como determinar quais árbitros nacionais estão aptos a realizar o curso, sendo selecionados de acordo com a progressão na atividade de arbitrar, demanda e necessidade no quadro de árbitros mediante a prática desta modalidade ao redor do mundo. A responsabilidade da formação de novos árbitros, inclui a aquisição dos domínios das regras, técnicas de arbitragem (postura, posicionamento, medições e aplicação correta das regras), permitindo responder positivamente uma experiência formativa qualificada (LIMA, 2005).

Esta ação, permite o processo de socialização profissional, considerando a relação de experiência, a qual garante a futura

intervenção de novos profissionais. A formação, nomeadamente, para o desempenho destas funções, pode futuramente ser ministrada, por outros profissionais com relação específica com a modalidade, mas pela pouca ascensão da modalidade, ainda não permite, talvez, que a Bisfed apresente outra maneira de formação.

4.2 IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA ÀS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DE ÁRBITROS INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA PARA ATIVIDADE DE ARBITRAR

Com o propósito de averiguar as competências profissionais percebidas pelos árbitros na atividade de arbitrar, torna-se indispensável contextualizar o conceito de percepção, pois, os dados encontrados e apresentados neste subcapítulo retratam o olhar, a interpretação, a apreciação que estes sujeitos consideraram, enquanto competências profissionais. Portanto, sob afirmação de Merleau-Ponty (1994), a percepção está diretamente relacionada ao conjunto de aptidões do indivíduo, a qual pode ser considerada a função que permite receber, elaborar e interpretar a informação que o ambiente propaga por meio dos sentidos. Neste caso, perceber as competências que devem ser destacadas na atividade de arbitrar, deve ser uma ação constante dos árbitros para que estes, sempre as coloquem em prática no cotidiano do trabalho e na formação de novos árbitros.

Para análise da percepção das competências necessárias para arbitrar a modalidade de Bocha Paralímpica, foi considerado a classificação de Cheetham e Chivers (1996), no que se pressupõe o conjunto de competências. No entanto, outros autores deram subsídios para o entendimento das respostas emitidas pelos árbitros investigados, tais como Paiva (2007), Batista (2008) e Farias et al. (2012).

A partir destes dados, foram evidenciadas as respostas emitidas pelos árbitros considerando a idade, a nacionalidade, a formação inicial, a atividade profissional atual, o tempo de experiência na atividade de arbitrar e a experiência na intervenção como árbitro internacional, categorias elencadas neste estudo, no conjunto de competências declaradas por Cheetham e Chivers (1996).

4.2.1 Competência cognitiva

A competência cognitiva compreende o conjunto de competências que aprimoram o saber e as manifestações de conhecimento da realidade, da didática do ensino, do conhecimento do contexto de intervenção, entre outros fatores que se relacionam com o que está exposto. Não obstante, a dimensão teórica está contida no cenário das competências cognitivas, a qual é conceituada pelo modelo proposto por Cheetam e Chivers (1996; 1998) como a base do conhecimento formal da profissão, codificando o conhecimento técnico ou de fundamentação teórica do domínio específico relacionado com a intervenção profissional. Ao mesmo tempo que, transpondo para a atividade de arbitrar, a competência teórica pode ser resultante do total domínio das regras da modalidade, principalmente com as recentes modificações, clarificações e atualizações.

Deste modo, a dimensão teórica, dentre as demais dimensões que se referem a competência cognitiva foi destacada na análise das respostas emitidas pelos árbitros investigados. No que se refere à faixa etária, se percebeu- que os árbitros com idades de 37, 42, 43, 58 e 66 anos de idade destacaram esta competência como relevante na atividade de arbitrar. Este dado evidencia de maneira espaçada, a dimensão teórica, refletida por aqueles que estão no topo da arbitragem de Bocha Paralímpica.

No estudo de Farias et al. (2012), ao investigar as competências profissionais ao longo da carreira docente dos professores de Educação Física, com idade entre os 27 e 63 anos, com intervenção profissional na carreira docente entre 1 e 38 anos de atividade, destacaram que a dimensão teórica foi estendida por toda a carreira dos professores, principalmente na fase inicial da carreira, diferente do contexto da atividade de arbitrar, porém, por se tratar de árbitros com vasta experiência na atividade é possível que esta competência em algum momento da fase da carreira, tenha assumido papel de destaque ao descortinar as percepções destes sujeitos.

Mesmo com a escassez de estudos voltados para a temática das competências profissionais no âmbito esportivo, foi possível identificar que nos últimos 15 anos, as competências têm se manifestado como objeto de curiosidade e de investigação. Na área do lazer o estudo de Vaz et al. (2017), investigaram os instrutores de esportes de aventura, onde identificaram como

estes profissionais percebem as competências em suas intervenções profissionais. No âmbito da arbitragem esportiva, com estudo voltado na modalidade do futebol de campo, Nunes (2002) apresenta o estudo voltado para a figura do árbitro, em que descortinou as competências profissionais por meio da percepção comparada com a autoestima de árbitros catarinenses, exibindo um panorama de descoberta dos aspectos relacionados às competências, considerando a preparação psicológica, a credibilidade pessoal, a colaboração com os colegas, a reação a crítica, as ações de aperfeiçoamento, a contribuição positiva, imagem pessoal, os aspectos logístico e relacional e o domínio das regras.

A dimensão teórica, também foi enfatizada pelos árbitros internacionais espanhóis, grego, português, norte-americano e brasileiros. Cabe destacar, que os árbitros canadenses e os britânicos não perceberam este quesito com relevância. Indubitavelmente, a dimensão teórica refletida na atividade de arbitrar está atrelada ao conhecimentos e domínio das regras, pois é considerada uma necessidade primordial, pois não existe maneira de arbitrar um jogo sem total conhecimento das regras (ZINGANO, 2010).

No que tange à formação inicial, ou seja, o curso de graduação realizado pelos árbitros investigados, os conhecimentos na dimensão teórica refletem com maior incidência nos árbitros formados em Educação Física, posteriormente no árbitro formado em Fisioterapia e Terapia Ocupacional, assim como em árbitros com formação em Pedagogia e Letras. Destaca-se que árbitros com curso de secretariado e estudos internacionais não foram evidenciaram aspectos relevantes à dimensão teórica para a atividade de arbitrar.

O curso de Educação Física, seja na esfera da licenciatura ou do bacharelado, pode ser considerado como base constituída para o ensino dos esportes. O motivo de escolha da maioria dos acadêmicos nestes cursos, são as práticas corporais por meio da diversidade esportiva, principalmente no Brasil que institui o ensinamento das modalidades também por intermédio das regras e de suas práticas (BETTI; BETTI, 1996). Portanto, é possível que os árbitros com formação em Educação Física, possa de maneira intrínseca, em sua identidade profissional, a dimensão teórica, que se destaca de maneira latente em relação aos demais árbitros, por

ter tido acesso aos conhecimentos pertinentes as regras dos esportes no decorrer de sua formação inicial.

No que concerne a atuação profissional atual, os árbitros que atuam na área da Educação Física, seguidos das áreas de Fisioterapia, Pedagogia, Coordenação de Projetos de Esportes Paralímpicos, foram os que consideraram a dimensão teórica da competência cognitiva, como relevante na atividade de arbitrar. Além destas áreas de atuação, os árbitros aposentados, também elucidaram este dado.

Os árbitros que atuam nas áreas da educação e saúde, descrevem que na sua prática cotidiana a dimensão teórica assume o papel reflexões e preparações constantes para intervenção profissional. No campo da educação, esta competência, pode ser atribuída às ações de planejamento das aulas, nas construções de conteúdos e planos de ensino, assim como, na adoção dos instrumentos e critérios de avaliação (MADURO, 2013).

Ao analisar, a categoria tempo de experiência na atividade de arbitrar, os árbitros que atuam de 12 a 17 anos, como também, aqueles com mais de 20 anos de intervenção foram os que destacaram a dimensão teórica como expressiva. Entretanto, em relação ao tempo de experiência no cenário internacional, os dados apontam que os árbitros com intervenção profissional com 8, 10, 11, 12 e 15 anos de experiência, a percepção da dimensão teórica foi revelada de maneira enfática. Para Alves, Becker, e Quatrin (2014) a dimensão teórica consiste na posse do conhecimento apropriado relacionado ao trabalho e a capacidade para seu uso efetivo. Ao transpor para a atividade de arbitrar, recentes mudanças das regras que ocorreram em março de 2017 e a aplicação imediata das mesmas para as competições que aconteceram neste mesmo ano, puderam reforçar essa percepção na dimensão teórica (BISFed, 2017b).

4.2.2 Competência funcional

As competências funcionais são caracterizadas por Cheetham e Chivers (1996), como a capacidade que o indivíduo possui de executar uma série de tarefas específicas do trabalho, subdivididas em dimensão específica do ofício, sendo a capacidade de realizar com eficiência e eficácia o leque de funções e tarefas específicas da profissão; a dimensão de

organização e gestão conceituada como a capacidade de planejar, de monitorar, de implementar, de avaliar e de realizar a gestão pessoal e do tempo; a dimensão da competência motora que inclui a coordenação óculo manual, a destreza manual e as habilidades de teclar, e, por fim a dimensão básica (mental), a qual refere-se habilidades de computação e de processamento de informação (TIC).

Batista (2008) considera a competência funcional, assim como a capacidade de externalizar o conhecimento teórico, associando-o com a capacidade do indivíduo de comunicar-se, tornando-se elementar aos aspectos funcionais na realização das tarefas no desempenho profissional. Para Paiva (2007), a competência funcional está diretamente relacionada com o desempenho do indivíduo, de modo que, tanto os resultados como o potencial de cada um será considerado reflexo desta competência.

A competência funcional se manifesta nesta investigação por meio das dimensões motora e específica do ofício. Na relação com a faixa etária dos questionados, os dados apontam que a competência motora é percebida somente por árbitros com idade superior a 61 anos, sendo que, as condições físicas na atividade de arbitrar são relevantes, pois exigem, por muitas vezes, postura intacta por tempo considerável, ou seja sem movimentação. Além, da estabilidade física, bem como, em outras situações, em que o árbitro tem a necessidade de medir as bolas de acordo com uma determinada configuração do jogo, ocorrendo à necessidade de manter-se assim com o corpo em equilíbrio e os membros superiores firmes para que evite ao máximo mexer nas bolas, no intuito de obter uma medição precisa.

Diferentemente dos esportes em que exigem a capacidade cardiovascular dos árbitros, a exemplo, da modalidade basquetebol, que pela dinâmica do jogo, exige constante movimentação dos árbitros para que ocorra a aplicabilidade eficiente das regras (BAYON et al., 2015).

No que tange à nacionalidade, os árbitros canadenses percebem a competência motora como relevante na atividade de arbitrar, não estando em evidencia em árbitros das demais nacionalidades. Este dado, pode ser atrelado com o fato de que o Canadá é um dos países que possui tradição nesta modalidade, sendo que a atividade de arbitrar ocorreu de forma concomitante com o seu fomento e consolidação (ARROXELLAS, 2015).

O árbitro com formação em Secretariado e que atualmente está aposentado, dentre os árbitros com outras formações profissionais, foi o único que destacou como significativa a dimensão motora para a atividade de arbitrar. Tais dados, se justificam pelo fato de que esta formação e ocupação não estão contemplados nas áreas da educação e saúde, corroborando para que, a dimensão motora seja explícita por este sujeito (GOMES, 2008). Além disso, o árbitro com tempo de 24 anos, ou seja, tempo de atuação máxima encontrada neste estudo, foi aquele que percebeu como se torna essencial a dimensão motora para a sua atuação. A idade do sujeito é um fator que determina as condições físicas e valências para atuação do árbitro de Bocha Paralímpica (BAYON et al., 2015), dimensionando o que já foi exposto anteriormente sobre a preocupação dos investigados quanto ao tempo de estabilidade física e controle postural. Em modalidades esportivas, com maior movimentação, tanto de jogadores quanto de árbitros, talvez, essa dimensão não seja relatada, no entanto, ocorre um destaque dos seus representantes no quesito condicionamento físico e resistência.

Estudos que investigam a Bocha Paralímpica destacam na descrição da modalidade, fatores relacionados como: as características físicas de cada atleta, as dimensões de quadra e as regras que norteiam a modalidade (RIQUE JUNIOR, 2016, ARROXELLAS et al. 2017). Na especificidade da função do árbitro, uma competência que é inerente à intervenção, está relacionada à montagem das quadras, à checagem das medidas exatas dos materiais utilizados pelos atletas na competição (de acordo com a regra oficial). Outra responsabilidade do árbitro, sendo supervisionada pelo árbitro chefe, são as ações que antecedem às competições, e neste estudo, os árbitros com idade superior a 43 anos apontam esta competência com maior relevância.

As ações citadas, configuram-se como a dimensão específica do ofício que foi identificada como relevante, na ação de arbitrar pelos árbitros com idade de 43, 53, 58 e 67 anos, não sendo apontada com ênfase pelos profissionais com idade de 31 a 42 anos. Da mesma forma, os árbitros espanhóis consideram de maneira enfática esta competência, assim como, os britânicos e os canadenses, destacando que não foram percebidas pelos árbitros brasileiros, grego, português e norte-americano.

No que se refere à categoria nacionalidade, a percepção dos árbitros acerca da dimensão específica do ofício, revela que a vasta experiência dos árbitros espanhóis, principalmente em competições internacionais e em Jogos Paralímpicos, (Atenas, Pequim, Londres e Rio de Janeiro), assim como atuações como árbitro chefe e assistente do árbitro chefe, implica maiores responsabilidades e tomada de decisões, podendo estar associada aos árbitros espanhóis destacarem a dimensão específica do ofício.

A competência específica do ofício, também foi percebida e evidenciada pela árbitra com formação em Fisioterapia, bem como, os árbitros com formação inicial em Educação Física e Pedagogia, não sendo revelada nas demais formações iniciais investigadas. Concomitante, os árbitros aposentados destacaram as dimensões motora e específica do ofício, como competências necessárias para a atividade de arbitrar por toda vida. Enquanto que os árbitros que atuam como Fisioterapeuta, Pedagogo e professor de Educação Física, declaram somente a dimensão específica do ofício.

Os árbitros menos experientes, aqueles com intervenção entre 10 e 15 anos, não manifestaram a dimensão específica do ofício como relevante na atuação do árbitro. Pode-se destacar que aqueles que possuem mais de 16 anos de experiência, na arbitragem, ressaltam esta dimensão como prioritária nos árbitros. Estudos realizados com instrutores de esportes de aventura e professores de Educação Física (FARIAS et al. 2012; VAZ et al. 2017), destacam a dimensão específica do ofício, na execução das atividades, e que estes profissionais dominam as características condizentes com as suas funções. Farias et al. (2012) investigaram as competências profissionais ao longo da carreira docente dos professores de Educação Física, com idade entre os 27 e 63 anos, apontaram neste estudo, que os professores com mais de 21 anos de docência apresentaram a dimensão específica do ofício com maior ênfase, sendo relacionado pelas experiências acumuladas ao longo da carreira docente, subsidiando maior dinamização das propostas pedagógicas e metodológicas enunciadas na trajetória docente.

As características dos árbitros, no que se refere às experiências acumuladas na atividade de arbitrar (desde a câmara de chamada até o campo de jogo), neste caso, os árbitros com mais de 16 anos de experiência, apontaram na dimensão

específica do ofício, que a tomada de decisões em determinadas situações de jogos, são muito pertinentes nessa fase da carreira

Na atuação como árbitro internacional, a dimensão específica do ofício é evidenciada de maneira intermitente, de acordo com as experiências acumuladas em competições internacionais, pois os dados, demonstram que os árbitros com 15 e 16 anos de experiência, percebem com relevância esta dimensão, juntamente com árbitros com intervenções profissionais mais recentes, com 8 e 7 anos de atuação na atividade arbitrar em competições internacionais. Pode-se presumir que as oscilações desta competência de acordo com o tempo de experiência estão relacionadas com o volume de competições, as quais, estes árbitros estão intervindo profissionalmente, pois, dependem exclusivamente dos calendários, assim como, da disponibilidade para os mesmos. Destaca-se que árbitros com experiências compreendidas entre 10 e 14 anos, não apontaram esta dimensão na emissão de suas respostas.

A dimensão específica do ofício na atividade de arbitrar, ultrapassa as quatro linhas da quadra e requer o cumprimento de uma série de protocolos indispensáveis em uma competição, o que atribui ao árbitro não somente a conduta em quadra na tomada de decisões, mas também aos eventos que antecedem os jogos. BAYON et al., 2015).

4.2.3 Competência Pessoal e Social

A proposta do modelo de competências profissionais de Cheetham e Chivers (1996) em que compreende a competência pessoal e social, é caracterizada pelos comportamentos dos sujeitos, que se relacionam com a persistência, autoconfiança entre outros aspectos. Esta competência, se subdivide em dimensão intraprofissional, como a interação do sujeito com os outros, a colegialidade, e a adesão as normas profissionais. Também destaca-se, a dimensão social e vocacional que são representadas pelas ações de autoconfiança, persistência, capacidade de pensar por si e o controle emocional (emoções e *stress*), incluindo a capacidade para ouvir, concentração na tarefa e habilidades interpessoais, como a empatia.

No que corresponde a dimensão intraprofissional, os árbitros não apontaram em nenhuma das categorias elencadas.

As ações de interações com os colegas de arbitragem, não foram percebidas como uma competência relevante na atividade de arbitrar a Bocha Paralímpica na ótica dos árbitros investigados. Estes dados apontam para a singularidade do sujeito, não sendo destacado as trocas entre os pares e a necessidade de relação mais próxima entre os árbitros. (VIEIRA; COSTA; AOKI, 2010). Entretanto, a dimensão social e vocacional assume protagonismo, tendo representatividade em todas as categorias elencadas na execução das categorias propostas.

Dentre as idades dos árbitros, em quase todas analisadas, a dimensão social e vocacional foi destacada, pois, numa sequência de idades são poucas as que não tem o indício de manifestação desta competência como relevante na função do árbitro. Tais dados, podem ser atribuídos por se tratar de árbitros com vastas experiências em competições de nível nacional e internacional aos quais permitem amadurecimento na tomada de decisões no que se refere ao contexto global da modalidade esportiva Bocha Paralímpica (ODELIUS et al., 2011).

Todos os árbitros de diferentes nacionalidades, compreendidas neste estudo, perceberam a dimensão social e vocacional, como necessária para a sua atuação, sobressaindo os árbitros brasileiros que acentuaram maior relevância a ela. O Brasil é um dos países que mais promovem eventos esportivos na Bocha Paralímpica, e os seus atletas e árbitros participam dos eventos esportivos ao redor do mundo, contribuindo para sua desenvoltura no aspecto social e vocacional (ARROXELLAS, 2015).

Os árbitros formados em Educação Física (Pedagogo, Professor Particular, Professor Universitário) apontam com maior relevância, os aspectos sociais e vocacionais, como motivadores para quem deseja se tornar um futuro arbitro.

No que se refere à atividade profissional atual, os professores de Educação Física, Professor Universitário e o Pedagogo demonstram que a dimensão social e vocacional é predominante, enquanto que a competência profissional no exercício da docência, reflete na atividade de arbitrar. Estes dados, corroboram com o estudo de Farias et al. (2012), ao investigar as competências profissionais ao longo da carreira docente dos professores de Educação Física, apontando que a dimensão social e vocacional foi a mais destacada se comparada com a dimensão intrapessoal, predominantemente pelos

professores com até 20 anos de docência. Portanto, assim como em sala de aula, compete ao professor o domínio da turma, o seu controle emocional no momento de *stress*. Situações como estas, se assemelham na atividade de arbitrar, pois, ao árbitro é incumbido a responsabilidade de se manter concentrado para evitar que aconteçam erros que possam vir a prejudicar o resultado do jogo, principalmente, em jogos decisivos, (pressão das equipes e da torcida), assim como ocorre no futebol (QUINTAS, et al., 2013).

A experiência acumulada, as ações e contato com diversas populações de diferentes nacionalidades, provavelmente coloca a dimensão social e vocacional, em lugar privilegiado ou de destaque das competências tornando-se necessárias para o sucesso de um jogo, principalmente, aquelas classes que requerem maior concentração e dedicação dos árbitros (PAIVA, 2007). Consolidando esta informação, é fato que os árbitros com mais de 20 anos de intervenção, são aqueles que a consideram como relevante para a atividade de arbitrar. Na categoria tempo de experiência elencada neste estudo, os árbitros com intervenção profissional com mais de 20 anos percebem a competência social e vocacional.

A dimensão social e vocacional é acentuada por aqueles com formação e atuação profissional em competições internacionais nos últimos 16 anos, podendo ser compreendido pelo fato do aumento de cursos de formação internacional para os árbitros e também por haver um número expressivo de competições internacionais sediadas por inúmeros países ao redor do mundo desde então (ARROXELLAS, 2015).

4.2.4 Valores de Competência Ética

As competências de valores e éticas, na proposta do modelo de competências profissionais de Cheetham e Chivers (1996; 1998), caracteriza-se como, a posse de valores pessoais e profissionais adequados e a capacidade de fazer julgamentos sólidos, com base nessas situações relacionadas ao trabalho. Esta competência se subdivide em duas dimensões, nas quais, se especificam: ética profissional se refere ao respeito e cumprimento dos códigos profissionais, ao julgamento ético, ao envolvimento nas questões profissionais, à atualização e a perspectiva e à

contribuição para a profissão. Outra dimensão seria a ética pessoal que se refere aos aspectos relacionados com a legislação, códigos religiosos e morais, sensibilidade face aos valores e necessidades e por fim à compreensão do outro.

Dispondo sobre os dados referentes a dimensão ética e profissional, os árbitros com 43 e 64 anos de idade, destacam a sua relevância para intervenção na arbitragem. Ao investigar os professores de Educação Física Adaptada, Batista (2008) evidencia que a competência ética aponta a motivação para a realização das atividades profissionais, sendo por meio desta, que os indivíduos manifestam a importância do cumprimento de horários, assiduidade e principalmente, o dever de se manter atualizado para a realização de suas funções.

Na atividade de arbitrar, o cumprimento do horário é indispensável, sendo rigorosamente exigido o tempo de cada jogo, além disso, é atribuído ao árbitro e aos jogadores, a entrada na câmara de chamada com 30 minutos de antecedência, momento em que os árbitros devem realizar o sorteio, afim de indicar qual o atleta começará o jogo. (horário determinado no congresso técnico - BISFed, 2017b), de modo a estabelecer o respeito a cada um dos jogadores e ao seu dever ético enquanto árbitro.

No que concerne à dimensão da ética pessoal relacionada à faixa etária, foi relatada pelos árbitros com 31, 43, 53, 58, 64 e 66 anos, diferentemente da dimensão da ética profissional. E por fim, o árbitro com 43 anos, demonstrou a percepção da competência ética em ambas dimensões. Nesta vertente, Batista (2008) afirma que a competência profissional, na dimensão ética e pessoal está associada com a personalidade na expressão, na predisposição de ser autêntico, no respeito à individualidade alheia, transpondo para a atividade de arbitrar situações específicas do jogo que podem acontecer.

Os árbitros canadenses e a espanhola, perceberam a dimensão ética e profissional com destaque na atuação do árbitro, porém, os árbitros de outras nacionalidades, não apontaram esta competência. Diferentemente da análise da dimensão ética e profissional, a dimensão ética pessoal é retratada pelos árbitros espanhóis, canadenses, brasileiro, britânico e norte americano, os quais buscam respeitar as características de cada povo, gerando a competência para o cumprimento dos códigos de conduta, independente da cultura, religião e costumes provenientes de cada país

A atuação profissional dos árbitros aponta que aqueles com formação inicial em Secretariado, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, apresentam a dimensão ética e profissional, como aspecto relevante na atividade de arbitrar. No entanto, os árbitros com formação inicial em Estudos Internacionais, Pedagogia, Educação Física e Fisioterapia e Terapia Ocupacional, revelam perceber, com importância, a dimensão da ética pessoal. Neste sentido, os profissionais que atuam na docência destacam esta competência em função da responsabilidade em sala de aula, alusivo ao saber estar, ao senso de transmissão de valores, ao fato de carregar consigo a luta pelo aprendizado do aluno (BATISTA, 2008).

Destaca-se que o árbitro com formação inicial em Letras não descreve a competência ética nas dimensões profissional e pessoal, e o árbitro com formação inicial em Fisioterapia e Terapia Ocupacional, foi o único sujeito que apontou as dimensões ética profissional e pessoal concomitantes. A fisioterapia enquanto profissão exclusiva da área da saúde, apresenta princípios e valores éticos e condutas morais de respeito ao paciente e ao ser humano, que se manifestam por meio da responsabilidade imposta, (na Universidade e cursos realizados) até a intervenção profissional propriamente dita (MOTTA; AGUIAR, 2007).

A dimensão da ética profissional, associada ao tempo de experiência na atividade de arbitrar, se destaca pelos árbitros com 17 e 24 anos de atuação, revelando que os aspectos como código de conduta na atividade de arbitrar são relevantes. O código de conduta é o documento que todos os árbitros devem assinar, no momento que antecede o início da competição, no qual, é salientado o cumprimento dos horários, a não ingestão de bebidas alcoólicas, o respeito pelos colegas árbitros, o uso do uniforme, a preparação para atuar, a utilização de uma linguagem apropriada. Talvez por se situarem em patamares mais elevados da arbitragem, esses árbitros respeitam as características de localidade e expertise da intervenção dimensionando as necessidades e as características para as boas condutas, o respeito a sua atuação, bem como, a legitimidade das regras a serem empregadas em cada competição e em cada jogo.

No ato de arbitrar os participantes do estudo com 8 e 20 anos de atuação, no cenário internacional, caracterizam esta competência ética e profissional como necessária. A dimensão ética pessoal foi expressa pelos árbitros com 11 e 14 anos de

experiência internacional, demonstrando que aspectos como respeito às leis, que elucidam as diretrizes estabelecidas pelas cidades, as quais sediam as competições internacionais.

Os árbitros são providos de uma bagagem de conhecimento sobre as diferentes culturas, adquirida pelas experiências pessoais e/ou pelo momento em que passam a participar de competições internacionais, fator que para o seu sucesso, exigem a imersão na cultura, na moral e nos costumes religiosos e sociais dos países que sediam as competições, além do contato com atletas, técnicos, dirigentes e outros árbitros de diferentes nacionalidades. Por atuar em competições de alto nível, principalmente em diversos países, ao árbitro é concedido conhecer novos espaços e novas culturas, que vão além do amor pelo esporte, proporcionando a percepção da importância do respeito e da conduta, tornando-se ações essenciais na intervenção profissional (FERREIRA; BRANDÃO, 2012).

4.3 FONTES DE CONHECIMENTO E ESTRATÉGIAS PARA AQUISIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ÁRBITROS INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA

Com a finalidade de verificar as fontes e estratégias de conhecimentos para aquisição das competências profissionais de árbitros internacionais, torna-se pertinente apresentar os dados apontados pelos árbitros no intuito de aprofundar e aprimorar os conhecimentos adquiridos ao longo da carreira, tendo em vista, que as experiências na atividade de arbitrar perfazemos processos de aquisição e desempenho das competências profissionais.

Faz-se oportuno estabelecer a relação dos processos de conhecimentos dos árbitros com o modelo de competências profissionais apresentado por Cheetam e Chivers (1996; 1998), sendo estudado Paiva (2007), Batista (2008), Paiva e Melo (2008), Farias et al. (2012), Valadão e Rodrigues (2012), Maduro (2013), pois, propicia conhecer e reconhecer as competências profissionais relevantes para a atividade de arbitrar.

Neste subcapítulo, os dados foram organizados considerando as fontes de conhecimento e as estratégias para a arbitragem, as quais permitiram identificar a diversidade dos processos de conhecimentos adotados pelos árbitros, tanto na sua

individualidade, como na coletividade, assim como, verificar a influência dos espaços ofertados por meio das competições que se tornaram ambientes que proporcionavam novas construções de conhecimento. No estudo, as fontes de conhecimentos podem ser definidas pela manifestação da aprendizagem recebida, momento em que o indivíduo tem a capacidade de se apropriar de ideias e de informações, de modo formal ou informal, que são incorporados na estrutura cognitiva, de modo a ficar disponível para reprodução em outros contextos e competições, (AUSUBEL, 2003). As estratégias são compreendidas como ações que permitem o sucesso na atividade de arbitrar.

4.3.1 Fontes de conhecimentos para aquisição de competências profissionais

Em complemento aos conhecimentos necessários para intervenção profissional na atividade de arbitrar, os participantes foram questionados sobre os contextos em que esses saberes foram apropriados. Por meio destas informações identificam-se sete fontes de conhecimento (quadro 4).

Processos	Competência	Dimensão	Ações
Fontes de conhecimento	Cognitiva	Teórica	Leitura de regras; Leitura das violações da modalidade.
		Tácita	Rotina de estudo; Preparação a cada ciclo paralímpico.
		Processual	Participação nas competições.

	Pessoal e social	Intrapessoal	Trocas de informações com os colegas.
		Social e vocacional	Participação em comitê de árbitros e de regras da BISFed; Cursos de capacitação.

Quadro 4 - Fontes de conhecimento e desenvolvimento das competências profissionais

Com maior predominância entre os árbitros, a leitura das regras é a fonte de conhecimento mais utilizada, onde, apenas um árbitro, não utiliza este recurso com frequência (ITO 10). Este dado, está diretamente relacionado, por sofrer mudanças constantes, tornando essas clarificações das regras de suma importância como fonte de conhecimento. Essas alterações nas regras podem ocorrer por manifestações de atletas, técnicos e dirigentes. Ao mesmo tempo, em que fatores relacionados as atividades profissionais dos árbitros vinculada a modalidade Bocha Paralímpica, associa-se às fontes de conhecimento leitura de regras:

Constantemente eu leio as regras e imagino possíveis situações de jogo. Também participo de rodas de conversa ou discussões sobre as regras com outros árbitros nacionais (ITO 7).

Leio as regras frequentemente (ITO 1).

A Bocha Paralímpica é meu trabalho toda semana, então estou treinando todos os tipos de atletas (dos iniciantes aos atletas paralímpicos). Eu leio as regras e discuto com os atletas. Quando tenho uma pergunta específica, peço ao comitê de regras e de árbitros da BISFed (ITO 6).

Diante dos dados apontados pelos sujeitos, os árbitros com 31, 43 e 53 anos apontam que por fazerem parte do comitê de regras e de árbitros da BISFed, procuram se manter atualizados, trazendo esta ação como uma rotina de estudo, a leitura das regras e a conversa com os colegas árbitros, tudo isso, em função da responsabilidade em responder as dúvidas de atletas, treinadores e dos próprios árbitros no que tange às regras e em possíveis situações de jogo que possam gerar incertezas.

Como sou vice-presidente do comitê internacional de árbitros e formador de novos árbitros internacionais, leio frequentemente as regras (ITO 8).

O comitê de regras e a recente criação do comitê de árbitros da BISFed, tem o propósito de atender as demandas da modalidade, por meio de consenso de seus membros na resolução de situações específicas ou na sua evolução. O comitê de árbitros é composto por um presidente e mais 5 árbitros, com a responsabilidade de formar novos árbitros internacionais e orientá-los durante as competições realizadas pela BISFed (BISFed, s/d). E, o comitê de regras, é regido por um presidente em que recebe o suporte de árbitros, atletas e treinadores que discutem sobre as dúvidas e as clarificações das regras emitidas pelos envolvidos na modalidade ao redor do mundo.

A formação inicial enquanto categoria deste estudo, destaca que, os árbitros com formações em Secretariado, Fisioterapia, Pedagogia, Educação Física e Letras salientam a leitura das regras enquanto fonte de conhecimentos para a atividade de arbitrar. Com esta premissa, os aspectos da formação inicial dos árbitros, contribuem para um melhor entendimento no que concerne às capacidades biológicas, motoras e cognitivas dos atletas.

Com estes dados, relacionando com as competências profissionais no modelo aplicado de Cheetam e Chivers (1998), é possível estabelecer a competência cognitiva na dimensão teórica, muito expressiva neste quesito, pois lhe é atribuída a base do conhecimento fundamental para o exercício de uma atividade profissional, seja na esfera do conhecimento técnico ou da fundamentação teórica do domínio específico relacionado a profissão. Pode-se afirmar que a competência cognitiva na

atividade de arbitrar, com vistas comparativas na performance dos árbitros, possui a capacidade de testar o árbitro na sua intervenção profissional, podendo classificá-lo como ruim, caso não tenha conhecimento das regras e suas características.

As regras na modalidade de Bocha Paralímpica dão a forma, o significado e a identidade deste esporte, em que é estabelecida todas as diretrizes para os árbitros, atletas, técnicos e dirigentes. Para os árbitros, as regras garantem a legitimidade de suas ações no decorrer de uma competição, proporcionando à guisa eficiente de sua intervenção profissional e estabelecendo uma relação de compromisso, em que o árbitro precisa manter seus conhecimentos atualizados na atividade de arbitrar. Na modalidade Bocha Paralímpica é permitido que as regras sejam modificadas a cada ciclo paralímpico, ou seja, de 4 em 4 anos, ocorrendo a interação dos árbitros com suas experiências diretamente com o comitê de regras, para dialogar sobre possíveis melhorias que possam agir positivamente nas ações dos atletas.

Com estes dados, é possível averiguar que as competências profissionais, se manifestam por meio da competência cognitiva na dimensão teórica, em função da leitura e domínio das regras. Ao emitirem a troca com os demais colegas, esta ação, possibilita o processo de socialização profissional, mediante o fato das constantes renovações e viagens, que resultam em responsabilidades, as quais se manifestam no momento do jogo. Neste caso, destaca-se a competência pessoal e social na dimensão intraprofissional, de acordo com os dados emitidos pelos árbitros acima, essas trocas com os colegas, configuram essa competência. Caracterizada pelos comportamentos de interação com os outros profissionais, incluindo aspectos relacionados a colegialidade e ao respeito pelas normas profissionais (CHEETHAM; CHIVERS, 1998).

Ao investigar as competências docentes, Maduro (2013), destaca que as competências cognitivas manifestadas pela leitura e pelo exercício de lecionar dos sujeitos são indicados com predominância, nas competências cognitivas, sendo consideradas como uma competência primordial para a aplicação do conhecimento e sua intervenção profissional. A atividade de arbitrar possui as mesmas características, destacando a Bocha Paralímpica, sendo uma modalidade ainda em fase de fomento, em determinados países, onde a responsabilidade do árbitro em

aplicar corretamente as regras, tem uma maior amplitude de seus conhecimentos além dos treinamentos.

Os árbitros com 64 e 66 anos, descrevem que utilizam o ciclo paralímpico que ocorre de 4 em 4 anos, são utilizados para atualização referentes às regras, levando em consideração as possíveis alterações que podem ocorrer na modalidade. Nesta fase de atuação como árbitro, é destacada sua competência profissional cognitiva na dimensão tácito, caracterizada pelo conhecimento gerado e integrado a partir de experiências anteriores (CHEETAM; CHIVERS, 1998).

Em relação aos árbitros britânicos, norte americano e a árbitra grega, estes descrevem a participação nas competições internacionais como uma fonte de conhecimentos. Estes dados revelam que, por não haver um número expressivo de competições da modalidade em seus respectivos países, as competições internacionais tornam-se espaços que permitem aos árbitros individualmente, utilizarem a observação de seus pares e auto reflexão dos *feedbacks* pela sua atuação, recebidos ao término da competição. Tudo isso, é utilizado como fonte de conhecimento na aquisição de competências profissionais, pessoal e social, especificando as dimensões intrapessoais e sociais, vocacionais, em que, o sujeito relaciona as ações de seus pares para a sua prática, por meio da observação, permitindo estabelecer um ambiente informal.

Embora a árbitra com formação inicial em Secretariado, formação que se distancia das áreas da saúde e da educação, relata que suas experiências como mãe de um ex-atleta de Bocha Paralímpica, proporcionou um amplo entendimento nos aspectos relacionados as capacidades biológicas, física e cognitiva dos atletas, e que isso, possibilitou maior envolvimento na atividade de arbitrar, estabelecendo a leitura das regras como elemento fundamental para o entendimento das particularidades das ações dos atletas no momento do jogo.

Os dados emitidos pelos árbitros descrevem que a fonte de conhecimentos daqueles com experiências profissionais compreendidas entre 12 e 17 anos de atuação nesta atividade, são elencadas pela leitura das regras, participação nas competições, leituras focadas nas atualizações das regras, trocas de informações com os demais árbitros. No entanto, um árbitro aponta a utilização do ciclo paraolímpico para angariar tal conhecimento. Os árbitros com experiências compreendidas entre

19 e 24 anos de intervenção profissional, revelam que suas fontes de conhecimentos são atribuídas à leitura das regras, através de uma leitura prévia e específica no que concerne aos aspectos relacionados às violações da modalidade, de acordo com sua participação em competições internacionais, tais como membros no comitê de árbitros da BISFed, tais como troca de informações com seus pares, e também pela participação na competições, onde se pode sanar dúvidas relacionadas às regras junto a este comitê (BISFed).

As ampliações destas fontes são evidenciadas pelas mudanças ocorridas na modalidade nos últimos 20 anos, pois os aspectos históricos descrevem que o ano de 1984 (data da primeira competição internacional de Bocha Paralímpica) até 1996, competiam apenas duas classes – C1 e C2, destinadas aos atletas que conseguiam arremessar as bolas e com diagnóstico de paralisia cerebral. Nos Jogos Paralímpicos de Atlanta, em 1996, foi incluída a classe *Class 1 WAD (with assistance device)*, atualmente a classe BC1 (VIEGAS, 2012).

4.3.2 Estratégias para aquisição de competências profissionais

A construção do conhecimento para a atividade de arbitrar é apontada neste estudo, por meio das estratégias utilizadas pelos árbitros internacionais, em que se refletiu na participação em competições, assim como as trocas de informações com seus pares, afim de aprofundar e aprimorar os conhecimentos já existentes. A produção de conhecimento é gerada por meio de articulações, nas quais o indivíduo adota de acordo com sua natureza, destreza e interesses, que se configuram como estratégias, ou seja, a adoção de maneiras para o sucesso na arbitragem (quadro 5).

Processo	Competência	Dimensão	Ações
Estratégias de conhecimento	Cognitiva	Processual	Participação nas competições
		Tácita	Tradução das regras para a língua nativa
		Teórica	Leitura das regras no idioma oficial da modalidade
	Pessoal e social	Social e vocacional	Participação no comitê de árbitros da BisFed

Quadro 5 - Estratégias e competências profissionais de árbitros de Bocha Paralímpica.

De acordo, com as informações emitidas pelos árbitros, os sujeitos com 37, 42, 66 e 67 anos, relatam que aceitar todos os convites para participar das competições é uma estratégia para que possam manter-se na ativa e envolvidos diretamente na modalidade. A árbitra com 42 anos, relatou que para a sua atuação, utiliza como estratégia de conhecimentos a leitura das regras, a discussão das regras com os colegas e a participação nas competições, e como estratégia descreve a tradução das regras do inglês para seu idioma nativo, o português de Portugal. Por outro lado, a árbitra com 43 anos, salienta que sua estratégia ocorre, por meio da leitura das regras em inglês, idioma oficial da modalidade Bocha Paralímpica, além da leitura das regras em seu idioma nativo para atuar nas competições em seu país de origem, Espanha, e participação no comitê de árbitros da BISFed.

Estes dados podem ser atribuídos às funções que estes árbitros exercem como árbitros chefes nas competições internacionais, com a responsabilidade de resolver situações que podem acontecer nos jogos, utilizando as regras, ao orientar árbitros, atletas e técnicos. Essas situações podem ocorrer antes,

durante e depois dos jogos, assim como, o exercício da árbitra brasileira como vice presidente do comitê de regras, a árbitra portuguesa como tradutora oficial das regras para o idioma português e por fim, as árbitras espanholas intervindo no comitê de árbitros.

Por meio destas informações, e, relacionando com as competências profissionais, é possível apontar que a competência cognitiva na dimensão do conhecimento processual torna-se notória, pois se configura pelo conhecimento das rotinas básicas inseridas na atividade profissional relativas ao: como? o quê? quando? a quem? Em que indexa as referências relativas ao conhecimento das questões da didática (CHEETHAM; CHIVERS, 1998).

Os árbitros que não exercem atividade profissional em outras áreas por já estarem aposentados, revelam que a busca de informações junto aos comitês de regras e de árbitros, se configura como estratégia para atuação na arbitragem. Por estarem muito tempo envolvidos na ação de arbitrar, a cada quatro anos, eles acumulam novos conhecimentos, em decorrência de alterações da regras e por já terem um conhecimento agregado, salienta-se que a aquisição das competências profissionais ocorrem pela dimensão tácita, visto que se configura pela integração do conhecimento gerado a partir das experiência do próprio indivíduo, de acordo com o modelo de competências de Cheetham e Chivers (1996;1998) diferentemente dos árbitros que ainda exercem a profissão.

Nos Jogos Paralímpicos de Atenas no ano de 2004, foi criada a classe BC4, destinada para os atletas sem paralisia cerebral, mas com outras deficiências que afetam o comprometimento motor do atleta, e que se assemelham aos atletas classificados na classe BC2, desde então permanecem na configuração da modalidade, enquanto classificação funcional dos atletas (VIEGAS, 2012). Com o decorrer das mudanças nesta modalidade, os árbitros mais experientes apontam a ampliação de estratégias, em virtude de atuarem na atividade de arbitrar de maneira concomitante com a evolução e consolidação da modalidade.

Em situações de violações cometidas pelos atletas, compete ao árbitro aplicar as penalidades estabelecidas na regra da modalidade Bocha Paralímpica, de acordo com as situações específicas do jogo. Assim, em árbitros com 24 anos de

experiência na atividade de arbitrar, a dimensão de aplicação de conhecimento foi identificada.

A aquisição da competência processual, esta compreendida na competência cognitiva, destacada pelos árbitros com 23 e 24 anos de experiência na atividade de arbitrar, que utilizam como estratégia de conhecimento, a participação nas competições, em que estas ações se estabelecem pela inserção do conhecimento nas rotinas básicas da atividade de arbitrar, relativas ao conhecimento das questões da didática, que se aplicam ao formato e protocolos das competições da modalidade Bocha Paralímpica.

A competência pessoal e social na dimensão intraprofissional se manifesta nesta categoria, sendo esta promovida pela troca de informações realizadas pelos árbitros independente do tempo de experiência na atividade de arbitrar, caracterizada pela interação com outros profissionais, como fonte de conhecimentos para sua atuação, que ocorrem por meio dos *feedbacks* dos árbitros chefes no decorrer de uma competição, pelas redes sociais, por conversas informais de acordo com o modelo de competências profissionais proposto por Cheetham e Chivers (1996; 1998). As informações descritas pelos árbitros chefes durante e após as competições contribuem de maneira significativa para o árbitro, pois a amplitude do olhar do chefe que está fora das 4 linhas, permite perceber e reconhecer quais ajustes são necessários para a melhora da performance do árbitro que está em quadra, mas que nas reuniões ao manifestar seu olhar para o grande grupo, colabora para as intervenções dos demais árbitros envolvidos.

4.4 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADE DE ARBITRAR A BOCHA PARALÍMPICA

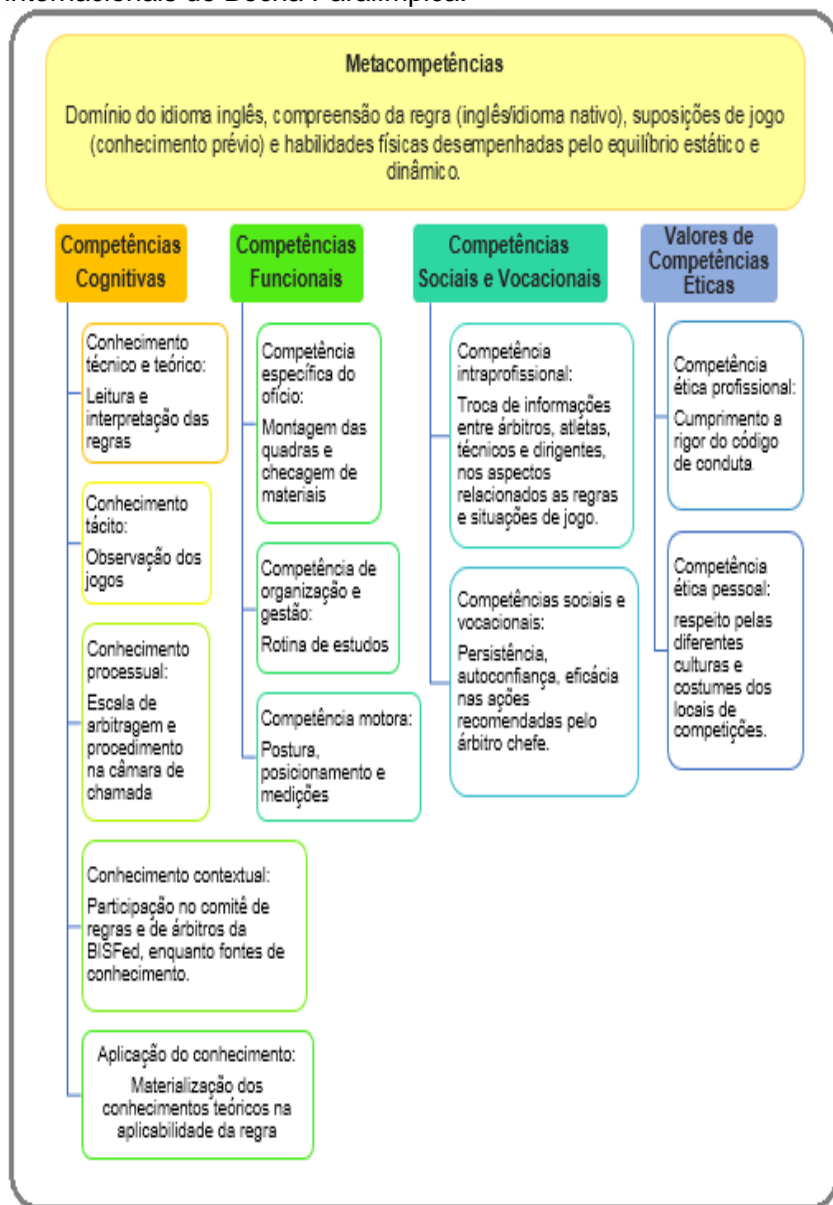
Este subcapítulo buscou caracterizar as competências profissionais apresentadas para a atividade de arbitrar na modalidade de Bocha Paralímpica, conforme modelo de competências profissionais de Cheetham e Chivers (1996; 1998) adotado para este estudo. Este modelo de competências tem sido foco de estudos na área dos esportes a exemplo dos estudos de Vaz et al. (2017) com investigações voltadas para as competências profissionais de instrutores de esportes de

aventura, assim como o estudo de Santos et al. (2015), em que investigaram a Formação profissional e percepção de competências de estudantes de Educação Física: uma reflexão a partir da disciplina de esportes de aventura e na natureza e Silva (2015) com um estudo de Ginástica para todos na formação inicial em Educação Física na grande Florianópolis-SC, tornando este modelo de competências indicado para a proposta deste estudo, uma vez que investigar as competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica, requereu um modelo teórico fidedigno para atender aos objetivos propostos desta investigação.

O árbitro enquanto protagonista nas competências profissionais em pesquisas na área esportiva, foi investigado por Brochado (2012) na modalidade do futebol de campo, com a construção de uma proposta que contempla as competências profissionais necessárias para a atividade de arbitrar, por meio de um manual do árbitro de futebol atuante em Portugal, que subsidiou elementos para este subcapítulo, assim como os autores Paiva (2007), Batista (2008), Maduro (2008), Goddoy et al. (2009) e Farias et al. (2012).

De acordo com as informações emitidas pelos árbitros, as competências profissionais se revelaram neste estudo em diferentes dimensões e bases nucleares conforme o modelo descrito. Foram caracterizadas em conformidade com os elementos expressos pela percepção dos árbitros internacionais e o olhar da pesquisadora, representada pela síntese das competências de acordo com o modelo de Cheetham e Chivers (1996; 1998) e manual de regras da modalidade Bocha Paralímpica (BISFed, 2017).

Figura 35: Competências e metacompetências de árbitros internacionais de Bocha Parálmpica.



Fonte: Autora (2018)

4.4.1 Competência Cognitiva para a atividade de arbitrar Bocha Paralímpica

Para Brochado (2012), as competências profissionais do árbitro convergem com a interpretação e o domínio das regras, pois a ele é atribuído a responsabilidade de eliminar o máximo possível a subjetividades, ao mesmo tempo que a leitura das regras permite interpretar, criar e solucionar situações de jogo que possam ocorrer durante uma competição. Nesta perspectiva, na atividade de arbitrar, os árbitros descrevem que a leitura das regras é indispensável para a intervenção profissional, pois o conhecimento acerca das especificidades da modalidade Bocha Paralímpica forma o alicerce da aplicabilidade da regra e da condução do jogo. Estas ações ocorrem de acordo com a rotina de estudos, leituras específicas no que tange aos aspectos relacionados às violações cometidas pelos atletas, entre outros aspectos que antecedem as competições, as quais os árbitros estão envolvidos.

A competência profissional no modelo de Cheetham e Chivers (1996;1998) foi investigada por Maduro (2008) com profissionais da educação e revelou que 89,47% do sujeitos investigados utilizam a leitura como instrumento de desenvolvimento de competências associadas à intervenção profissional. Desta forma, ao convergir com a realidade dos árbitros, estes também, apresentam no decorrer de sua ação esta dimensão por meio da leitura e da interpretação das regras, considerado como componente prioritário para a atividade de arbitrar.

Este modelo também foi utilizado por Farias et al. (2012) ao investigarem os professores de Educação Física no percurso profissional, apontando que a dimensão teórica é manifestada, pois consideram a fundamentação teórica relevante para o ensino dos conteúdos. Portanto, a competência profissional cognitiva perpassa por diferentes atividades profissionais na sua dimensão teórica, afirmando que os aspectos do domínio específico da função são relevantes, inclusive na atividade de arbitrar.

O conhecimento tácito também compreendido no núcleo da competência cognitiva, no modelo de Cheetham e Chivers (1996; 1998) é conceituado como a incorporação do conhecimento gerado e integrado a partir das experiências dos sujeitos (com

difícil articulação e transmissão de conhecimentos) na intervenção profissional dos árbitros internacionais. Na atividade de arbitrar, os dados apontaram que esta competência se expressa por meio da observação dos jogos durante as competições de Bocha Paralímpica. Sendo incorporadas às informações de situações do jogo para a sua prática. Estas observações, ocorrem não somente durante a competição, mas também com a utilização dos recursos da *internet* que possibilitam outra forma de adquirir conhecimentos.

Paiva (2007) ao investigar a percepção do professor sobre a relação entre a gestão de competências, em instituições do ensino superior e o profissionalismo docente, adaptou os modelos de Cheetam e Chivers (1996, 1998), com o intuito de reforçar este modelo como o mais abrangente e apropriado no que tange à investigação de competências profissionais. O autor descreve que esta dimensão, enquanto competência cognitiva, não reflete nas percepções dos professores do ensino superior. Contudo, ao tratar da percepção do sujeito, a competência profissional neste quesito, apresenta complexidade, inclusive na atividade de arbitrar constatado no subcapítulo 4.2 deste estudo. Em que os árbitros internacionais de Bocha Paralímpica não percebem esta dimensão de conhecimento, vinculada à competência cognitiva.

Nos avanços da competência cognitiva, a dimensão processual conceitua a integração do conhecimento vinculado às rotinas básicas na atividade profissional. A competência processual no estudo de Batista (2008) é traduzida pelo domínio das ações que são acionadas ao longo do treino e da competição, e pelas ações que ocorrem previamente a esses dois momentos.

Relacionando à atividade de arbitrar, esses conhecimentos são aplicados por meio dos protocolos da modalidade no que concerne às ações de conferir as escalas de arbitragem, (momento em que o árbitro é informado dos seus horários de jogos), procedimentos na câmara de chamada (momento que antecede o jogo, com a identificação dos atletas, formas de comunicação dos mesmos, sorteio, checagem dos materiais), e, posteriormente as ações em quadras estabelecidas na modalidade como o aquecimento que antecede o início do jogo.

A dimensão contextual como vertente da competência cognitiva caracterizada pelo conhecimento de uma organização, setor, ou região, é identificada na atividade de arbitrar a modalidade Bocha Paralímpica, pelas ações dos árbitros ao recorrer junto aos comitês de regras e de árbitros da BISFed,

utilizado como recurso na aquisição e aprimoramento das habilidades exigidas para a intervenção profissional. Este conhecimento no estudo de Mendonça et al. (2012) é ressaltado como ferramenta utilizada pelo indivíduo para realizar avaliações de si mesmo e de terceiros, e dependendo dessa avaliação, sua ação é legitimada como competente. Nesta perspectiva, a dimensão contextual se manifesta pela necessidade de o árbitro construir, aprofundar e aprimorar os conhecimentos em fontes nas quais considera confiáveis a exemplo dos comitês da BISFed.

A competência cognitiva na dimensão da aplicação do conhecimento, compreende a racionalidade técnica e a transferência do conhecimento para a prática. Sendo elencada como a aplicabilidade das regras no decorrer das competições. Na modalidade Bocha Paralímpica, esta competência perpassa pelo conhecimento teórico na intervenção profissional dos árbitros, pois a modalidade em suas especificidades prevê, em seu manual de regras, que se um erro for cometido pelo árbitro caracteriza um parcial interrompido.

De acordo com o manual de regras BISFed (2017a, p.20), se estabelece que “um parcial é interrompido devido a um erro ou ação do árbitro, este, consultando o árbitro de linha, retornará as bolas que foram movidas para a sua posição anterior” (o árbitro sempre tentará respeitar a pontuação prévia, mesmo que as bolas não estejam exatamente em suas posições anteriores). Se, o árbitro não sabe a pontuação anterior, o parcial deve ser reiniciado. A dimensão de aplicação do conhecimento no estudo de Batista et al. (2011), é descrita pela transformação do conhecimento teórico em conhecimento com maior utilidade na prática.

4.4.2 A competência funcional na atividade arbitrar Bocha Paralímpica

A competência funcional enquanto competência nuclear no modelo de Cheetham e Chivers (1996;1998) aborda o exercício das funções específicas, a organização por meio dos processos e gerenciamento, a mente e o físico. Desta maneira, as dimensões nesta competência são descritas pela competência específica do ofício, organização e gestão, competência motora e competências básicas (mental). Para Paiva (2007), a competência funcional nas ações da docência, se configura no modo de como o aluno

aprende o conteúdo proposto pelo professor, de acordo com a metodologia adotada para ensinar e com o plano de ensino e cumprimento de prazos. No entanto, Godoy et al. (2009) salientam que a competência funcional é mobilizada pela comunicação entre os pares de maneira escrita e verbal, pela postura crítica e reflexiva frente aos negócios, pessoas e resultados.

Neste aspecto, para a atividade de arbitrar a Bocha Paralímpica, a dimensão específica do ofício é entendida pelas ações iniciais de montagem das quadras, com dimensões específicas, pois as competições desta modalidade são itinerantes, além do conhecimento sobre o volume de jogos na competição e do número de atletas inscritos. Além da montagem das quadras, a dimensão específica do ofício é categorizada na atividade de arbitrar por meio da checagem de matérias realizada pelos árbitros nas competições internacionais.

A competência funcional na dimensão da organização e gestão no estudo é avaliada pela rotina de estudos daqueles que exercem funções nos comitês de regras e de árbitros,

Sinalizar com a raquete com a indicação de qual atletas deve jogar, medir as bolas com compassos grande e pequeno, lanterna, escalímetro, moeda, manusear a cadeira de rodas, e, principalmente pela postura em quadra com a coluna ereta, braços para atrás por tempo considerável, demarcam a dimensão motora, caracterizada pelas habilidades físicas do indivíduo para o exercício de suas tarefas cotidianas.

A Bocha Paralímpica que mobiliza formatos de jogos e de classes que podem chegar até 2 horas e meia de duração, como já registrado em recente competição internacional, cabe ao árbitro manter-se com esta postura intacta enquanto os atletas realizam suas jogadas e disputam a partida de acordo com as parciais estabelecidas na regra. Ao final da análise da competência funcional, os dados emitidos pelos árbitros não indicaram a dimensão básica, nas suas ações, reportando que o domínio da tecnologia e ações referentes a esta, não são configuradas até o momento, nas suas experiências como evidentes.

4.4.3 Competência pessoal e social na atividade de arbitrar Bocha Paralímpica

As duas dimensões que compõe a competência pessoal e social, ou seja, a intraprofissional e a social e vocacional, foram analisadas mediante as respostas dos árbitros internacionais. Em relação a dimensão intraprofissional os árbitros descreveram as interações com seus pares, principalmente pelas trocas de informações sobre as regras e situações de jogo. De acordo com Godoy et al. (2009) a competência pessoal e social é concebida pela busca do aprimoramento na execução dos trabalhos, com a responsabilidade do próprio indivíduo, assim como pela adequação de possíveis situações que possam causar *stress* no trabalho, com a necessidade de se esforçar para atingir resultados satisfatórios e a considerar os aspectos de responsabilidade na tomada de decisão.

Esta afirmação assemelha-se aos dados do estudo de Isidori, Muller e Kaya (2012), em que os autores realizaram uma análise histórica das atribuições do árbitro no contexto esportivo, identificando que o perfil do árbitro pode ser comparado ao de um educador, devido aos padrões de comportamento. Portanto, a competência social e vocacional na dimensão intraprofissional é categorizada na atividade de arbitrar de maneira intrínseca, pois ao assumir a identidade de árbitro, seja em qualquer modalidade esportiva, as relações intraprofissionais acontecem naturalmente independente do contexto da competição.

A dimensão das competências sociais e vocacionais, são configuradas por meio das recomendações do árbitro chefe e delegado técnico ao decorrer de uma competição, assumindo a responsabilidade de executar com eficácia tais orientações. Essas orientações ocorrem para o melhor desempenho do árbitro, em ações específicas como postura, medições, posicionamento em quadra, evitando além de erros, melhor dinâmica do jogo, transmitindo confiança para os atletas, técnicos e dirigentes.

4.4.4 Valores/Competência ética para atividade de arbitrar Bocha Paralímpica

Para Farias et al. (2012), a ética profissional é considerada um tema transversal no desenvolvimento profissional de

professores, ao relacionar com a atividade de arbitrar, esta dimensão se articula no cumprimento do código de conduta emitido pela BISFed e assinado pelos árbitros na primeira reunião de arbitragem que antecede o início da competição. Este código de conduta abrange a utilização do uniforme, manter-se imparcial na intervenção de arbitrar (alguns árbitros possuem vínculos empregatícios com algumas equipes), ter cuidado com os materiais dos atletas, estar atento a programação dos jogos bem como respeitar os horários e as ações dos demais árbitros em quadra, não fazer uso de bebidas alcoólicas, ter o controle do jogo e fazer com que seja uma experiência positiva para os atletas.

Odelius et al. (2011) apontam que a dimensão da ética pessoal é a aplicação valores pessoais apropriados e habilidades para utilizá-los nas situações relativas à intervenção profissional, principalmente nos atos de julgamento, pois compete aferir a aplicabilidade da regra por parte dos atletas. Neste estudo, a dimensão ética pessoal é configurada pelo respeito à diversidade cultural dos países, onde são promovidos as competições de Bocha Paralímpica, assim como a necessidade de conhecimento prévio no que se refere aos hábitos e costumes dos países para que sua intervenção profissional seja coerente em diferentes espaços e contextos ao redor do mundo. Há de se considerar a individualidade e regionalidade de cada país e a sua própria nacionalidade, de modo a estabelecer a seriedade frente a cultura, princípios e valores tanto éticos como morais, no ato de arbitrar.

4.4.5 As metacompetências para arbitrar a Bocha Paralímpica

As metacompetências, enquanto componente do modelo de competências profissionais na proposta de Cheetam e Chivers (1998), foram evidenciadas nas fontes e estratégias de conhecimentos destes árbitros.

Na Bocha Paralímpica e na análise dos dados do estudo, as metacompetências se manifestaram pela capacidade dos árbitros de se comunicarem em inglês, visto que se trata do idioma oficial da modalidade, assim como para o *Goalball*, diferentemente da esgrima que adota o francês como idioma principal. Esta atividade exigiu deles o aprendizado de outra língua para a sua sustentação na arbitragem, emitindo a comunicação entre os demais árbitros, os atletas e os integrantes das equipes técnicas.

Além da comunicação em inglês, este estudo elencou enquanto metacompetência a compreensão da regra em inglês para o idioma nativo nos países que fomentam esta modalidade. Por não haver obrigatoriedade em suas origens, com vistas para o perfil de muitos atletas, que possuem dificuldade com o idioma. A BISFed enquanto órgão responsável pela modalidade no mundo, disponibiliza em seu portal as regras traduzidas para dez idiomas, sendo o espanhol (incluindo a versão catalã), português (incluindo a versão brasileira), hebraico, francês, esloveno, polonês, tailandês, tcheco, japonês e chinês, sendo todos traduzidos por árbitros que pertencem ao quadro de árbitros internacionais de Bocha Paralímpica, exceto no Brasil que foi traduzido por um árbitro que não pertence ao quadro de árbitros internacionais da BISFed, no entanto chancelado para tal função.

Para Odelius et al. (2016) o reconhecimento de limitações permite ao indivíduo agir proativamente para desenvolver suas competências, desenvolvendo e aprimorando as metacompetências para sua intervenção profissional. Nesta premissa, na atividade de arbitrar também se manifesta por suposições de situações de jogo que possam ocorrer, bem como a regra, a postura e a ação do árbitro que podem interferir nestas situações, permitindo solucionar os problemas reais quando acontecem nos jogos, sendo atribuído por estas ações as metacompetências.

Além do conhecimento do idioma, a outra metacompetência relevante nas informações dos árbitros, se relaciona- a postura estática exigida pelo tempo de jogo e pelas funções desempenhadas. A resistência de manter o olhar atento, a mobilização física, o equilíbrio, associado à idade, conferem estas ações como metacompetências, que de certo modo não são exigidas em árbitros de outras modalidade olímpicas e paralímpicas. (MATSUDO, 2009)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A competência profissional do árbitro pode ser definida pelos aspectos formativos, conhecimentos e experiências, nas quais são refletidas em sua performance. Investigar o árbitro de Bocha Paralímpica no contexto esportivo permitiu conhecer e reconhecer as particularidades do envolvimento deste sujeito, em uma modalidade ainda pouco conhecida nos esportes, fator que instigou ainda mais descortinar os meios que qualificam esta figura no que se refere as competências profissionais.

Esta investigação contou com a participação de árbitros internacionais na modalidade Bocha Paralímpica que atuaram nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para tanto, utilizou-se o modelo de competências profissionais de Cheetham e Chivers (1996; 1998), modelo este que possibilitou identificar como ocorrem os processos de aquisição e desempenho destas competências. Embora, o estudo tenha indagado as competências profissionais dos árbitros internacionais com considerável experiência na atividade de arbitrar, ficou limitado em função de informações adicionais que um quantitativo maior de árbitros internacionais poderia ter proporcionado nesta investigação.

Nomeadamente para a arbitragem diferentes situações e competências devem ser nucleares nesta ação. Assim, ao analisar as competências profissionais relevantes pelos árbitros internacionais como necessárias na intervenção profissional foi possível destacar que as competências para atuar estavam pautadas na competência cognitiva, na dimensão teórica, caracterizada pelo domínio das regras, destacada com relevância na atividade de arbitrar, por se tratar da essência da modalidade e de responsabilidade do árbitro para sua eficiência e eficácia. A competência funcional na dimensão específica do ofício e motora, compreendido pelas ações dos protocolos de checagem dos materiais, montagem das quadras, câmara de chamada e equilíbrio dinâmico e estático durante o jogo. A competência pessoal e social na dimensão intraprofissional e social e vocacional, atribuídas as trocas de informações com seus pares, participação nas comissões na federação internacional, autoconfiança, persistência e controle emocional, destacado com significância para intervenção profissional. E, por fim os valores de competência ética na dimensão ética profissional e ética pessoal,

identificados pelas ações de cumprimento do código de conduta, respeito pelas diversas culturas, salientam competências necessárias para atuação como árbitro internacional.

Ao verificar as fontes de conhecimentos utilizadas pelos árbitros, a leitura das regras, o compartilhamento de informações com os demais árbitros, o estudo da modalidade, a participação nas competições, a relação com a família, a preparação a cada ciclo paralímpico, a leitura específica das violações, participação em comitê de regras e de árbitros, foram as evidentes no estudo. As possibilidades de ação como aquisição das fontes representam no estudo, alguns alicerces que fortalecem as competências dos árbitros.

Todavia, outras fontes poderiam ser evidenciadas, tais como a utilização de recursos áudio visuais que estão relacionados com a competência funcional na dimensão básica, caracterizada pelo domínio das tecnologias de informação, a qual não foi percebida pelos árbitros neste estudo e que pode ser utilizada como recurso enquanto fonte de conhecimento e fóruns de atualização com todos os árbitros internacionais, com vistas para as mudanças da regra a cada ciclo paralímpico.

As estratégias de conhecimento empregadas pelos árbitros foram apresentadas de acordo com o aceite de convites para participação nas competições, participação no comitê de árbitros da BISFed, tradução da regra para o idioma nativo e leitura das regras no idioma oficial da modalidade. Os recursos empregados como estratégias de conhecimento, podem ser ampliados com maior participação dos árbitros internacionais nas comissões tanto de regras como de árbitros, aumento na oferta de participação em mundiais e Jogos Paralímpicos, possibilitando a qualificação na performance no decorrer da intervenção profissional.

Com a realização deste estudo, confere-se as competências nucleares indispensáveis para a atividade de arbitrar, com a necessidade de desenvolver a dimensão da competência funcional na dimensão básica, em função dos avanços tecnológicos e velocidade de envio e recebimento das informações, que podem contribuir significativamente na aquisição desta competência.

5.1 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Com a realização deste estudo, permite-se recomendar a ampliação de novos estudos voltados para a figura árbitro, especialmente no panorama paradesportivo, assim como estender as investigações em outros contextos de atuação do árbitro de Bocha Paralímpica no cenário regional e nacional. Na área de Teorias e Prática Pedagógicas em Educação Física, outros estudos podem ser desenvolvidos com a meta de garantir o reconhecimento da modalidade Bocha Paralímpica, perante o cenário científico. Espero que o fato de impulsionar novos estudos, seja uma constante, pelo fato da carências de investigações, além do mais, descortinar as características do árbitro no cenário esportivo coopera para o fortalecimento desta modalidade, possibilitando maior visibilidade e oportunidade para a formação de novos árbitros, ampliando atuação em outras modalidades paradesportivas.

Com os caminhos para aquisição das competências profissionais revelados neste estudo, sendo estes imprescindíveis para a intervenção profissional, sugere-se que possa ser utilizado como recurso e na oferta de cursos de formação, assim como de atualização com vistas na diminuição nas dificuldades encontradas pelos árbitros. Sabe-se que a Bocha Paralímpica é um esporte em ascensão, mas ao mesmo tempo, pouco conhecido no contexto brasileiro e internacional. Assim mediante a novas possibilidades de temas de investigação tendo o árbitro como sujeito, um novo direcionamento daria um nova percepção a comunidade científica.

Este estudo permitiu identificar que os processos formativos na arbitragem internacional, carecem de novas ações que possam assegurar o domínio das competências profissionais, tanto dos árbitros novatos e dos árbitros mais experientes. Por esta razão, cursos de atualização com vistas para a formação continuada destes sujeitos, torna-se substancial tendo em vista o aprimoramento das técnicas empregadas pelo atletas de alto nível em competições internacionais.

Acredita-se que com esta investigação um novo passo tenha sido dado rumo a construção de um novo olhar perante a atividade de arbitrar. Sabe-se que esta contribuição pode ser mínima, mas no entanto foi de grande responsabilidade da

pesquisadora, a qual se dedica com a população investigada, na busca responsável nos processo formativos de novos árbitros.

REFERÊNCIAS

ABREU, N.; BALDANZA, R.; GONDIM, S. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v.6, n.1, p.5–24, 2009.

ALVES, J. N.; BECKER, J. F.; QUATRIN, D. R. Competências individuais: Existe simetria entre as apresentadas por colaboradores e as requeridas pelos gestores. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)**, São Paulo, v.4, n.1, p. 2014.

ARAÚJO, P. F. de. **Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. 1997. 142 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ARAGÃO, P.; MORETTI-PIRES, R. O. Técnica de coleta de informações: Questionários. In: SANTOS, S. G.; MORETTIPIRES, R. O. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa aplicada à educação física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. p. 184-187.

ARROXELLAS, R. D. D. **Análise cinemática do arremesso da bocha adaptada e sua relação com a realidade virtual**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

ARROXELLAS, R. D.; ROMANO, R. G., CYMROT, R.; BLASCOVI-ASSIS, S. M. Bocha adaptada: análise cinemática do arremesso e sua relação com a realidade virtual. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, n.39, p.160-167, 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. Notícias. Disponível em: www.ande.org.br. Acesso em: 28 de março de 2017.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, v. 1, 2003.

BARATA-MOURA, J. **Arbitragem e Juízo**. A regra e o Jogo. Horizonte, 1991.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, P. M. F. **Discurso sobre a competência**: contributo para a (re)construção de um conceito de competência aplicável ao profissional do desporto. 2008. 591 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2008.

BATISTA, P. M. F., MATOS, Z. M. R. P., MESQUITA, I. M. R.; DOS SANTOS GRAÇA, A. B. Representações dos profissionais do desporto acerca do conceito de competência profissional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 197-213, 2011.

BAYÓN, P., VAQUERA, A., GARCÍA-TORMO, J. V.; DEHESA, R. Efectos del entrenamiento en la habilidad para repetir sprints (RSA) en árbitros de baloncesto. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, Madrid, n. 15, p. 163-168, 2015.

BEGOSSI, T. D.; MAZO, J. Z. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 2989-2997, 2016.

BETTI, I. C.; BETTI, M. Novas perspectivas na formação profissional em Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 10-15, 1996.

BISFED - BOCCIA INTERNATIONAL SPORTS FEDERATION. 2017. *Committees* Disponível em: <http://www.bisfed.com/about-bisfed/committees/> Acesso em 30 de março de 2017.

BISFED - BOCCIA INTERNATIONAL SPORTS FEDERATION. 2016. *World Ranking*. Disponível em: <http://www.bisfed.com/world-ranking-2/>. Acesso em: 20 de março 2016.

BISFED - BOCCIA INTERNATIONAL SPORTS FEDERATION. *Boccia Rules*. 2017(a). Disponível em http://www.bisfed.com/wp-content/uploads/2017/03/Final_BISFed-2017-Competition-Rules-V2.pdf. Acesso em 26 de março 2017.

BISFED - BOCCIA INTERNATIONAL SPORTS FEDERATION. *Classification Rules*. 2017(b). Disponível em <http://www.bisfed.com/wp-content/uploads/2014/01/Boccia-Classification-Rules-3rd-Edition-2017.pdf>. Acesso em 26 de março 2017.

BISFED - BOCCIA INTERNATIONAL SPORTS FEDERATION. *International-Referees-Code-of-Conduct*.2017(c). Disponível em: <http://www.bisfed.com/wp-content/uploads/2016/01/International-Referees-Code-of-Conduct-1.pdf>. Acesso em 26 de março 2017.

BROCHADO, A. **Perfil do árbitro de futebol: uma contribuição para o observatório de arbitragem**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desporto) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

CARVALHINHO, L. **Os técnicos e as actividades de desporto de natureza: Análise da formação, funções e competências profissionais**. 2006. 332 f. Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2006.

CHEETHAM, G.; CHIVERS, G. A. Towards a holistic model of professional competence. **Journal of European Industrial Training**, Wagon Lane, v. 20, n. 5, p. 20-30., 1996.

CHEETHAM, G.; CHIVERS, G. A. The reflective (and competent) practitioner: a model of professional competence which seeks to harmonize the reflective practitioner and competence-based approaches. **Journal of European Industrial Training**, Wagon Lane, v. 22, n.7, p. 267-276, 1998.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Brasília, DF, 201?. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/confederacoes>. Acesso em 30 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Sports*. Disponível

em: <https://www.paralympic.org/sports>. Acesso em: 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Toronto*. Disponível em <https://www.paralympic.org/toronto-1976> . Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Arnhem*. Disponível em <https://www.paralympic.org/arnhem-1980>. Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Seoul*. Disponível em <https://www.paralympic.org/seoul-1988>. Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Barcelona*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20030218004422/http://www.paralympic.org/>. Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Atlanta*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20030218004422/http://www.paralympic.org/> . Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Athens*. Disponível em <https://web.archive.org/web/20030218004422/http://www.paralympic.org/> . Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Beijing*. Disponível em: https://web.archive.org/web/20091006145753/http://www.paralympic.org/Paralympic_Games/Past_Games/Beijing_2008/index.html Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *London*. Disponível em <https://www.paralympic.org/london-2012>. Acesso em 28 de março de 2016.

COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *Rio*. Disponível em

<https://www.paralympic.org/rio-2016>. Acesso em 28 de março de 2016

COSTA, A. M.; SOUSA, S.B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

CUNHA, G. B., MESQUITA, I. M. R., ROSADO, A. F. B., SOUSA, T., PEREIRA, P. Necessidades de formação para o exercício profissional na perspectiva do treinador de Futebol em função da sua experiência e nível de formação. Training needs for professional practice in the perspective of the football coach according to its experience and level of education. **Motriz: Revista de Educacao Fisica**, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 931-941, 2010.

DE ROSE JUNIOR, D.; PEREIRA, F. P.; LEMOS, R. F. Situações específicas de jogo causadoras de “stress” em oficiais de basquetebol. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 160-173, 2017.

FARIAS, G. O. **O percurso profissional dos professores de Educação Física: rumo a prática pedagógica**. 2000. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

FARIAS, G. O.; NASCIMENTO, J. V. GRAÇA, A.; BATISTA, P. M. F. Competências profissionais em Educação Física: uma abordagem ao longo da carreira docente. **Motriz**, Rio Claro, v. 18, n. 4, p. 656-666, out-dez. 2012.

FARTES, V.; SANTOS, A. P. Q. O. Saberes, identidades, autonomia na cultura docente da educação profissional e tecnológica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.41, n.143, p. 376-401, 2011.

FERRARI, E.; PACHECO, R.; SANTOS, S.; SANTOS, S. Pesquisa Descritiva. In: SANTOS, S. G. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011. p. 81-92.

FERREIRA, R. D. A.; BRANDÃO, M. R. F. Árbitro brasileiro de futebol profissional: percepção do significado do arbitrar. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 23, n. 2, p. 229-238, 2012.

FERREIRA, L. **Formação e capacitação dos árbitros brasileiros de Goalball: Concepções sobre sua carreira profissional**.2015. 25 f. Graduação. (Faculdade de Educação de Física) Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2015.

FLEURY, M.; T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de administração contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. SPE, p. 183-196, 2001.

GAMA, A. **O árbitro e a formação desportiva. Manual do Árbitro**, Instituto do Desporto de Portugal. Lisboa, 2005.

GAMA, A; LIMA. T. **O árbitro e a formação desportiva.Manual do Árbitro**, Instituto do Desporto de Portugal. Lisboa, 2005.

GARCÍA, M. E. G.; DÍAZ, I. F. Hacia una Teoría del Arbitraje Deportivo:¿ Es la teoría del arbitraje deportivo un Problema Científico a solucionar?. **Lecturas: Educación física y deportes**, Buenos Aires, n.70, p. 42, 2004.

GODOY, A. S., ANTONELLO, C. S., BIDO, D. S., SILVA, D. O desenvolvimento das competências de alunos formandos do curso de Administração: um estudo de modelagem de equações estruturais. **Revista de Administração-RAUSP**, São Paulo, n.44, p. 265-278, 2009.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, p. 67-80, 2003.

GOMES, E. **A Formação de Árbitros de Futebol: Estudo comparativo dos modelos de formação vigentes em Portugal e em Inglaterra**. 2008. 71 f. Graduação. (Licenciatura Faculdade de Desporto) Universidade do Porto,2008.

GOOGLE DOCS - documentos *online* com colaboração em tempo real. Disponível em:

<<https://www.sites.google.com/a/tecbusiness.com.br/apps/docs>>.
Acesso em: 25 março. 2017.

GORGATTI, M. G. (Org.); COSTA, R. F. (Org.). **Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais**. 3ªed. Barueri: Manole, 2013.

HERMANN, M. **Abordagens E Pesquisas**. Clube de Autores, Joinville, 2009.

ISIDORI, E; MÜLLER, A.; KAYA, S. The Referee as Educator: Hermeneutical and Pedagogical Perspectives. **Physical Culture and Sport. Studies and Research**, Warsaw, v. 56, n. 1, p. 5-11, 2012.

KOCIAN R. C. BOTURA, H. M. L., NICOLA, T. L. L, ZANETTI, M. C., MACHADO, A. A. Psicologia do esporte e arbitragem esportiva: estudos de uma profissão. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 6, n. 2, 2007.

LEÓN, M.A.B.; SUÁREZ, D.C. Objetivos del Centro de Estudios del Arbitraje Deportivo de la ULPGC. In: La psicología del deporte en Espana al final del milenio: celebrado en Las Palmas de Gran Canaria del 19 al 22 de marzo de 1997. **Servicio de Publicaciones**p. 567-574, 1999.

LIMA, T. **O árbitro e a formação desportiva. Manual do Árbitro**, Instituto do Desporto de Portugal. Lisboa, 2005.

MADURO, M. R. Identificação do Perfil de Competências Docentes em uma Instituição Estadual de Ensino Superior. **TAC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 79-94, Jul-Dez, 2013.

MARQUES, R. F.R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. Esporte na empresa: a complexidade da integração interpessoal. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.20, n. 1, p. 27-36, 2006.

MATSUDO, S. M. M. Envelhecimento, atividade física e saúde. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, n. 47, p. 76-79, 2009.

MENDONÇA, J. D.; PAIVA, K. D.; PADILHA, M. A.; BARBOSA, M. A. C. **Competências Profissionais de Professores do Ensino Superior no Brasil: proposta de um modelo integrado**. Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, Coimbra, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Bocha**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/bocha_para.html>. Acesso em: 17 julho. 2017.

MORETI-PIRES, R. O.; SANTOS, S. G. Sobre pesquisa qualitativa. In: SANTOS, S. G. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. p. 15-28.

MOTTA, L. B.; AGUIAR, A. C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista Ciência. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, mar-abr. 2007

NASCIMENTO, J. V. Escala de auto-percepção de competência profissional em Educação Física e desportos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 5-21, 1999.

NUNES, R.; SHIGUNOV, V. Auto-estima do árbitro de futebol profissional do estado de Santa Catarina. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 71-79, 2002.

ODELIUS, C. C., SILVA A., G.; JUNIOR, P. C. R.; CASTRO SENA, A., VIANA, C. R.; FREITAS, T. L.; SANTOS, T. C. N. Processos de aprendizagem, competências aprendidas, funcionamento, compartilhamento e armazenagem de conhecimentos em grupos de pesquisa. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, n.9, p.199-220, 2011.

ODELIUS, C. C., NISHINO ONO, R., DA SILVA ABBAD, G., MELO, P. H. Atitudes e habilidades sociais para trabalho em equipe: desenvolvimento de uma escala. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, n.20, p. 175-196, mar./abr. 2016.

QUINTAS, S.; FERREIRA, R. A. T.; OLIVEIRA, H. O conhecimento didático do professor no ensino da variação estatística. **Probabilidad Condicionada: Revista de didáctica de la Estadística**, Granada, n. 2, p. 439-446, 2013.

PAIVA, K. C. M. **Gestão de competências e a profissão docente: um estudo em universidades no Estado de Minas Gerais**. 2007.278 f. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais,2007.

PAIVA, K. C. M.; MELO, M. C. O. L. Competências, Gestão de Competências e Profissões: Perspectivas de Pesquisas/Competencies, Management of Competencies and Professions: Perspectives of Research. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 339, 2008.

PARALYMPIC GAMES. **Boccia Games Officials Guide..** Rio 2016.

PARSONS, A.; WINCKLER, C. Esporte e a Pessoa com Deficiência: Contexto Histórico. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. (Orgs.). **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 3-14.

PEREIRA, A. J.; ALADASHVILE, G. A.; DA SILVA, A. I. Causas que levam alguns árbitros a desistirem da carreira de árbitro profissional. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 185-192, 2006.

PICULLI, M. **Entendendo a iniciação esportiva para o ensino da Bocha Paralímpica brasileira**. 2015.91 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física Adaptada) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2016.

PIRES, R. O. M.; SANTOS, S. G. Sobre pesquisa qualitativa. In: SANTOS, S. G. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.

RIBEIRO, S. M.; ARAÚJO, P. F. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 25, n. 3, 2004

RIQUE, J.; BORGES, F.; MARINHO, M.; LUCAS, R. **Projeto de produto customizado para atleta paraibano de Bocha Paralímpica**. XXXVI Encontro Nacional de engenharia de Produção. Outubro, 2016.

ROLIM, R. M. **O escolher ser árbitro de futebol e a motivação para prática sob olhar da psicologia do esporte: investigação centrada na tecnologia do Google™ Docs**. 2014. 56 f. Dissertação. (Mestrado em Biociências). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.

ROWE, C. Clarifying the use of competence and competency models in recruitment, assessment and staff development. **Industrial and Commercial training**, Wagon Lane, v. 27, n. 11, p. 12-17, 1995.

SALIBA MANSKE, G.; SACCHI DOS SANTOS, L.H. Corpo, esporte e biotecnologias: um ensaio inspirado em Peter Sloterdijk. **Nômadias**, Colômbia, n. 42, p. 77-87, 2015.

SANTOS, V. M. **Análise da Atenção e Concentração para o Árbitro de Futebol através de um Referencial Teórico**. 2010. 36 f. Graduação. (Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional), Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2010.

SANTOS, P. M.; MANFROI, M. N.; FIGUEIREDO, J.; BRASIL, V. Z.; MARINHO, A. Formação profissional e percepção de competências de estudantes de Educação Física: uma reflexão a partir da disciplina de esportes de aventura e na natureza. **Journal of Physical Education**, Maringá, n.26, p. 529-540, 2015.

SILVA, A. O árbitro de futebol—uma abordagem histórico-crítica. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 39-45, 2008.

SILVA, A. I.; SANTOS, H.; CABRERA, C. Análisis comparativo de la composición corporal de árbitros de fútbol de Brasil y Uruguay. **International Journal of Morphology**, Temuco, n. 30, p. 877–882, 2012.

SILVA, L. D. A. B. D. **Ginástica para todos na formação inicial em educação física na Grande Florianópolis-SC: o conhecimento dos docentes.**2015. 159 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Física), Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SIMON, C. E. **Na diagonal do campo.** Editora Unisinos, São Leopoldo, 2004.

STRAPASSON, A. M.; BAESSA, D. J.; BORIN, J. P.; DUARTE, E. Para-Badminton: quantificação dos fundamentos do jogo através do scout. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, n. 25, p.107-115, 2017.

TALAMONI, G.; OLIVEIRA, F. I. S.; HUNGER, D. As configurações do futebol brasileiro: análise da trajetória de um treinador. **Movimento**, v. 19, n. 1, 2013.

TARDIF, M.; GAUTHIER, C. O saber profissional dos professores – fundamentos e epistemologia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA SOBRE O SABER DOCENTE, 1996, Fortaleza. **Anais....** Fortaleza: UFCE, 1996.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa e atividade física.**3. ed. São Paulo, 2002.

TÔNDOLO D.; SEDREZ, S.P. **Arbitragem uma nova visão além das regras o que mais um árbitro deveria saber.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

VALADÃO JUNIOR, V. M.; RODRIGUES, H. G. Competências na pós-graduação: o olhar dos egressos. **Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 325-354, abr-jun, 2012.

VARGAS, G. E.; SILVA, A.; ARRUDA, M. Perfil antropométrico y aptitud física de árbitros del fútbol profesional chileno. **International Journal of Morphology**, Temuco, v. 26, n. 4, p. 897-904, 2008.

VAZ, J. M., JUNIOR, A. J. A., SANTOS CORREIA, P. M., MANFROI, M. N., DE PAULA FIGUEIREDO, J; MARINHO, A. Percepção de competências profissionais de instrutores de atividades de aventura na natureza atuantes em Florianópolis/SC. **Movimento**, Porto Alegre, n.23, p. 295-310, 2017.

VIEGAS, J. **A brief history of boccia**. 2012. Disponível em: <http://www.cpisra.org.za/files/sports/boccia/CPISRA_History_of_Boccia_2012.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

VIEIRA, C. M. A.; COSTA, E. C.; AOKI, M. S. O nível de aptidão física afeta o desempenho do árbitro de futebol? **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 445-452, 2010

VIEIRA, I. B.; CAMPEÃO, M.S. Bocha. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. (Orgs.). **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, p. 83-91, 2012.

ZARIFIAN, P. **O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas**. São Paulo: Senac, 2003.p. 192-197

ZINGANO, G. M. **Um estudo sobre a formação de árbitros de basquete: o caso do Rio Grande do Sul**. 2010.76 f. Graduação. (Curso de Educação Física), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
Instrumento de coleta de dados

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CENTRO DE DESPORTOS**

Questionário destinado aos árbitros internacionais de Bocha
Paralímpica

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa, que tem por objetivo analisar as concepções de competências profissionais na perspectiva dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica. Por favor, para que essa meta seja alcançada, é importante sua participação. Procure responder de forma individual, conscienciosa e independente, mas em caso de dúvida contate o pesquisador, através do e-mail elizabethalbano@uol.com.br. A sinceridade das suas respostas é fundamental. Os dados obtidos serão utilizados para fins científicos não havendo a divulgação de dados pessoais.

Grata pela sua valiosa contribuição!

BLOCO A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1- Idade: _____ (em anos).
2- Sexo: () Feminino () Masculino
3- Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado
(a)/Divorciado (a)
() Viúvo (a) () Outro
4 – Nacionalidade:
5 – Reside em qual país?
6 – Aposentado: () Sim () Não

BLOCO B – CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS

- 7 – Escolaridade: (...) ensino fundamental completo
() ensino fundamental incompleto
() ensino Superior completo
() ensino superior incompleto

() Pós graduação: () Especialização () Mestrado () Doutorado
8 – Conclusão da formação inicial (graduação) no ano de
Graduado (a) em (curso de graduação):
9 - Atividade profissional: () Professor de Educação Física
(docente/magistério)

() Profissional de Educação Física (academia, *personal trainer*, treinador esportivo)

Outro:

10– Ano em que teve o primeiro contato com a modalidade Bocha

11 – Qual foi a influencia no ingresso da arbitragem da bocha:

() Família

() Amigos

() Universidade

() Trabalho

() Curiosidade

() Noticia na internet

() outros. Quais:

Independente da sua resposta comente:

12 – Ano que realizou o curso de árbitro na Bocha Paralímpica:

13 – Local do curso de arbitragem na Bocha Paralímpica:

14– Ano em que se tornou árbitro internacional na Bocha Paralímpica:

15 – Local do curso de arbitragem internacional na Bocha Paralímpica:

16 – É árbitro em outra modalidade esportiva?

() Sim () Não Qual:

17 – Ano da primeira competição internacional com atuação como árbitro principal:

18 - Local da primeira competição internacional com atuação como árbitro principal:

BLOCO C – COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NA ATIVIDADE DE ARBITRAR A BOCHA PARALÍMPICA

18- O que fez você investir na atuação de arbitro de Bocha Paralímpica?

19 - O que faz você querer ser convocado(a) para as competições?

20 - Por que você permanece na atividade de arbitrar na Bocha Paralímpica?

21 - Quais motivos o(a) faz continuar na atividade de arbitrar?

22 – Descreva as competições mais importantes na atividade de arbitrar e justifique sua resposta.

23 – Quais são suas fontes de conhecimento que contribuem na atividade de arbitrar?

24 – Possui alguma rotina de estudos voltados para a atividade de arbitrar?

25 - Participou de algum curso de reciclagem na atividade de arbitrar?

26 – Já ministrou algum curso de formação de árbitros?

27 – Como se prepara para uma competição internacional?

28 - Com as mudanças da regra, quais competências julga necessárias para a atividade de arbitrar?

29 - Durante a atividade de arbitrar, tem alguma classe específica na Bocha Paralímpica que exige do árbitro um desempenho diferenciado?

30 - Já aconteceu algum parcial interrompido na sua atividade de arbitrar?

Sim

Não

31 – Como se sentiu quando o parcial interrompido aconteceu? Influenciou sua atividade de arbitrar em algum momento posterior?

32 – Quais as competências você julga serem necessárias para a atividade de arbitrar?

33 – O que significa, na sua opinião, ser um árbitro competente?

34 – Como você julga a sua competência na função de arbitrar?

35– Já atuou como árbitro chefe em alguma competição sancionada pela BISFed?

Sim

Não

Quais:

36 – Quais contribuições à atividade de arbitrar lhe proporcionam ao longo da carreira?

37 – No decorrer da atividade de arbitrar você julga necessário adotar alguma postura diferenciada? Qual seria?

38 – Como você se relaciona com os colegas árbitros durante a competição?

39 – Em situações de stress durante a atividade de arbitrar, quais competências você julga necessárias para o bom desempenho do árbitro durante o jogo?

APÊNDICE 2
Matriz analítica do questionário

Matriz de analítica do questionário

Dimensões	Indicadores	Questões	Fundamentação teórica
1. Dados de identificação	1.1 Idade	1	Não se aplica
	1.2 Sexo	2	
	1.3 Estado civil	3	
	1.4 Nacionalidade	4	
	1.5 País de residência	5,	
	1.6 Aposentado	6	
2. Características profissionais	2.1 Escolaridade	7, 8,	Não se aplica
	2.2 Atividade profissional	9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18	
3. Competências profissionais	3.1 Atividade de arbitrar	19, 20, 21,22, 23,24,25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,33,34, 35,36, 37,38, 39	Lima, 2005 Santos, 2010 Batista, 2008 Cheetam e Chivers, 1996, 1998, 2000, 2005

ANEXOS

ANEXO 1 - Protocolo de autorização de pesquisa do CEPESH

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DE ÁRBITROS INTERNACIONAIS DE BOCHA PARALÍMPICA SOBRE AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADE DE ARBITRAR

Pesquisador: Gelcemar Oliveira Farias

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 71377617.2.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.537.086

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta às pendências de uma pesquisa vinculada ao Programa de pós-graduação em educação física que pretende ter como participantes 15 árbitros que atuaram na paraolimpíada na modalidade de Bocha. Os referidos árbitros serão contactados por via eletrônica e que ao aceitarem a participar da pesquisa receberam o TCLE por email, devendo preenchê-lo e devolvê-lo escaneado com a assinatura igualmente por email. Os questionários, segundo os pesquisadores serão enviados via google docs.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Averiguar as competências profissionais na perspectiva dos árbitros Internacionais de Bocha Paralímpica.

Objetivo Secundário:

Analisar as competências profissionais desenvolvidas pelos árbitros Internacionais de Bocha Paralímpica no decorrer da intervenção profissional; Verificar as estratégias/mecanismos/fontes de conhecimentos para aquisição das competências profissionais de árbitros internacionais na atividade de arbitrar; Caracterizar as competências profissionais para a atividade de arbitrar na modalidade de Bocha Paralímpica.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS
Telefone: (48)3721-8094 **E-mail:** cep.propeq@contato.ufsc.br

**Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
versão português**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante da pesquisa,

Considerando a Resolução no. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde e as determinações da Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, temos o prazer de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “**Competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica**”, a qual servirá de base para a elaboração de uma dissertação, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação Física (PPGEF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como ao Laboratório de Pedagogia do Esporte (LAPE) do Centro de Desportos (CDS).

Esta investigação tem como objetivo principal analisar as concepções de competências profissionais na perspectiva dos árbitros internacionais de bocha paralímpica. Especificadamente pretende-se: averiguar as competências profissionais desenvolvidas pelos árbitros internacionais de bocha paralímpica no decorrer da intervenção profissional; verificar as estratégias / mecanismos/ fontes de conhecimento para aquisição de competências profissionais de árbitros internacionais na atividade de arbitrar e caracterizar as competências profissionais relevantes na atividade de arbitrar de árbitros internacionais de bocha paralímpica.

Espera-se que esta pesquisa contribua para futuros estudos na área, assim como no melhor entendimento das competências dos árbitros, especificamente na bocha paralímpica. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão de contribuir com a produção do conhecimento sobre as competências profissionais na perspectiva do árbitro internacional de bocha paralímpica. Para isso, você não terá nenhum gasto, nem receberá compensação financeira, e todos os materiais necessários à coleta de dados serão providenciados pelas pesquisadoras.

A investigação apresenta riscos mínimos, visto que não irão ocorrer ações invasivas. Sua participação implicará em responder, um questionário composto de 3 dimensões, sendo a primeira de dados de identificação, a segunda sobre as características profissionais e por fim a terceira sobre as competências profissionais.

Ressaltamos que sua identidade, assim como suas respostas, serão mantidas em sigilo, e que as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos. Saliemos, ainda, que você poderá retirar-se do estudo a qualquer momento. Caso ocorra algum dano à sua imagem em decorrência do não cumprimento de algum(ns) dos procedimentos éticos estabelecidos no presente termo, você será devidamente indenizado. Agradecemos, desde já, sua colaboração e participação, e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Contatos:

Pesquisador principal: elizabethbano@uol.com.br ou 55 48 992113796.

Pesquisadora responsável: fariasgel@hotmail.com ou 55 48 99660-5835.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado, de forma clara e objetiva, sobre todos os procedimentos da pesquisa intitulada: “**Competências profissionais dos árbitros internacionais de Bocha Paralímpica**”. Estou ciente que todos os dados a meu respeito serão sigilosos e que posso me retirar do estudo a qualquer momento. Assinando este termo, eu concordo em participar deste estudo.

Nome por extenso _____

Assinatura _____

Florianópolis (SC) ____/____/____.

Prof.^a Dr.^a Gelcemar Oliveira Farias
(Pesquisadora Responsável/Orientadora)

Elizabeth Albano
(Pesquisadora Principal/Mestranda)

**ANEXO 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
versão inglês**

Consent Form Free and Informed

Dear Participant,

Considering Resolution no. 466, dated December 12, 2012, of the National Health Council and the determinations of the Commission of Ethics in Research with Human Beings, we are pleased to invite you to participate in the research entitled "PERCEPTION OF INTERNATIONAL REFEREE OF BOCCIA ON THE COMPETENCES PROFESSIONALS FOR ACTIVITY TO REFEREE ", which will serve as a basis for the elaboration of a dissertation, linked to the Postgraduate Program in Physical Education (PPGEF) of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), as well as to the Laboratory of Sports Pedagogy LAPE) of the Sports Center (CDS).

This research has as main objective to verify the conceptions of professional competences from the perspective of the international referees of Boccia. Specifically, we intend to: analyze the professional skills developed by the international referees of Boccia during the professional intervention; to verify the strategies / mechanisms / sources of knowledge for the acquisition of the professional skills of international referees in the activity of refereeing and characterizing the relevant professional competences in the activity of refereeing of international referees of Boccia.

It is hoped that this research will contribute to future studies in the field, as well as better understanding of the referees' competences, specifically in the Boccia, besides contributing to the production of knowledge. Your participation is by accepting to collaborate with the survey, to respond to the electronic questionnaire, and for this you will not have any expenses or receive financial compensation, your answers will be systematized in the online platform Google Docs.

Responding to this research will not involve any significant risks to you, other than the expression of your opinion. To minimize any discomfort and maintain your privacy, the questionnaire will be anonymous and should be answered individually. All information obtained will be confidential and your name will not be identified in any moment. The data will be stored for five years in a safe place and the results will be disseminated in a way that does not identify the participants, focusing on their general content and statistical results.

Their participation will imply in answering, a questionnaire systematized from three dimensions, the first one refereeing to the identification data; the second on professional characteristics, and the third on professional competences.

I also emphasize that you can withdraw from the study at any time, without any burden to you or need for express justification. In case of any damage to your image due to non-compliance with some of the ethical procedures established in this term, you will be duly indemnified. Finally, I remind you that you can contact me either by email or by phone, at any stage of the study, whatever your need.

As it is an online data collection, by ticking the "accept to participate" option, below, you attest your agreement with this research, stating that you understood its objectives, how it will be performed and the benefits involved, as described here performed. We remind you that, because it is an online search, it is not exempt from technical failures due to this type of data collection (system problems, temporary unavailability of the pages, loss of information and need to re-enter data).

Thank you in advance for your cooperation and participation, and I am available for any clarification

Contacts:

Principal investigator: elizabethalbano@uol.com.br or 55 47 992113796.

Responsible researcher: fariasgel@hotmail.com or 55 48 99660-5835.

Participation in the study

() Accept

() Not Accept